RELATÓRIO E CONTAS 2016

BancoBIC

Crescemos juntos

BancoBIC
Crescemos juntos

RELATÓRIO E CONTAS 2016

CONFIANÇA
PARA CRESCER

NUM MUNDO EM CONSTANTE MOVIMENTO E MUTAÇÃO EM QUE VIVEMOS, E PERANTE O ACTUAL PANORAMA ECONÓMICO-FINANCEIRO MUNDIAL, É INDISCUTÍVEL QUE O ACTIVO MAIS VALIOSO QUE O SISTEMA POSSUI É A CONFIANÇA.

Ao longo do nosso percurso, foi essa mesma confiança que nos permitiu conquistar o que somos hoje. Um Banco sólido, que cresceu e se fortaleceu em conjunto com os seus *stakeholders*, incorporando esta forma de estar na sua filosofia:

Crescemos Juntos

CONFIANÇA RESILIÊNCIA COMPETÊNCIA COLABORAÇÃO INOVAÇÃO CAPITAL HUMANO SUSTENTABILIDADE

“Relacionamentos são o basilar da nossa vivência, actuação e forma de estar.”

BancoBIC

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE 4

PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE 8

01

O BANCO BIC ANGOLA 12
- Estrutura Organizativa 12
- Organograma Funcional 17
- Política de Remunerações 28
- Missão, Visão e Valores 29

02

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 34
- Economia Mundial 34
- Economia Angolana 40
- Posicionamento do Banco BIC no Sector Bancário 50

03

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE 56
- Principais Linhas de Negócio 56
- Rede Comercial e Distribuição Geográfica 59
- Marcos Históricos 56
- Marketing e Comunicação 66
- Tecnologias de Informação 72
- Recursos Humanos 72

04

SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO 78
- Gestão do Risco 78
- Compliance 80
- Políticas e Processos de Gestão do Risco 80

05

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO 90

06

ANÁLISE FINANCEIRA 94
- Análise Financeira 94
- Balanço 95
- Demonstração dos Resultados 105
- Proposta de Aplicação de Resultados 107

07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS 110
- Demonstrações Financeiras 110
- Anexo às Demonstrações Financeiras 114
- Relatório de Auditoria 174
- Relatório do Conselho Fiscal 176

FERNANDO MENDES TELES
Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores,

No ano de 2016, tal como em 2015, a economia Angolana foi penalizada pela baixa substancial dos preços do petróleo no mercado internacional o que, em função da elevada dependência das receitas provenientes do sector petrolífero, limitou o crescimento económico e conduziu ao acelerar da inflação anual acumulada para níveis acima dos 40%.

Neste cenário de crise financeira acentuada, com fortes quedas nas receitas fiscais e nas receitas das exportações, tem-se assistido a um esforço considerável do Executivo para implementar um conjunto de reformas, nomeadamente ao nível da máquina administrativa do Estado, ao nível do enquadramento normativo do sector bancário e ainda ao nível da administração fiscal, com o objectivo de promover o equilíbrio e a estabilidade económico-financeira do País.

A redução das receitas em moeda estrangeira tem tido um impacto significativo em termos cambiais, em particular ao nível das Reservas Internacionais Líquidas, que decresceram cerca de 13% face ao ano anterior, para um stock de 21,4 mil milhões de Dólares a 31 de Dezembro de 2016, limitando assim o volume de vendas de divisas aos bancos comerciais, por parte do Banco Nacional de Angola (BNA), que ascendeu a cerca de 11 mil milhões de Dólares durante o ano de 2016, uma redução de, aproximadamente, 6 mil milhões de Dólares face ao ano anterior.

Neste cenário de maior restrição, o BNA, enquanto agente regulador do mercado cambial, tem procurado alocar as divisas disponíveis aos sectores e aos clientes definidos como prioritários, tais como, por exemplo, o sector da distribuição de bens alimentares, da indústria e da agricultura, entre outros.

Em 2016 ocorreu uma nova desvalorização do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos de cerca de 23% (32% em 2015), o que, em conjunto com a remoção dos subsídios estatais aos preços internos dos combustíveis, levou à aceleração da inflação.

Desta forma, assistimos em 2016 ao prolongamento da crise iniciada no segundo semestre de 2014, o que trouxe desafios ainda mais exigentes, reajustes constantes dos cenários macroeconómicos e muitas incertezas nas perspectivas de recuperação dos preços do petróleo, comprometendo desta forma os objectivos definidos pelo Executivo Angolano, pelas empresas e pelos particulares.

REFORÇÁMOS ainda mais o investimento associado às áreas de Controlo Interno, Risco e de Compliance

Ainda assim, apesar do quadro menos favorável, o Banco BIC mantém o seu compromisso com os clientes e com o País, procurando incentivar o investimento privado nacional, sobretudo ao nível das Províncias, pela bonificação de taxas de juro na concessão de crédito aos sectores da agricultura, das pescas e ainda do sector da construção. Neste domínio, em particular no sector primário, continuamos a apoiar os projectos de financiamento realizados no âmbito do programa Angola Investe, com o apoio do Ministério da Economia e que, cada vez mais, são essenciais para a promoção da diversificação da economia nacional.

Por outro lado, mantemos a nossa aposta no crédito ao Estado Angolano, quer através da aquisição de títulos de Dívida Pública, quer por via de financiamentos directos, o que tem permitido a execução de muitos projectos de infra-estruturas vitais para a população em geral.

O crescimento alcançado implicou investimentos substanciais em infra-estruturas e tecnologias de informação, bem como ao nível do capital humano, pilares indispensáveis para o sistema financeiro. Reforçámos ainda mais o investimento associado às áreas de Controlo Interno, Risco e de Compliance, com o objectivo de tornar o Banco BIC numa referência igualmente nestes domínios no sistema bancário Angolano, em linha com as melhores práticas internacionais.

Continuamos a apoiar os projectos de financiamento realizados no âmbito do programa Angola Investe, com o apoio do Ministério da Economia e que, cada vez mais, são essenciais para a promoção da diversificação da economia nacional

Comemorámos, em Maio de 2016, o nosso 11º aniversário. São 11 anos de crescimento e de sucessos que nos conduzem para um lugar cimeiro no Sector Bancário. A dimensão de um Banco que se estende por todo o território Angolano, em 226 Balcões, que se reflecte na vida de 2.069 Colaboradores e em mais de 1,3 Milhões de Clientes. Esta é a escala do Banco privado com a maior rede comercial de Angola.

Ao longo dos nossos 11 anos de história, a internacionalização tem sido outra das faces do nosso crescimento. Com a abertura do Bank BIC Namíbia em 2016, estamos presentes em 2 continentes e cinco países diferentes, Angola, Portugal, África do Sul, Cabo Verde e Namíbia. E este esforço de internacionalização com certeza não ficará por aqui, estando o Banco atento a oportunidades de expansão noutros países de África e da Ásia.

O RUMO DO NOSSO CRESCIMENTO levou-nos igualmente a novas perspectivas de negócio, serviços inovadores, bem como outras formas de participação na sociedade para além da função bancária

O rumo do nosso crescimento levou-nos igualmente a novas perspectivas de negócio, serviços inovadores, bem como outras formas de participação na sociedade para além da função bancária. A actividade Seguradora com o lançamento da BIC Seguros é disso um bom exemplo e que, embora recente, é já um projecto de sucesso.

Somos, desde Abril de 2016, um novo membro de negociação e liquidação da Bolsa de Dívida de Valores de Angola (BODIVA), o que nos permite reforçar a oferta de produtos e serviços disponibilizados aos nossos clientes e parceiros, com a criação de valor no domínio da intermediação financeira de valores mobiliários. Nesta linha de negócio, a marca BIC não fica por aqui, e pretendemos, ainda em 2017, criar uma Sociedade Gestora de Activos e lançar Fundos de Investimento.

O ano 2016 foi particularmente exigente e intenso, mas contámos com o compromisso e colaboração de todos para vencermos os desafios do dia-a-dia. Dar sustentabilidade à economia nacional significa manter um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, engajado e comprometido com os anseios de desenvolvimento e de bem-estar da sociedade como um todo.

Por último, um agradecimento pela confiança e apoio dos nossos accionistas, dos nossos clientes, bem como de todos os restantes parceiros. Em Angola, como nos demais países do "Universo BIC", damos corpo ao lema "Crescemos Juntos".

Fernando Mendes Teles

Presidente do
Conselho de Administração

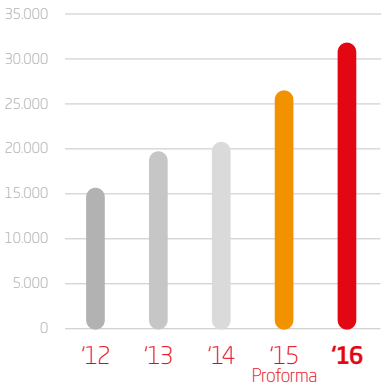
PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE

1.027.033 AKZ
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL (MILHÕES)

1.854.955 AKZ
VOLUME DE NEGÓCIOS (MILHÕES)

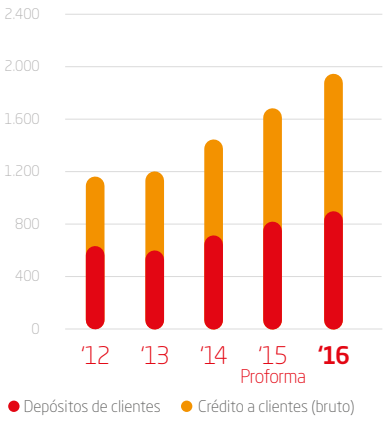
2.069
COLABORADORES

RESULTADO DO EXERCÍCIO
(MILHÕES AKZ)



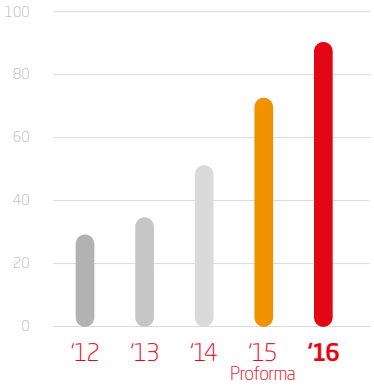
Aumento de 27% face ao exercício de 2015.

CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES
(MILHÕES AKZ)

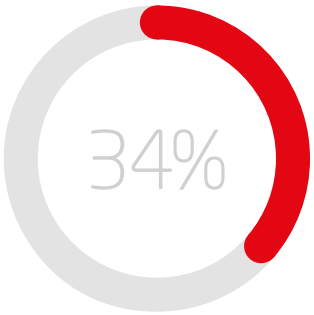


Consolidação do crescimento do crédito concedido e depósitos captados.

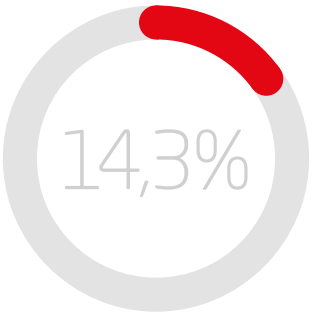
PRODUTO BANCÁRIO
(MILHÕES AKZ)



Continuidade significativa da têndencia de crescimento do Produto bancário.



Custos de estrutura / produto bancário
Verificou-se uma melhoria do rácio *cost to income* corrente



Rácio de Solvabilidade regulamentar
Rácio superior ao mínimo de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola

Crédito com incumprimento
O grau de cobertura ascendeu a 204%

(Montantes expressos em milhões de Kwanzas Angolanos)	'16	'15 PROFORMA	Δ 2016/2015	Δ% 2016/2015
Activo líquido total	1.027.033	970.663	56.370	6%
Volume de negócios	1.854.955	1.614.911	240.044	15%
Crédito à Economia	1.004.522	840.515	164.007	20%
Crédito a clientes	379.000	334.329	44.671	13%
Crédito ao Estado	546.556	419.733	126.823	30%
Extrapatrimoniais	78.966	86.453	(7.487)	-9%
Recursos de clientes	850.433	774.396	76.037	10%
Volume de negócios por colaborador	896,5	776,0	120,52	16%
Resultado de intermediação financeira	88.749	70.308	18.441	26%
Resultado de intermediação financeira por colaborador	42,89	33,79	9,11	27%
Custos administrativos e de comercialização / Resultado de intermediação financeira	34,1%	40,4%	(0,06)	16%
Custos com o pessoal / Resultado de intermediação financeira	13,2%	16,7%	(0,03)	21%
Resultado líquido do exercício	33.663	26.517	7.146	27%
Situação líquida	112.969	100.927	12.042	12%
Resultado antes de impostos/activo líquido médio	2,9%	3,2%	(0,00)	-10%
Resultado de intermediação financeira / activo líquido médio	8,9%	7,8%	0,01	14%
Resultado antes de impostos/capitais próprios médios	27,2%	30,3%	(0,03)	-10%
Rácio de solvabilidade regulamentar	14,3%	13,3%	0,01	7%
Número de agências	226	223	3	1%
Número de colaboradores	2.069	2.081	(12)	-1%
Número de clientes	1.320.307	1.208.691	111.616	9%

(Montantes expressos em milhões de Dólares dos Estados Unidos)	'16	'15 PROFORMA	Δ 2016/2015	Δ% 2016/2015
Activo líquido total	6.191	7.173	(982)	-14%
Volume de negócios	11.180	11.935	(755)	-6%
Crédito à Economia	6.054	6.212	(158)	-3%
Crédito a clientes	2.284	2.471	(187)	-8%
Crédito ao Estado	3.294	3.102	192	6%
Extrapatrimoniais	476	639	(163)	-26%
Recursos de clientes	5.126	5.723	(597)	-10%
Volume de negócios por colaborador	5,4	5,7	(0,33)	-6%
Resultado de intermediação financeira	535	520	15	3%
Resultado de intermediação financeira por colaborador	0,26	0,25	0,01	3%
Custos administrativos e de comercialização / Resultado de intermediação financeira	34,2%	47,1%	(0,13)	27%
Custos com o pessoal / Resultado de intermediação financeira	13,3%	16,7%	(0,03)	21%
Resultado líquido do exercício	203	196	7	4%
Situação líquida	681	746	(65)	-9%
Resultado antes de impostos/activo líquido médio	2,6%	2,8%	(0,00)	-7%
Resultado de intermediação financeira / activo líquido médio	8,0%	6,8%	0,01	18%
Resultado antes de impostos/capitais próprios médios	24,5%	26,4%	(0,02)	-7%
Rácio de solvabilidade regulamentar	14,3%	13,3%	0,01	7%
Número de agências	226	223	3	1%
Número de colaboradores	2.069	2.081	(12)	-1%
Número de clientes	1.320.307	1.208.691	111.616	9%

BancoBIC

01
O BANCO BIC ANGOLA

CONFIANÇA
PARA CRESCER

O activo mais importante numa relação é a confiança.
Uma ligação que sustenta a pertença
e a assertividade de uma tomada de decisão.
Proporcionar fortes raízes para um bem comum faz parte de nós.

CRESCEMOS JUNTOS

01 O BANCO BIC ANGOLA

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

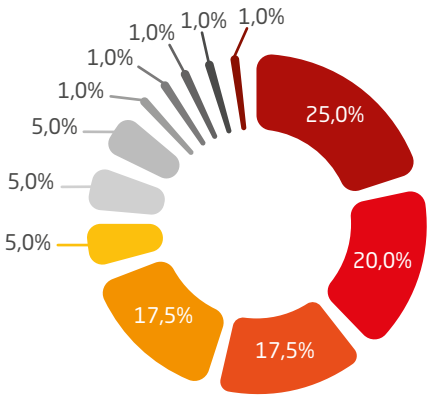
Modelo de Governo

O modelo de governo do Banco encontra-se estabelecido nos seus Estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 12/2015, de 17 de Junho). São Órgãos Estatutários os Órgãos Sociais, nomeadamente, a Assembleia Geral e o respectivo Presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e ainda a Mesa da Assembleia Geral e o Auditor Externo.

O Banco BIC foi constituído por Escritura Pública de 22 de Abril de 2005, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola de 19 de Abril de 2005 que autorizou a sua constituição, e encontra-se sediado no Edifício Banco BIC, sito no Bairro de Talatona, Município da Samba, em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

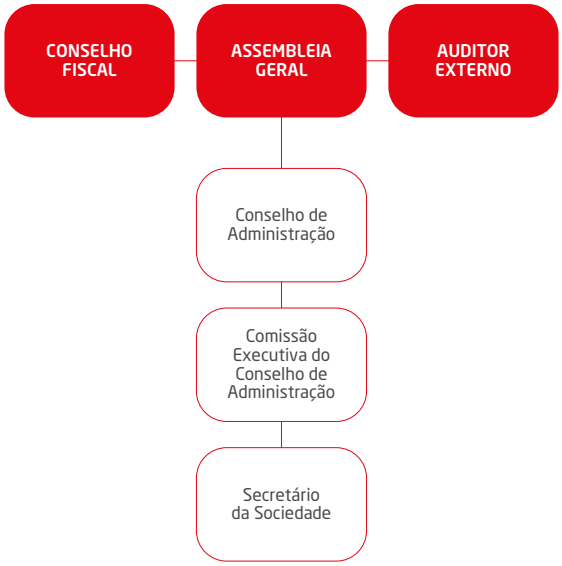
O capital social do Banco BIC encontra-se repartido da seguinte forma:



- Sociedade de Participações Financeiras, Lda.
- Fernando Leonídio Mendes Teles
- Finisantoro Holding Limited
- Telesgest B.V.
- Luís Manuel Cortez dos Santos
- Manuel Pinheiro Fernandes
- Sebastião Bastos Lavrador
- Diogo Ramos Barrote
- Fernando Aleixo Duarte
- Graça Santos Pereira
- Graziela Rodrigues Esteves
- José Correia Teles

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos para o triénio 2014/2017 na Assembleia Geral de 10 de Abril de 2014. Nessa mesma data, o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva do Conselho de Administração e o seu Presidente.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA



OS MEMBROS foram eleitos para o triénio 2014/2017 na Assembleia Geral de 10 de Abril de 2014

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos. Tem como principais competências:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral, bem como a designação do Auditor Externo;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do Banco, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;
- Aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos estatutários;
- Deliberação sobre a distribuição dos resultados sob proposta do Conselho de Administração;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos.

Conselho de Administração

O actual Conselho de Administração é composto por dez membros, sendo a gestão executiva do Banco assegurada por oito administradores, designados pelo próprio Conselho, de entre os seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo trimestralmente, e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Com o objectivo de regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva, composta por oito membros, a gestão corrente do Banco, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação.

Comissão Executiva do Conselho de Administração

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, no âmbito das suas competências e subordinada aos planos de acção e ao orçamento anual, bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, dispõe de amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente do Banco, sendo o seu exercício objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

Todos os membros da Comissão Executiva desempenham um papel activo na gestão corrente dos negócios do Banco, tendo sob sua responsabilidade uma ou mais áreas específicas de negócio, de acordo com o respectivo perfil e com as especializações individuais, sem prejuízo da maior ou menor concentração de um ou outro elemento numa determinada área.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, no mínimo, uma vez por mês.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade é designado pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com a do mandato dos membros do Conselho de Administração que o designa.

Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos Estatutos, sendo constituído por um Presidente e dois vogais efectivos. O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

Auditor Externo

A auditoria externa é assegurada pela PKF Angola – Auditores e Consultores, S.A.. As regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo encontram-se definidas no Aviso nº 04/2013 de 22 de Abril, do Banco Nacional de Angola.

O Banco considera que os Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade, requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

Comissão Executiva
Jaime Galhoz Pereira (Administrador)
Fernando Aleixo Duarte (Administrador)
José Manuel Cândido (Administrador)
Graziela Rodrigues Esteves (Administradora)
Graça Maria Pereira (Administradora)
Fernando Mendes Teles (Presidente)
Pedro Nunes M'bidingani (Administrador)
Hugo Silva Teles (Administrador)

Composição dos Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Fernando Mendes Teles

Vogais
Graziela Rodrigues Esteves
Fernando Aleixo Duarte
Graça Maria Pereira
Hugo Silva Teles
Jaime Galhoz Pereira
José Manuel Cândido
Pedro Nunes M'Bidingani
Isabel José dos Santos (*)
Amadeu Maurício (**)

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
Manuel Pinheiro Fernandes

Secretário
Luís Manuel Cortês dos Santos

(*) Administrador Não Executivo
(**) Administrador Não Executivo Independente

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Fernando Mendes Teles

Vogais
Graziela Rodrigues Esteves
Fernando Aleixo Duarte
Graça Maria Pereira
Hugo Silva Teles
Jaime Galhoz Pereira
José Manuel Cândido
Pedro Nunes M'Bidingani

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Marta Carvalho

CONSELHO FISCAL

Presidente
Henrique Camões Serra

Vogal
Maria Ivone dos Santos

AUDITOR EXTERNO

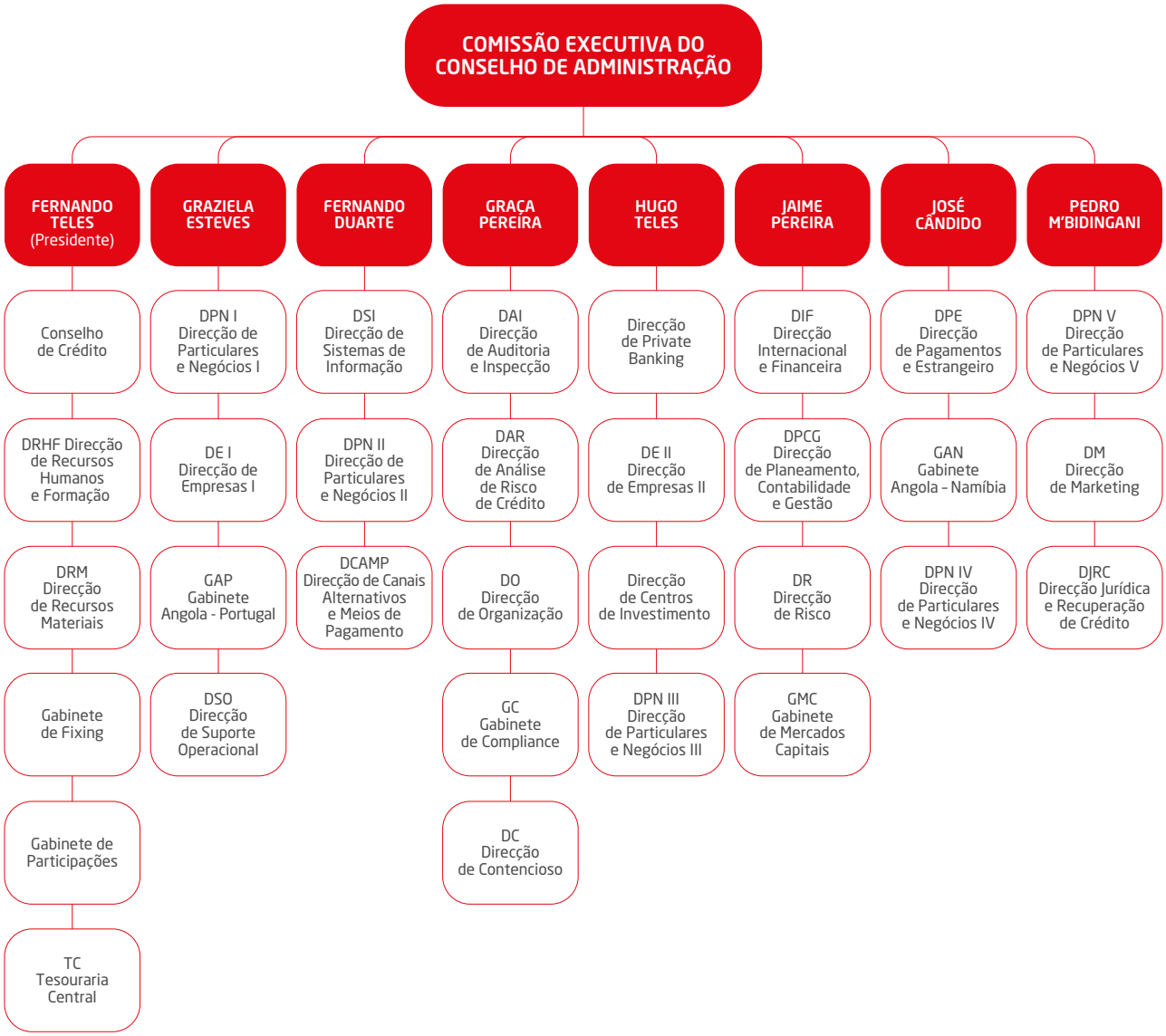
PKF Angola – Auditores e Consultores, S.A.

O Banco encontra-se a avaliar a composição dos seus órgãos sociais, nomeadamente no que respeita às exigências ao nível do número de membros de cada órgão, bem como da sua composição. Esta situação, tal como anteriormente comunicado ao Banco Nacional de Angola, será ultrapassada na próxima Assembleia Geral electiva.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura funcional do Banco permite uma clara divisão das áreas e funções de cada direcção e/ou gabinete, sob a alçada de cada um dos administradores executivos.

O organograma funcional do Banco pode ser apresentado da seguinte forma:



Composição das unidades de estrutura

Fernando Teles
PRESIDENTE

DRHF Direcção de Recursos Humanos e Formação

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Recrutamento de Recursos Humanos, que inclui planeamento de recursos humanos, pesquisa no mercado de candidatos, recrutamento, selecção e integração;
- Afetação de Recursos Humanos, que inclui análise e descrição de funções, movimentação de pessoal (tanto nos sentidos horizontal, vertical ou diagonal), plano de carreiras e avaliação de mérito ou do desempenho;
- Manutenção de Recursos Humanos, que inclui remuneração (gestão de salários), planos de benefícios sociais (saúde), outros benefícios (Crédito), higiene e segurança do trabalho, registos, controlos de pessoal e relações de trabalho (declarações, certificados de trabalho e outros);
- Desenvolvimento de Recursos Humanos, que inclui formação e planos de desenvolvimento do pessoal; e,
- Controlo de Recursos Humanos, que inclui indicadores de gestão, sistemas de informações de recursos humanos (pesquisa e tratamento de dados, estatísticas, registos, relatórios, mapas e demonstrativos).

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Telma Pinheiro
Subdirector: Sarah Figueiredo
Número de colaboradores: 5

DRM Direcção de Recursos Materiais

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Conduzir os processos de organização e promoção de concursos/consultas aos fornecedores previamente selecionados, analisar as propostas e preparar documentos para seleção/aprovação das mesmas;
- Negociar, celebrar, adjudicar, renovar, alterar, rever ou denunciar contractos de fornecimento de bens e serviços;
- Proceder à gestão de todos os processos de compra e encomendas respeitantes a móveis, equipamentos, incluindo informáticos e de comunicações móveis (telemóveis e placas de acesso à internet móvel), serviços, economato/consumíveis, livros e publicações periódicas; e,
- Assegurar o planeamento físico dos espaços afetos à actividade/exploração do Banco, propondo e fundamentando soluções que permitam a otimização e racionalização da afetação e utilização de espaços pelos diversos Serviços, assim como o cumprimento dos requisitos técnicos, operacionais, de segurança e ambientais estabelecidos nesta matéria.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Alberto Castelo Branco
Número de colaboradores: 43

Gabinete de Fixing

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar a conferência e exatidão dos documentos legais que integram o processo associado a cada operação;
- Efetuar a análise prévia das operações aprovadas no circuito de decisão, validando a documentação apresentada, bem como o correto e adequado enquadramento em conformidade com a legislação existente e manuais de produtos e serviços; e,
- Solicitar a reapreciação das operações ao circuito de decisão adequado, caso se verifiquem eventuais deficiências na sua tramitação, sugerindo o devido enquadramento com vista à correcta formalização das operações.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: José Carlos Silva
Subdirector: Helga Peres
Número de colaboradores: 12

Gabinete de Participações

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar a realização e emissão de Seguros de Vida e Seguros Não Vida, realizados por força de garantias associadas a Créditos concedidos pelo Banco; e
- Assegurar a Manutenção de Apólices /Alterações/Anulações/Reposições associadas a produtos de Crédito.

Área de apoio operacional e contabilístico
Directores Centrais: Fátima Monteiro/Joaquim Moutinho
Número de colaboradores: 3

Tesouraria Central

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar que a recolha e entrega de valores nos cofres das Agências é efetuada dentro dos prazos consignados para o efeito;
- Assegurar que o plafond máximo estipulado para os valores em cofre das Agências nunca seja excedido, mitigando assim o risco operacional; e,
- Assegurar que os valores de Tesouraria no Banco nunca são excedidos, providenciando o seu depósito junto do Banco Central.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Inocêncio Almeida
Número de colaboradores: 20

Graziela Esteves

DPN I Direcção de Particulares e Negócios I

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objetivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio
Director Central: Henrique Oliveira
Directores de Área: Edna Gaspar / Pedro Marta / Marcília Gonçalves
Número de colaboradores: 238

DE I Direcção de Empresas I

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio
Director Central: Pedro Velado
Diretores de Área: Dacia Nascimento / Luena Fundões / Dinamene Monteiro / José Assis
Número de colaboradores: 63

GAP Gabinete Angola - Portugal

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- No quadro do aprofundamento da internacionalização do Banco, assegurar e/ou agilizar o relacionamento comercial entre o Banco BIC Angola, S.A. e o Banco BIC Português, S.A. e os respetivos Clientes (ou potenciais Clientes); e,
- No âmbito do relacionamento comercial referido na alínea anterior, assegurar a criação e manutenção de canais comunicacionais e processuais eficientes, no estrito cumprimento do quadro legal dos dois Países e das normas internas das Instituições.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: José Carlos Silva
Número de colaboradores: 1

DSO Direcção de Suporte Operacional

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Recepcionar as propostas de crédito remetidas pelas Redes Comerciais e proceder ao seu registo para efeitos de acompanhamento e controlo;
- Prestar todo o apoio às Redes Comerciais quanto a pedidos de informação sobre a situação das operações de crédito;
- Efetuar o débito ao Cliente das comissões e despesas de contrato a que houver lugar.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Jerusa Guedes
Número de colaboradores: 11

Fernando Duarte

DSI
Direcção de Sistemas de Informação

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Identificar e promover a definição das linhas estratégicas de intervenção relativamente aos Sistemas de Informação e respetivos suportes tecnológicos;
- Gerir, de forma integrada, as componentes dos sistemas de informação e de infra-estrutura tecnológica, de forma a garantir o seu permanente alinhamento com as necessidades actuais e identificar o impacto previsível decorrente de novas solicitações das várias Unidades de Negócio; e,
- Assegurar a planificação e o desenvolvimento das acções necessárias à adopção de meios e métodos que tenham por base um rigoroso enquadramento em termos de produtividade, eficiência, qualidade, controlo, segurança, níveis de serviço e custos.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Luis Nikolai
Director Adjunto: Rui Valente
Subdirector: Jaime Corte-Real
Número de colaboradores: 29

DPN II
Direcção de Particulares e Negócios II

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objetivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio
Directores Centrais: Amílcar Aguiar / Francisco Lourenço / António Silva
Directores Coordenadores: Maria Fátima Silva / Elizabeth Pina
Directores de Área: Edgar Magalhães / Fábio Leitão / Francisco Melo / João Ivungo / Justina Praça / Patricia Faria / Simão Finde / José Antunes
Número de colaboradores: 718

DCAMP
Direcção de Canais Alternativos e Meios de Pagamento

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Garantir a implementação e funcionamento eficiente dos processos operacionais respeitantes aos seguintes produtos e serviços: Cartões Bancários (Débito, Crédito ou outros); Terminais de Pagamento Automático (TPA); Caixas Multibanco (ATM); Serviço Interativo (netBanking - Particulares; netBanking - Empresas); e Outros Canais Alternativos (MobileBanking, TabletBanking, SMS Banking, entre outros);
- Contribuir, em articulação com outras Unidades Orgânicas do Banco, para a definição de novos produtos e serviços, campanhas e acções promocionais, novas funcionalidades ou melhorias nas já existentes; e,
- Garantir um correcto e permanente funcionamento dos TPA e ATM.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: N'Kiniani Rangel
Subdiretor: Márcia Lima
Número de colaboradores: 31

Graça Pereira

DAI Direcção de Auditoria e Inspecção

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e preparar o Plano Anual de Auditoria, assegurando a sua execução;
- Assegurar a auditoria a todas as Agências, Centros de Empresas, Centros de Investimento e Serviços Centrais do Banco;
- Elaborar relatórios das auditorias, propondo neles a adopção de medidas corretivas às situações encontradas que sejam menos regulares ou deficientes;
- Proceder à análise de reclamações de Clientes que justifiquem a intervenção da DAI, articulando com o Órgão do Banco envolvido e colaborando, quando necessário, na elaboração da respetiva resposta; e,
- Proceder, quando necessário, a inspecções (análise e avaliação técnica) a Órgãos ou a eventos que possam indiciar irregularidades ou com vista ao eventual apuramento de responsabilidades nas situações em que ocorram ou se indiciem procedimentos ilegítimos, fraudulentos ou em contravenção com as normas e orientações estabelecidas, que possam afetar os interesses patrimoniais do Banco ou de terceiros.

Área de controlo
Subdirectores: Fernanda Pinto / Cristiano Fontoura
Número de colaboradores: 17

DARC Direcção de Análise de Risco de Crédito

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Efectuar a análise de operações de crédito no que concerne ao risco do Cliente ou Grupo, dentro do definido nos Regulamentos de Crédito;
- Proceder à elaboração de Relatórios de Risco de Crédito de operações de Clientes/Grupos (Relatórios de Crédito), centrados em análises desenvolvidas tendencialmente para as maiores e novas exposições, situações de crédito menos típicas e de maior complexidade, que sejam apreciadas em sede de Conselho de Crédito;
- Assegurar os processos de criação de Grelhas de Balanço e de Notações de Risco, garantindo a sua manutenção;
- Garantir a correta criação de Grupos e Círculos Económicos e respetiva manutenção; e,
- Providenciar a obtenção de informação de gestão sobre matérias da sua competência.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Carla Estronca
Subdiretores: Maria Franco
Número de colaboradores: 19

DO Direcção de Organização

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar a elaboração e manutenção do Normativo Interno, em articulação com as Unidades Orgânicas do Banco, correspondente aprovação em sede de Administração, divulgação e arquivo histórico;
- Assegurar ou colaborar na definição da estrutura organizativa e das competências/atribuições das Unidades Orgânicas do Banco, correspondente aprovação em sede de Administração, divulgação e arquivo histórico;
- Conceber e assegurar a manutenção do conteúdo dos impressos e *templates* do Banco; e,
- Promover a colaboração e a partilha da informação e do conhecimento entre as diversas Estruturas Funcionais do Banco.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Augusto Valente
Subdiretor: Maria Manuela Pereira
Número de colaboradores: 4

GC Gabinete de Compliance

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Elaborar e apresentar à Administração e ao Órgão de Fiscalização da Instituição um relatório, de periodicidade mínima anual, identificando os incumprimentos verificados e as medidas adoptadas para corrigir eventuais deficiências que tenham sido detectadas;
- Prestar imediatamente informação à Administração sobre quaisquer indícios de violação de obrigações legais, de regras de conduta e de relacionamento com Clientes ou de outros deveres que possam fazer incorrer a Instituição ou os seus Colaboradores num ilícito de natureza contra-ordenacional;
- Acompanhar e divulgar a legislação e regulamentos publicados pelas diferentes entidades de supervisão e de regulamentação; e,
- No âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo: assegurar a actualização das normas internas face às alterações da legislação vigente e a fiabilidade das aplicações informáticas de Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo.

Área de controlo
Director Central: Filipe Meneses
Subdirector: Sónia Almeida
Número de colaboradores: 4

DC Direcção de Contencioso

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar o exercício da actividade pré-contenciosa e contenciosa do Banco, no que diz respeito ao incumprimento contratual dos seus Clientes;
- Apoiar, na sua esfera de actuação, todos os processos afetos a Advogados externos.

Área de negócio
Director Central: Joaquim Machado
Número de colaboradores: 7

Hugo Teles

Direcção de Private Banking

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Colaborar com a Administração e com a Direção de Marketing, na definição da estratégia comercial global e na proposta de valor respeitante ao segmento Private, promovendo a sua execução e implementação; e,
- Apoiar os Private Bankers na visita a Clientes de relevante importância, de forma a potenciar a captação de negócio, e nas acções de captação de Clientes de elevado potencial.

Área de negócio
Director Central: Stephan Silva
Número de colaboradores: 5

DE II Direcção de Empresas II

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;

- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio
Director Central: Regina Guimarães
Directores de Área: Mauro Rogério / Alfredo Castro
Número de colaboradores: 39

Direcção de Centros de Investimento

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Desenvolvimento das melhores práticas de monitorização e prospecção, que assegurem a materialização do compromisso com quem investe e a concretização bem-sucedida de cada projecto, construindo parcerias estratégicas e sinergias de valor;
- Acompanhamento de todo o ciclo do projecto de investimento, junto do Investidor, desde a sua concepção até ao momento de plena actividade do mesmo; e,
- Estudo de alternativas de investimento que acompanhem a evolução da realidade empresarial, dinamizando a rede comercial dos agentes económicos que mantêm relações financeiras com o Banco.

Área de negócio
Director Central: Monalisa Dias
Número de colaboradores: 12

DPN III Direcção de Particulares e Negócios III

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objetivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio
Director Central: Susana Silva
Director Área: Carlos Santos / Hélio Lopes
Número de colaboradores: 124

Jaime Pereira

DIF Direcção Internacional e Financeira

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Coordenar a gestão da posição e do risco cambial e da gestão da liquidez do Banco e o cumprimento das reservas obrigatórias;
- Monitorizar o cumprimento dos limites de exposição aos riscos de mercado e de Contraparte;
- Controlar e assegurar o registo adequado nos sistemas do Banco de todas as operações realizadas;

- Assegurar o tratamento e registo, nos sistemas de informação apropriados, das operações concretizadas com Contrapartes, em tempo útil e de acordo com os procedimentos estabelecidos para o efeito;
- Colaborar na actualização do Preçário do Banco no âmbito dos Produtos e Serviços relacionados com a actividade da Direcção;
- Estabelecer o *pricing* de produtos cambiais (à vista e a prazo), de operações de Compra/Venda de Notas em Moeda Estrangeira e de operações de mercado monetário; e,
- Acompanhar a evolução dos mercados.

Área de negócio
Directores Centrais: Bruno Bastos / Irene Vezo
Número de colaboradores: 12

DPCG Direcção de Planeamento, Contabilidade e Gestão

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Elaborar as demonstrações financeiras e todos os demais elementos de prestação de contas do Banco;
- Produzir e reportar informação contabilística, prudencial, estatística e fiscal às entidades de supervisão e às autoridades fiscais, respectivamente, assegurando o cumprimento dos normativos contabilísticos e de exigências regulamentares e fiscais;
- Gerir a facturação de terceiros e pagamentos a terceiros.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Alzira Gama
Subdirectores: Edhylaine Tavares / Soraia Ramos
Número de colaboradores: 16

DR Direcção de Risco

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Obter uma visão integrada dos riscos a que o Banco se encontra exposto no sentido de compreender os seus vários impactos, incluindo a evolução do capital interno;
- Implementar metodologias de gestão e medição de risco adequadas à materialidade e características de cada tipo de risco;
- Assegurar a implementação de um sólido e fiável sistema de gestão e medição de riscos que permita o tratamento integrado e segmentado dos riscos e a compreensão dos respetivos impactos;
- Fomentar o nível do controlo interno;
- Coordenar a elaboração e manutenção do Plano de Continuidade de Negócio (PCN); e,
- Contribuir para o reforço de uma cultura interna de risco e melhoria da qualidade dos serviços. Área de apoio operacional e contabilístico.

Área de Controlo
Director: Lilia Rangel
Número de colaboradores: 3

GMC Gabinete de Mercado de Capitais

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Possibilitar aos Clientes a execução, num só ponto de contacto, dos principais instrumentos financeiros de mercado de capitais, estando a todo o momento garantidas as necessárias condições de fiabilidade, segurança e transparência;
- Promover a oferta de consultoria para investimento junto de Clientes do Banco que disponham de patrimónios elevados; e,
- Assegurar a organização e montagem de operações de mercado de capitais e dívida.

Área de apoio operacional e contabilístico
Responsável: Bruno Bastos
Número de colaboradores: 1

José Cândido

DPE Direcção de Pagamentos e Estrangeiro

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Abertura, manutenção e liquidação de operações documentárias e financiamentos externos, OPE's e OPR's;
- Efetuar as tarefas inerentes à compensação recebida; e,
- Efetuar as tarefas inerentes aos cheques s/Banco, pagos ou depositados nas Redes Comerciais.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Inês Carvalho
Subdirector: Paulo Brito
Número de colaboradores: 32

GAN Gabinete Angola - Namíbia

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- No quadro do aprofundamento da internacionalização do Banco, assegurar e/ou agilizar o relacionamento comercial entre o Banco BIC Angola, S.A. e o Bank BIC Namibia. e os respetivos Clientes (ou potenciais Clientes); e,
- No âmbito do relacionamento comercial referido na alínea anterior, assegurar a criação e manutenção de canais comunicacionais e processuais eficientes, no estrito cumprimento do quadro legal dos dois Países e das normas internas das Instituições.

Área de apoio operacional e contabilístico
Responsável: José Carlos Silva
Número de colaboradores: 1

DPN IV Direcção de Particulares e Negócios IV

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objetivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio
Director Central: Paula Sousa
Directores de Área: Telmo Bernardo / Felícia Fortes / Paula Cajada
Número de colaboradores: 158

Pedro M'Bidingani

DPN V
Direcção de Particulares e Negócios V

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objetivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio
Directores Centrais: Anabela Santinho / José Zacarias
Diretores de Área: Horácio Almeida / Rui Caetano / Armindo Cunha / Solange Martins
Número de colaboradores: 359

DM
Direcção de Marketing

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Propor o lançamento de campanhas de dinamização comercial para sustentar os objetivos estratégicos do Banco, em especial as destinadas à comercialização de novos produtos e serviços, monitorizando a concretização dos objetivos definidos;
- Manter actualizados os conteúdos disponíveis na *intranet* e *internet*;
- Assegurar e validar a realização, por parte das Agências de Publicidade, de todos os materiais e peças publicitárias inerentes à implementação de campanhas (*spots* TV e rádio, anúncios de imprensa, *outdoors*, *banners*, folhetos, etc.);
- Coordenar e acompanhar a organização de todos os eventos, nomeadamente Reuniões de Quadros, Convenções e Aniversários;
- Implementar os processos necessários à edição de Relatórios e Contas , garantindo a coordenação com a Agência de Comunicação selecionada para a edição e produção; e,
- Analisar, negociar e implementar todos os patrocínios, rentabilizando as contrapartidas face ao investimento e garantindo a correcta aplicação da identidade da marca nos diversos materiais.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Mafalda Carvalho
Número de colaboradores: 4

DJRC
Direcção Jurídica e de Recuperação de Crédito

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Analisar os processos remetidos pelas Redes Comerciais;
- Elaborar propostas de acordos de regularização de dívidas;
- Apoiar, na sua esfera de actuação, todos os processos afetos a Advogados externos;
- Dar resposta às consultas de índole técnico-jurídica, formuladas por todos os Órgãos do Banco; e,
- Elaborar contractos financeiros e comerciais.

Área de apoio operacional e contabilístico
Director Central: Carlos Campos
Subdirector: Isilda Tavares / Nelson Guilherme
Número de colaboradores: 19

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Divulgação de informação quantitativa

No cumprimento do disposto no n.º 3 alínea d) ponto i) do artigo 22.º do Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 01/2013, de 22 de Março, divulgamos que as remunerações auferidas no exercício de 2016 pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Banco, ascenderam a cerca de 252 milhões de Kwanzas (162 milhões de Kwanzas no exercício de 2015).

Declaração anual sobre a política de remuneração

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO é compatível com os interesses de longo prazo do Banco e não incentivou a assunção excessiva de riscos

1. Remuneração dos Órgãos Sociais

1.1. A Política de Remunerações dos Órgãos Sociais do Banco BIC, S.A. em vigor no exercício de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral em 21 de Abril de 2016, sob proposta do Conselho de Administração.

1.2. Na definição da Política de Remunerações não participaram quaisquer consultores externos nem existia uma Comissão de Remunerações.

1.3. A Política de Remunerações em 2016 foi compatível com os interesses de longo prazo do Banco e não incentivou a assunção excessiva de riscos.

1.4. Os administradores não executivos beneficiam apenas de uma remuneração fixa aprovada pela Assembleia Geral.

1.5. Os membros do Conselho Fiscal beneficiam apenas de remuneração fixa aprovada pela Assembleia Geral.

1.6. Remuneração dos membros da Comissão Executiva:

a) Todos os membros da Comissão Executiva auferem uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano;

b) Anualmente, a Assembleia Geral procede à avaliação da Administração, considerando o cumprimento dos objectivos, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados bem como a sua origem e natureza, a sustentabilidade ou ocasionalidade dos mesmos, o risco associado à obtenção daqueles, o cumprimento normativo, o valor acrescentado para os Accionistas e a forma como a instituição se relacionou com outros stakeholders.

1.7. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral:
Os membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma senha de presença, de valor fixo, por cada participação nas reuniões da Assembleia Geral definida e aprovada por esta Assembleia.

2. Remuneração dos Colaboradores

2.1. A Política de Remunerações dos Colaboradores do Banco BIC, S.A. em vigor no exercício de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral em 21 de Abril de 2016, sob proposta do Conselho de Administração.

2.2. A avaliação de desempenho dos Colaboradores tem uma periodicidade mínima anual, sendo realizada pelo respectivo superior hierárquico e dos seus resultados depende a atribuição da componente variável da remuneração.

2.3. Os Colaboradores que mantêm uma relação jurídico-laboral com o Banco através de contrato de trabalho, não beneficiam de outras formas de remuneração que não as que decorram da normal aplicação do direito do trabalho, não beneficiando de nenhum sistema de prémios anuais ou de quaisquer outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo de eventualmente auferirem uma remuneração variável nos termos da política de remuneração em vigor.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A nossa visão exalta o empenho de todos na nossa missão, através do trabalho realizado com base nos nossos valores corporativos e que tem dado corpo ao nosso lema: Investimos Juntos, Crescemos Juntos.

VISÃO

Ser o melhor e maior Banco privado a operar em Angola, crescendo de forma sustentada, inovadora e oferecendo as melhores soluções aos Clientes, com permanente capacidade de renovação, contribuindo de forma activa para o desenvolvimento e crescimento de Angola.

MISSÃO

Sermos um Banco sólido, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com presença nacional e internacional, vocacionado para a criação de valor, parceiro das empresas e das famílias, que se distingue pela valorização dos seu activos, pela satisfação dos seus Clientes e pela realização dos seus colaboradores, sempre guiado por um comportamento de elevada responsabilidade ética e social.

VALORES

Transparecer em todos os nossos comportamentos, atitudes e decisões, os princípios que nos servem de guia no exercício das nossas responsabilidades, bem como na prossecução dos nossos objectivos:

Orientação ao Cliente

Construir relações duradouras com os Clientes assentes no rigor, integridade e transparência. A nossa dedicação e compromisso com os nossos valores fazem com que os Clientes saibam que podem contar connosco para fornecer serviços de excelência, que os ajudam a alcançar seus objectivos pessoais e profissionais.

Inovação

Observar e interpretar permanentemente o mercado para que possamos marcar a diferença num ambiente altamente competitivo, não só pela antecipação de soluções e aquisição de novos conhecimentos, como também pela criação de valor.

Ambição

A permanente união entre a humildade pessoal e a ambição profissional permite-nos acreditar que podemos fazer sempre mais e melhor, sendo esta crença uma das forças motrizes do crescimento profissional de cada um em particular e da equipa em geral.

Reconhecimento e valorização contínua dos colaboradores

Os Recursos Humanos são uma das grandes forças impulsionadoras do nosso crescimento e da concretização dos nossos objectivos estratégicos. Pautamos a nossa acção pela criação de condições de trabalho e planos de carreira individuais que propiciem a satisfação e elevem a motivação de todos, assim como privilegiamos o investimento contínuo no desenvolvimento das suas competências técnicas e comportamentais.

Trabalho em equipa

A prossecução da nossa Missão não está ao alcance do trabalho de uma só pessoa mas sim de todos. A constante combinação de talentos e competências procura obter equipas altamente eficazes, com capacidade para gerar sempre mais e melhor e assim superar os nossos próprios limites.

Alto padrão de integridade

A acção de todos os colaboradores obedece a princípios de elevado nível ético e rigorosamente pautada pelos normativos e recomendações do Banco, inspirados pelo enquadramento legal emanado pelas Entidades Reguladoras.

Responsabilidade Social

Onde quer que estejamos pugnamos pela criação de um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento e procuramos estar plenamente integrados na Comunidade quer na envolvência com a população quer nos serviços prestados. Cada um dos colaboradores e a equipa como um todo, deixa como legado o nosso trabalho na construção de um mundo melhor para as próximas gerações

Estes valores (Orientação ao Cliente, Inovação, Ambição, Reconhecimento e valorização contínua dos colaboradores, Trabalho em equipa, Alto padrão de Integridade e Responsabilidade Social) traduzem a personalidade e a essência corporativa do Banco BIC e são a nossa inspiração para fazer mais e melhor, dia após dia, ano após ano, em benefício de todos.

BancoBIC
Crescemos
Juntos
BancoBIC
BancoBIC

BancoBIC

02
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

RESILIÊNCIA PARA CRESCER

É a força da nossa união que nos permite ser resilientes e vencer na adversidade, tornando-nos únicos e diferenciadores. A capacidade de enfrentar os desafios está na nossa génese, tendo como prioridade a procura pelas melhores e mais adequadas soluções para os nossos *stakeholders*, parceiros e clientes.

CRESCEMOS JUNTOS

02

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

PROGRESSO globalmente significativo de recuperação dos indicadores macroeconómicos nas economias avançadas

As economias avançadas estiveram no epicentro da crise financeira global e, passada quase uma década desde o seu início, observa-se um progresso globalmente significativo de recuperação dos indicadores macroeconómicos, embora com disparidades assinaláveis entre países. Se, por um lado, várias economias registam ainda níveis de actividade macroeconómica abaixo dos observados antes da crise (designadamente várias economias do sul da Europa), noutros casos, esses níveis já foram ultrapassados mas a tendência de evolução pré-crise ainda não foi retomada (por exemplo, nos EUA e nas economias avançadas do Sudeste Asiático). As economias com a recuperação num estágio mais atrasado apresentam, em geral, sistemas bancários com elevados valores de imparidades nos seus balanços, o que tem prejudicado o financiamento da actividade económica e, deste modo, a intensidade do processo de retoma macroeconómica.

Actividade Global

De acordo com a informação já disponível para o conjunto de 2016, a actividade económica global abrandou marginalmente face ao ano precedente. As estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento do PIB mundial de 3,1% em termos reais, depois de uma subida de 3,2% em 2015 e 3,4% em 2014. Tal ocorreu num contexto de desaceleração da actividade económica, no conjunto das economias avançadas, e de estabilização do ritmo de crescimento, no conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento.

Nos EUA, a economia apresentou uma significativa perda de dinamismo no conjunto de 2016 face ao ano anterior (taxa de variação do PIB de 1,6% em 2016, contra 2,6% em 2015), mas com um comportamento díspar ao longo do ano. A forte desaceleração no primeiro semestre reflectiu essencialmente o andamento das existências e do investimento empresarial, em particular devido ao desempenho desfavorável deste agregado de despesa no sector da energia e nas indústrias exportadoras afetadas pelo movimento de apreciação do dólar. Contudo, a dinâmica do consumo privado manteve-se forte, suportada por um mercado de trabalho robusto, pelo crescimento dos salários e pelo estágio avançado de resolução dos desequilíbrios financeiros das famílias e empresas, levando a alguma recuperação da actividade económica no segundo semestre de 2016.

Na Área do Euro, o abrandamento da actividade económica foi menos intenso, com a taxa de variação do PIB a passar para 1,7% em 2016, face a 2,0% no ano anterior. A procura doméstica e, em particular, o investimento, perderam algum dinamismo, depois de vários trimestres a evidenciar um comportamento mais forte que o esperado. E se, por um lado, a actividade se manteve abaixo do nível do produto potencial, por outro, o resultado do referendo britânico à permanência na União Europeia (Brexit) parece ter tido um impacto bastante limitado na actividade e na confiança dos agentes económicos da Área do Euro. Todavia, o comportamento dos diferentes Estados-membros foi heterogéneo. No que toca às maiores economias, o PIB manteve o ritmo de crescimento em Espanha (com 3,2%), acelerou (ligeiramente) na Alemanha (para 1,8%) e Itália (para 1,0%) e abrandou em França (para 1,1%). O ano de 2016 foi caracterizado por uma desaceleração também em algumas economias de menor dimensão, com destaque para a Irlanda (embora mantendo um ritmo de crescimento elevado), Bélgica e Portugal. Já a Grécia teve um comportamento marginalmente positivo, interrompendo, assim, a trajectória recessiva do ano anterior.

No Reino Unido, verificou-se também alguma perda de dinamismo, ainda que apenas marginal no conjunto do ano (a taxa de variação do PIB passou de 2,2%, em 2015, para 2,0%, em 2016), com a actividade económica a permanecer suportada pela procura doméstica. A votação a favor do Brexit teve um impacto negativo de curto prazo assinalável na actividade industrial, mas teve um feito limitado nos indicadores de despesa de consumo das famílias.

No Japão, a actividade económica desacelerou de uma taxa de crescimento de 1,2%, em 2015, para 1,0%, em 2016. A actividade foi afetada pelo significativo abrandamento das exportações, que contrastou com o dinamismo da despesa de consumo das famílias e do investimento empresarial. Também a actividade abrandou em Hong Kong e Taiwan, em particular como reflexo da turbulência financeira no início do ano na China.

Quanto ao grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, a estabilização do ritmo de crescimento em 2016 ocorreu após o ano anterior ter sido pautado pelos reflexos negativos da queda acentuada dos preços das matérias-primas e da significativa saída de capitais em vários países. Todavia, tal escondeu um comportamento díspar dos diferentes blocos económicos.

Na China, verificou-se um novo abrandamento do PIB em 2016, desta feita para uma taxa de variação de 6,7%, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) que em 2015. O processo em curso de mudança estrutural, com o aumento do peso dos serviços e recuo da importância da indústria, tem sido suportado por uma política monetária acomodatícia, estimuladora da despesa agregada interna (e apesar dos episódios de volatilidade financeira que têm caracterizado esta economia). No conjunto das economias asiáticas emergentes, o abrandamento foi ligeiramente mais acentuado, de 6,7%, em 2015, para 6,3%, em 2016. Igual padrão foi visível no caso dos emergentes europeus, com um abrandamento do PIB de uma taxa de crescimento de 3,7% em 2015, para 2,9%, em 2016.

No mesmo sentido, o conjunto das economias da América Latina e Caraíbas passou para um cenário de contracção em 2016 (variação do PIB de -0,7%, face a 0,1% no ano anterior). Contudo, as maiores economias deste bloco económico mantiveram um andamento díspar: o Brasil permaneceu em recessão (variação de -3,5% em 2016, face a -3,8%, em 2015), ainda em reflexo da queda dos preços internacionais do petróleo do ano anterior, da subida acentuada de diversos preços administrados e da incerteza política, enquanto o México se manteve em trajectória de expansão, embora com algum abrandamento (para 2,2% em 2016, face a 2,6% no ano anterior).

Já na Rússia, foi visível uma significativa atenuação do ritmo de contracção do PIB (passou de uma variação de -3,7%, em 2015, para -0,6% em 2016), conseguindo beneficiar já do contexto recente de estabilização dos preços internacionais do petróleo e da taxa de câmbio do rublo, assim como da melhoria das condições financeiras do sistema bancário. Padrão semelhante de recuperação ocorreu no conjunto dos restantes países da Comunidade de Estados Independentes.

Finalmente, o conjunto das economias do Médio Oriente e Norte de África beneficiou de uma significativa aceleração da actividade económica, passando para uma taxa de crescimento de 3,8% em 2016, contra 2,5% no ano precedente.

Para 2017, as previsões do FMI apontam para alguma aceleração da actividade económica global, com o PIB mundial a crescer 3,4%. Esta aceleração resultará do maior dinamismo, tanto do bloco das economias avançadas, como das economias emergentes e em desenvolvimento (crescimento de, respectivamente, 1,9% e 4,5%). Dentro do primeiro conjunto de países, destaca-se a importante aceleração nos EUA (crescimento de 2,3%), contra um abrandamento marginal na Área do Euro (para 1,6%) e no Japão (para 0,8%). Quanto ao segundo, destaca-se a recuperação prevista para a Rússia e Brasil (passagem para uma variação positiva do PIB, de 1,1% e de 0,2%, respectivamente), contra uma nova (ligeira) desaceleração na China (para 6,5%).

Mercado de Trabalho

Na Área do Euro, o mercado de trabalho prolongou a sua trajectória de recuperação em 2016, com o emprego a manter-se em crescimento (taxa de variação média de 1,3%, contra 1,1% em 2015) e a taxa de desemprego em redução (para 10,0%, menos 0,9 p.p. que em 2015). Todavia, esta última encontra-se ainda num nível superior ao verificado antes da recessão de 2008-2009, o que, em conjunto com o número de horas de trabalho por trabalhador observado, sugere que existe ainda folga substancial no mercado de trabalho. O movimento de redução da taxa de desemprego ocorreu em quase todos os Estados-membros.

No Reino Unido e nos EUA, as condições do mercado de trabalho mantiveram-se robustas em 2016, espelhando o seu estado mais avançado de recuperação após a recessão de 2008-2009 por comparação com a Área do Euro. O emprego registou uma taxa de crescimento de 1,7% nos EUA

(o mesmo que em 2015 e apesar da importante desaceleração do PIB em 2016) e 1,3% no Reino Unido (1,8% em 2015), enquanto a taxa de desemprego voltou a recuar em ambos os casos (4,9% nos dois países, menos 0,4 p.p. que em 2015), apesar de já se encontrar em níveis historicamente baixos (a média de longo prazo é de 6% também nos dois países).

No Japão, o emprego acelerou em 2016 apresentando uma taxa de variação de 0,8% (contra 0,4% em 2015), tendo a taxa de desemprego recuado 0,3 p.p. para 3,1% (já claramente abaixo da média de longo prazo, de 4,5%), apesar do contexto de abrandamento do PIB.

Comércio Internacional

O volume de comércio internacional de bens e serviços registou um novo abrandamento em 2016 a nível mundial, desta feita para uma taxa de crescimento de 1,9% (contra 2,7% em 2015 e 3,4% em 2014). Esta evolução, que ficou significativamente abaixo dos valores inicialmente previstos, foi apenas reflexo da perda de dinamismo no caso das economias avançadas, dado que os fluxos de comércio que dizem respeito às economias emergentes e em desenvolvimento aceleraram significativamente. Uma vez que o ritmo de crescimento do comércio internacional foi inferior ao do PIB mundial, o ano de 2016 caracterizou-se por uma (nova) redução da intensidade das trocas comerciais ao nível mundial.

Preços das Matérias-primas e Taxas de Inflação

Em 2016, os índices de preços das matérias-primas compilados pelo FMI recuaram pelo quinto ano consecutivo, com perdas de 15,9% na componente petrolífera e de 2,7% na componente não energética, embora atenuando face às quedas muito intensas em 2015 (variação média de -47,1% e de -17,4%, respectivamente).

16,0%
RECUO DO PREÇO
do Brent em dólares por barril no conjunto de 2016

Em particular em relação ao petróleo, o preço do Brent em dólares por barril recuou 16,0% no conjunto de 2016 (depois de uma queda de 46,0% no ano anterior), mas terminou o ano com uma importante subida. De facto, na parte final do ano (no dia 30 de Novembro), e após vários avanços e recuos nas negociações, a OPEP acordou um corte de produção (em 1,2 milhões de barris/dia, para 32,5 milhões de barris/dia), pela primeira vez em oito anos. Foi ainda alcançado um acordo com países fora da OPEP para reduzir a produção em 600 mil barris/dia, o que constitui o primeiro corte global em 15 anos. Na sequência dos acordos, a cotação do barril de Brent terminou o mês de Dezembro nos 55 dólares (contra 46 dólares em Novembro).

A componente de metais de base também terminou o ano com uma importante subida, reagindo, entre outros factores, à forte actividade de investimento em infraestruturas na China e à perspectiva de aceleração do investimento nos EUA num quadro de estímulo orçamental por parte da nova presidência norte-americana.

No conjunto das economias avançadas, a taxa de inflação, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), manteve-se em valores bastante baixos em 2016, ainda que em trajectória ascendente face ao ano anterior (taxa média de 0,7% em 2016 e 0,3% em 2015) espelhando, designadamente, a recente inversão de andamento dos preços de várias matérias-primas e a recuperação dos custos salariais em alguns países.

Na Área do Euro, a taxa de inflação fixou-se em 0,2% em 2016, contra 0% em 2015, com a componente importada a dar um significativo contributo negativo para o andamento dos preços (em contraste, o deflator do PIB, indicador agregado de preços na produção, subiu 1,0% e 1,1% em 2016 e 2015, respetivamente). No Reino Unido, a taxa de inflação passou de 0%, em 2015, para 0,7%, no ano passado.

Nos EUA, a aceleração dos preços no consumidor foi mais intensa, como reacção (desfasada) a uma actividade económica também globalmente mais dinâmica que na Europa nos dois anos anteriores. A taxa de inflação recuperou para 1,3% em 2016, contra 0,1% no ano precedente.

No Japão, pelo contrário, a taxa de inflação passou de 0,8%, em 2015, para -0,1%, em 2016, depois de um pico de 2,4%, em 2014. Esta evolução ocorreu num contexto de forte desaceleração dos preços na produção (o deflator do PIB abrandou de 2,0%, em 2015, para 0,2%, em 2016).

No conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, pelo contrário, a taxa de inflação permaneceu em níveis relativamente altos (como reflexo dos ritmos de crescimento do PIB também globalmente mais elevados que nas economias avançadas), mas estáveis (espelhando o contexto de também maior estabilidade cambial em vários países). A taxa de inflação média neste conjunto de países recuou apenas ligeiramente face a 2015 (taxa média de 4,5% em 2016, contra 4,7% em 2015).

Política Monetária e Taxas de Juro

Em resposta a taxas de inflação (em particular quando medidas pelos indicadores subjacentes) persistentemente abaixo dos objetivos de inflação da política monetária e uma recuperação lenta da actividade económica nas economias avançadas, os respetivos Bancos Centrais mantiveram o quadro de orientação expansionista da política monetária.

BCE manteve as suas taxas de juro directoras inalteradas, indicando que deverão permanecer em níveis muito baixos por um longo período de tempo

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as suas taxas de juro directoras inalteradas (0% no caso da taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento), indicando que deverão permanecer em níveis muito baixos durante um período longo de tempo. No final do ano, o BCE anunciou o prolongamento do programa de medidas não convencionais de expansão monetária (programa de compra de activos), que estava inicialmente previsto terminar em Março de 2017. O programa será estendido, pelo menos, até final de 2017, mas com o ritmo de compras mensal a ser reduzido de 80 para 60 mil milhões de euros. Se, entretanto, as perspectivas se tornarem menos favoráveis, o BCE poderá aumentar o volume e/ou a duração do programa. Em paralelo, para assegurar a continuação da sua boa execução, o BCE alargou os títulos elegíveis, passando a aceitar títulos de dívida pública de maturidade residual mínima de um ano, em vez de dois, e com yields abaixo da taxa de juro de facilidade permanente de depósito do BCE (fixada em -0,4%). Contudo, não foram alterados os limites de detenção de dívida pelo BCE por emitente e emissão, o que poderá colocar pressão ascendente sobre as *yields* dos títulos de dívida pública em países da periferia do euro, como Portugal (tal como de resto sucedeu na reacção imediata dos mercados ao anúncio da decisão).

Nos EUA, a Reserva Federal acabou por subir a sua principal taxa de juro directora (*fed funds rate*) apenas uma vez em 2016, ao contrário do que era inicialmente esperado. Em Dezembro, a taxa foi aumentada em 0,25 p.p., para um intervalo de 0,25% a 0,75%, cerca de um ano depois da primeira subida face ao mínimo histórico próximo de zero (intervalo de 0% a 0,25%), que havia vigorado sete anos. A Reserva Federal espera que as condições económicas determinem uma subida apenas gradual das taxas de juro directoras, permanecendo ainda algum tempo abaixo dos níveis esperados de longo prazo. As perspectivas da Reserva Federal passaram a apontar para três subidas de 0,25 p.p. na taxa directora durante o ano de 2017, em vez das duas subidas sinalizadas anteriormente. A reacção dos mercados à decisão foi de subida das bolsas, apreciação do dólar (nomeadamente face ao euro, que se situou em mínimos de quase 14 anos neste câmbio), e um aumento das *yields* das taxas de obrigações nos EUA e um pouco por todo o mundo, incluindo em Portugal e noutros países da periferia da Área do Euro.

No Reino Unido, ocorreu um corte da taxa de juro oficial em 2016 por parte do Banco Central pela primeira vez em sete anos (de 0,5% para 0,25%) e um novo alargamento do programa de medidas não convencionais de expansão monetária, com o objetivo de suportar a confiança dos agentes económicos na sequência da votação a favor do Brexit.

No Japão, o Banco Central procedeu, em 2016, a uma reavaliação do programa de medidas não convencionais de expansão monetária e introduziu novos mecanismos que deverão garantir a necessária postura expansionista enquanto a taxa de inflação registada não satisfizer o objetivo de 2% de forma consistente.

No mercado de capitais, as taxas de juro de mais longo prazo das economias avançadas apresentaram uma tendência de recuo até Agosto, num contexto de redução dos prémios de maturidade. A partir de Setembro, iniciou-se um período de recuperação (tanto em termos nominais como reais) destas taxas de juro, com particular incidência nos EUA e no Reino Unido na sequência da votação no *Brexit* e das eleições presidenciais norte-americanas. A subida também se fez sentir na Área do Euro, ainda que de forma bastante menos intensa. Tomando como referência os títulos de dívida pública a 10 anos, a variação acumulada das *yields* a partir de Agosto de 2016 foi de perto de 100 pontos base nos EUA e, 35 pontos base na Alemanha.

No conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, a repercussão dos desenvolvimentos nas economias avançadas descritos acima, foi heterogénea. Ocorreram subidas de taxas de juro directoras por parte dos Bancos Centrais do México e da Turquia (após cortes na primeira metade do ano), mas descidas de taxas no Brasil e Rússia (dado o impacto benéfico da recuperação dos preços das matérias-primas nas taxas de câmbio e, por esta via, na estabilização da inflação nestes países).

Mercado Cambial

Em 2016, os principais movimentos cambiais nas economias avançadas disseram respeito à apreciação do dólar norte-americano (em particular face ao euro), na sequência da significativa subida verificada no final do ano, a reflectir essencialmente a perspectiva de divergência de orientação de política monetária entre os EUA e a Área Euro, e à depreciação da libra esterlina, na sequência do resultado do referendo ao *Brexit* em Junho. O iene japonês apresentou um movimento significativo de apreciação durante 2016, revertido parcialmente nos últimos dois meses do ano.

No que diz respeito às economias emergentes e em desenvolvimento, o yuan chinês apresentou, em 2016, uma trajectória de depreciação gradual (depois de uma importante apreciação em 2015), enquanto as moedas de diversas economias exportadoras de matérias-primas, com destaque para o real brasileiro e o rublo russo, evidenciaram alguma recuperação face ao anterior, em reacção à também recuperação dos preços internacionais de matérias-primas e a alguma melhoria das condições de financiamento internacional para estes países. Em contraste, a Turquia e o México viram as suas moedas sofrerem importantes depreciações, em reacção a um contexto geopolítico adverso (no último caso, com especial sensibilidade ao resultado das eleições presidenciais nos EUA).

No conjunto de 2016, a taxa de câmbio nominal efetiva do euro (relativamente aos principais 19 parceiros comerciais da Área do Euro) aumentou 2,6%, contra um significativo recuo de 9,2% no ano precedente.

Contas Públicas

Na Área do Euro, o ano de 2016 foi caracterizado por uma redução, quer do peso do défice público no PIB (para 1,7%, menos 0,4 p.p. que em 2015), quer do rácio da dívida pública bruta no PIB (para 91,5%, menos 1,1 p.p. que em 2015), beneficiando do quadro de crescimento do PIB em termos nominais e de taxas de juro historicamente baixas, em média, sobre a dívida pública europeia.

Contudo, a dinâmica destes indicadores foi heterogénea ao nível dos diferentes Estados-membros. Destaca-se a significativa redução do rácio do défice público nos países que estiveram sob assistência financeira externa, principalmente na Grécia e em Portugal, mas também na Irlanda e Chipre. Todavia, com excepção da Irlanda, estes países registaram um aumento do rácio da dívida pública em 2016 (reflectindo o comportamento dos respectivos défices públicos no ano anterior), que se mantiveram, assim, acima de 100% do PIB. Também a Bélgica e Itália registaram rácios da dívida no PIB superiores a 100% e em subida face a 2015.

Em Dezembro, o Eurogrupo aprovou, sem pré-condições, um pacote de medidas para aliviar os encargos da dívida pública da Grécia (equivalendo a cerca de 20% do PIB até 2060). O rácio da dívida no PIB daquele país fixou-se em 179,7% em 2016.

No Reino Unido continuou o processo de consolidação fiscal em 2016. Ocorreu uma redução significativa do rácio do défice público, mas que, mesmo assim, se manteve acima de 3% (descida de 1 p.p. para 3,4%), enquanto a dívida pública recuou ligeiramente (para 88,6%, menos 0,4 p.p. que em 2015).

Pelo contrário, nos EUA, assistiu-se em 2016 a uma subida do peso do défice público no PIB (para 4,8%, mais 0,6 p.p. que em 2015), invertendo, assim, a descida verificada no ano anterior, enquanto a dívida pública bruta manteve a sua trajectória ascendente (subiu 2,1 p.p. para 107,3%). No contexto da nova presidência norte-americana e das anunciadas medidas de redução de vários impostos e de incremento do investimento público, espera-se a continuação da subida destes indicadores nos anos mais próximos.

No Japão, depois de uma significativo movimento de consolidação orçamental entre 2013 e 2015, registou-se uma (ligeira) subida do rácio do défice orçamental no PIB em 2016 (3,7%, mais 0,2 p.p. que no ano anterior). Já o rácio da dívida pública prolongou a trajectória ascendente anterior, como reflexo dos elevados défices públicos dos últimos anos (subida para 248,8% do PIB em 2016, mais 0,8 p.p. que em 2015).

África Subsariana

Estima-se que a região da África Subsariana registou em 2016 um crescimento de apenas 1,6%, a menor taxa de crescimento em mais de duas décadas, segundo nova avaliação semestral publicada pelo Banco Mundial em Outubro de 2016. Entre as causas da desaceleração identificadas por este organismo financeiro, podemos salientar as incertezas políticas domésticas, bem como o prolongamento das consequências regionais da redução do preço das matérias-primas no mercado mundial.

Etiópia, Tanzânia e Ruanda devem registar uma taxa crescimento acima dos 6%. Costa do Marfim e Senegal também esperam valores acima da média da região. São esses países que, de acordo com o Banco Mundial, estão a conseguir manter suas economias resilientes e encontrar novas soluções de desenvolvimento.

De acordo com os últimos dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a África do Sul voltou a ser a maior economia do continente africano. Os últimos cálculos colocam o PIB da África do Sul em USD 301 mil milhões, e o da Nigéria em USD 296 mil milhões. Neste âmbito, é de salientar a evolução recente do rand sul-africano, o qual se valorizou 15% no último trimestre de 2016, impulsionado pela liquidez internacional num cenário de incerteza na Europa e adiamento da subida das taxas de juro nos EUA.

Contudo, a incerteza política neste país tem sido particularmente sentida. No final do ano passado, a África do Sul chegou a ter três Ministros das Finanças diferentes no espaço de uma semana. Por outro lado, a naira nigeriana tem vindo a desvalorizar desde meados de 2014, quando se verificou a redução do preço do petróleo, principal produto de exportação do país.

+2,9%

CRESCIMENTO DO PIB

real da região para 2017 e 3,6 para 2018, previsto pelo Banco Mundial

As disparidades verificadas ao nível da África Subsariana devem-se ao facto de alguns países apresentarem uma economia mais diversificada, não dependendo tanto da exportação de *commodities*.

O Banco Mundial prevê uma recuperação modesta nos próximos dois anos, com o crescimento do Produto Interno Bruto real da região calculado em 2,9% para 2017 e 3,6% para 2018.

Tendo em conta as disparidades em termos de desenvolvimento nos diferentes países da África Subsariana, o Banco Mundial anunciou um financiamento recorde de USD 57 mil milhões, o qual se destina a projectos de desenvolvimento a concretizar nos próximos três anos, incluindo o fornecimento de serviços essenciais de saúde e nutrição para cerca de 400 milhões de pessoas.

A maior parte do financiamento — USD 45 mil milhões — será proveniente da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o fundo do Grupo Banco Mundial.

Este financiamento ajudará os países africanos a continuarem a crescer, a criar oportunidades para os seus cidadãos e a reforçar a capacidade de resistência a choques e crises.

A eventual ampliação do financiamento para a África Subsariana será feita com base nas experiências bem-sucedidas, bem como nas necessidades de 448 projetos em andamento por todo o continente africano.

ECONOMIA ANGOLANA

O choque no preço do petróleo, que se verifica desde finais de 2014, reduziu substancialmente as receitas fiscais e as exportações líquidas da economia Angolana, o que limitou o crescimento económico em 2015 e em 2016, tendo conduzido igualmente ao acelerar da inflação anual acumulada para, aproximadamente, 42% em finais de 2016.

Neste cenário de crise financeira que o País enfrenta, tem-se assistido a um esforço significativo por parte do Governo em reforçar a estabilidade económico-financeira, com a implementação de várias reformas, nomeadamente ao nível da máquina administrativa do Estado, com um ênfase particular na Sonangol; ao nível do sector bancário, com a adequação às normas internacionais de contabilidade e de compliance, numa linha de convergência com as melhores práticas internacionais, bem como, não menos relevante, ao nível da administração fiscal.

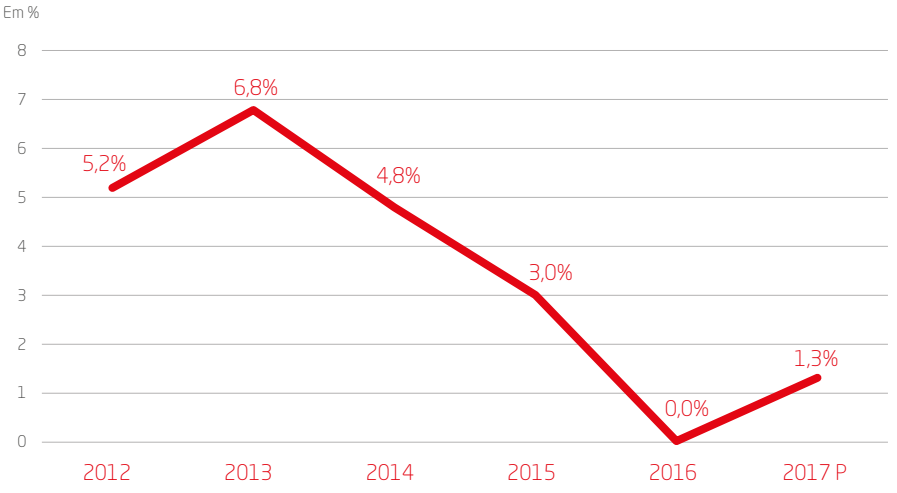
6,8%

DO PIB
Aumento do défice fiscal

Em Setembro de 2016, o Orçamento Geral do Estado foi ajustado para ter em conta a redução das receitas e para manter o crescimento. As despesas de investimento aumentaram 16%, do que resultou um aumento do défice fiscal para 6,8% do PIB, face aos 5,5% inicialmente previstos. Por outro lado, esta revisão teve um impacto negativo nas despesas do sector social, que foram reduzidas em cerca de 8%.

Segundo dados do FMI, estima-se que o crescimento real do PIB tenha estagnado em 2016, com a contracção do sector não petrolífero em 0,4%, pressionado pelos sectores industrial, da construção e dos serviços. A produção industrial e a exploração agrícola, apesar do potencial de substituição das importações, foram limitadas pela escassez de insumos importados, em razão dos constrangimentos de disponibilidade de divisas.

CRESCIMENTO REAL DO PIB



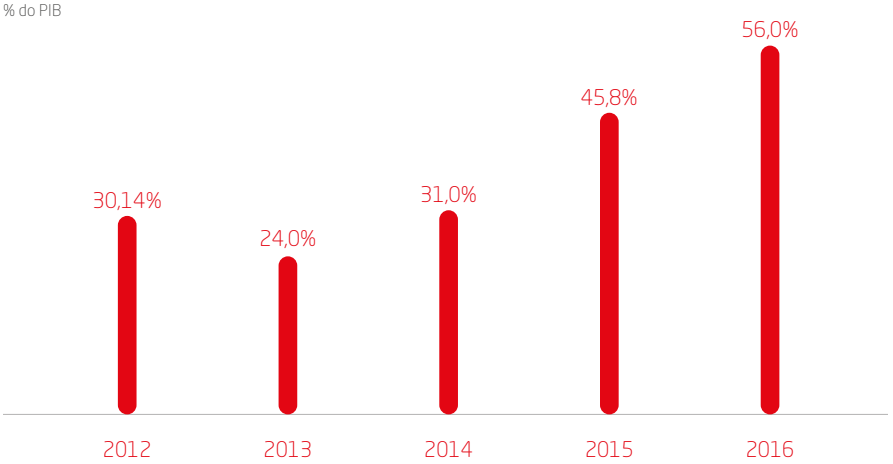
Fonte: FMI

Dívida Pública

A acumulação de défices públicos e a acentuada redução do ritmo de crescimento tem levado a uma trajectória ascendente do rácio da dívida pública no PIB, que se deverá ter fixado em cerca de 56% em 2016, contra os 46% verificados no ano anterior.
Se a este valor acrescermos a dívida da Sonangol, estima-se que em 2016, o rácio de dívida pública no PIB tenha superado os 70%.

DÍVIDA PÚBLICA

% do PIB



Fonte: MINFIN

Produto Interno Bruto

De acordo com o FMI, verificou-se em 2016 uma estagnação do crescimento do PIB, o que corresponde a um abrandamento de 3% em relação ao ano de 2015 e de 6,8% em relação ao máximo observado em 2013.

Estima-se que o sector petrolífero tenha sido o que mais se ressentiu da queda do preço do petróleo, com um crescimento de apenas 0,8% contra os 6,4% verificados em 2015. Por outro lado, o sector não petrolífero terá registado um decréscimo de 0,4% quando comparado com o crescimento de 1,6% de 2015.

	'12	'13	'14	'15	'16
PIB pm	5,2	6,8	4,8	3,0	0,0
Sector petrolífero	4,3	-0,3	-0,8	6,4	0,8
Sector não-petrolífero	5,6	7,2	5,6	1,6	-0,4

Fonte: FMI

O principal desafio económico para Angola continua a ser a necessidade de diversificar a sua economia, substituir as importações e/ou aumentar as exportações. A realização destes objectivos exige uma redução de custos no sector não petrolífero e a resolução dos constrangimentos em termos de capital físico e humano.

Neste sentido, embora num ambiente difícil, perspectiva-se uma cada vez maior aposta do Governo Angolano em projectos que contribuam para a diversificação da economia nacional, aliada ao esforço de atracção do investimento privado.

Reservas Internacionais e Sector Petrolífero

As reservas internacionais líquidas reduziram significativamente com a queda do preço da principal matéria-prima, verificando-se uma diminuição de aproximadamente 30% de 2012 para 2016, equivalente a cerca de 9 mil milhões de Dólares.

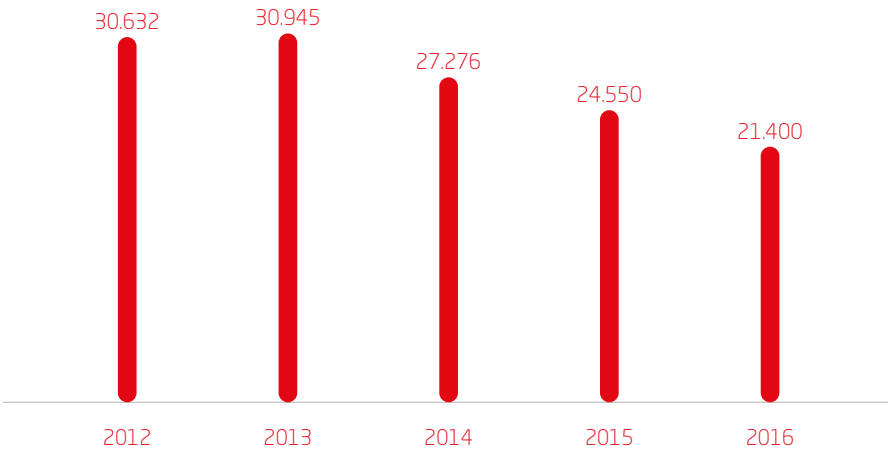
Os níveis de reservas têm apresentado uma tendência de decréscimo, com um *stock* de USD 21.400 milhões de Dólares a 31 de Dezembro de 2016, o que equivale a uma redução de 13% face ao *stock* do ano anterior, limitando desta forma o volume de vendas de divisas aos bancos comerciais por parte do Banco Nacional de Angola (BNA).

Com referência ao final do ano de 2016, as reservas internacionais líquidas representam uma cobertura de cerca de oito meses de importações.

O BNA, enquanto agente regulador do mercado cambial e responsável pela alocação de divisas tem, neste cenário de maior restrição, procurado alocar as divisas disponíveis aos sectores definidos como prioritários, tais como, por exemplo, o sector da distribuição de bens alimentares, da indústria e da agricultura, entre outros.

RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS

Milhões USD



Fonte: OPEP

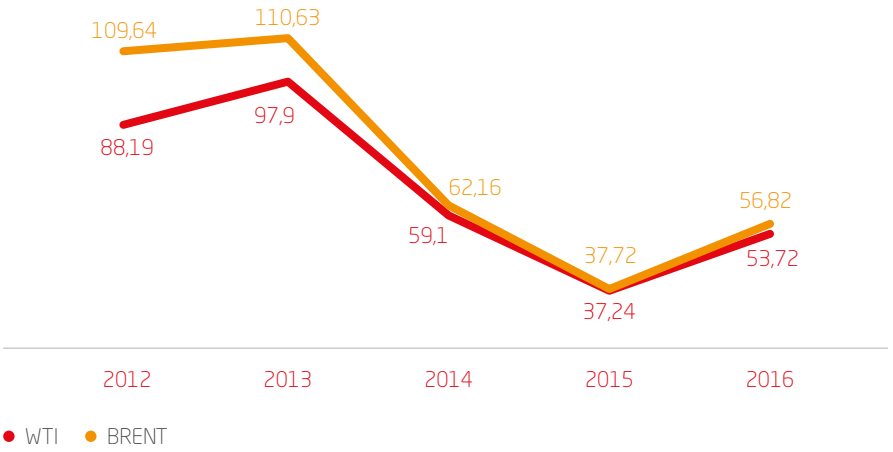
50%
SUBIDA DO PREÇO
spot do petróleo em 2016

A dinâmica actual do preço do petróleo nos mercados internacionais incorpora um conjunto de incertezas em torno das forças de mercado, bem como outros factores especulativos. No ano de 2016, o preço *spot* do petróleo apresentou uma subida na ordem dos 50%, passando de 37,72 US$bbl em Dezembro de 2015, para 56,82 US$bbl em Dezembro de 2016, ainda que, no primeiro trimestre de 2016, tenha atingido um mínimo de 27,10 US$bbl.

A variação positiva ocorrida no preço do barril de petróleo em 2016 e a sua manutenção no início de 2017, reforçaram a expectativa positiva de aumento das receitas fiscais para este ano, atendendo inclusive ao facto do preço observado no final de 2016 se encontrar cerca de 20% acima do valor considerado aquando da elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2017.

EVOLUÇÃO DO PREÇO DE PETRÓLEO

US$bbl



Fonte: BNA

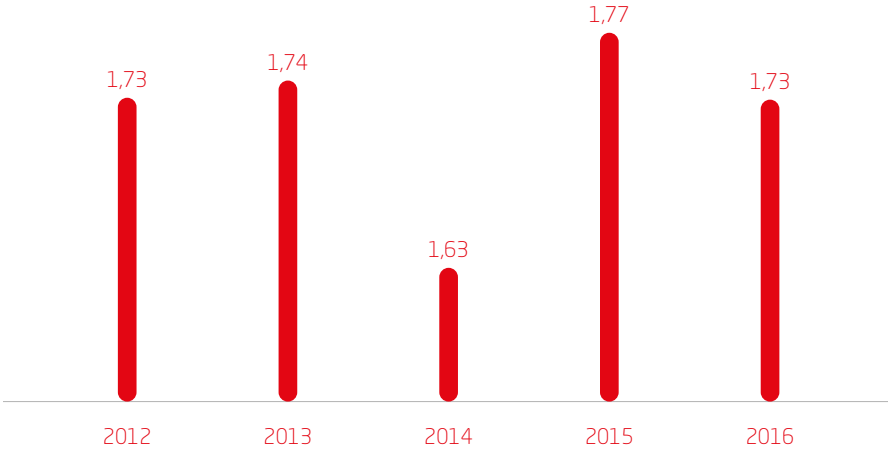
ANGOLA É LÍDER
ao nível
da produção
de petróleo
em África

De acordo com os relatórios mensais mais recentes da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Angola colocou-se na posição de líder ao nível da produção de petróleo em África, superando a Nigéria.

O arranque de novos projectos manteve a produção petrolífera de 2015 e de 2016 em níveis historicamente elevados, respectivamente 1.77 e 1.73 milhões de barris dia, o que permitiu atenuar o impacto na receita fiscal da descida do preço.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Milhões de barris/dia



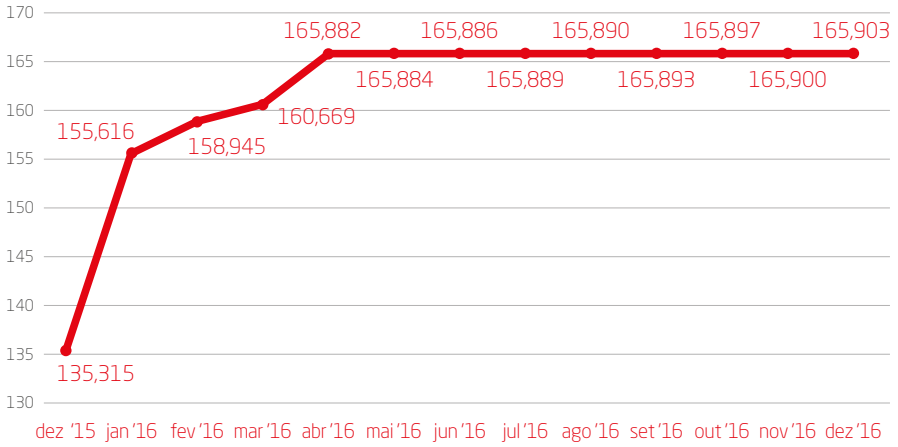
Fonte: OPEP

Mercado Cambial

A conjuntura económica menos favorável potenciada pela redução do preço do petróleo, levou a uma diminuição da entrada de moeda estrangeira no País e, naturalmente, a uma menor disponibilidade de divisas para liquidação das transacções com o exterior, quer a nível do Estado, quer a nível das empresas e dos particulares. Estes factos têm contribuído significativamente para a manutenção de um desequilíbrio no mercado cambial, criando uma pressão cambial significativa que culminou na depreciação sucessiva da moeda nacional em 2015 e em 2016. Adicionalmente, o diferencial entre as taxas de câmbio dos mercados formal e informal aumentou significativamente, tendo inclusive, em 2016 atingido *spreads* acima dos 150%.

Em 2016, o BNA procedeu à desvalorização do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos em cerca de 23% (32% em 2015), tendo esta ocorrido, essencialmente, nos primeiros quatro meses do ano. Este foi um dos factores que, associado à remoção dos subsídios estatais aos preços internos dos combustíveis, contribuiu para a aceleração da inflação.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO



Fonte: BNA

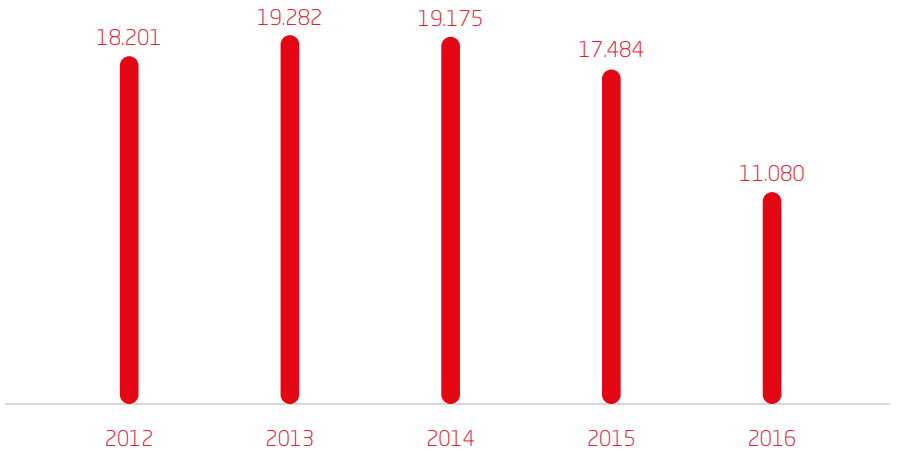
37%
REDUÇÃO
substancial de divisas

O BNA vendeu 11.080 milhões de Dólares aos Bancos Comerciais em 2016, o que equivale a uma redução de cerca de 6 mil milhões, quando comparada com 2015. Esta redução substancial de divisas, na ordem dos 37%, associada à quebra das reservas internacionais líquidas, tem levado, cada vez mais, a uma actuação do BNA no mercado cambial, através de vendas dirigidas a sectores e clientes considerados como prioritários pelo Executivo.

Importa também salientar que, durante o ano de 2014, a compra de divisas ao BNA representou 55% das operações executadas, sendo que em 2015 e 2016 representou mais de 95% das operações executadas, evidenciando assim uma dependência significativa, uma vez que, com excepção do sector petrolífero, que desde Novembro de 2014 passou a vender as divisas directamente ao BNA, em substituição dos Bancos Comerciais, as receitas de exportação de outros sectores não são relevantes para fazer face às responsabilidades com o exterior.

VENDA DE DIVISAS DO BNA

Em milhões de USD

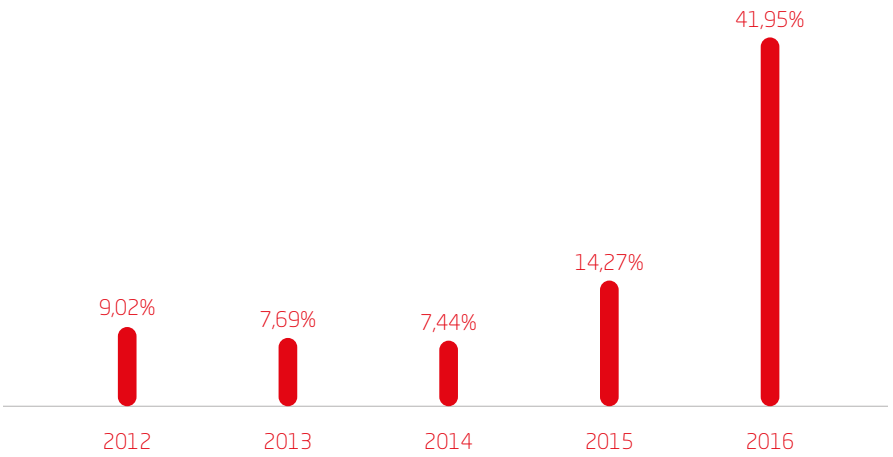


Fonte: BNA

Inflação e Mercado Monetário

A inflação anual acumulada de 2016 fixou-se em cerca de 42%, quando em 2015 se tinha fixado em cerca de 14%, o que equivale a um aumento de perto de 190%. Para esta inflação foram essenciais dois factores: a desvalorização da moeda nacional face ao Dólar dos Estados Unidos e o ajustamento do preço dos combustíveis que deixaram de ter a comparticipação do Estado.

INFLAÇÃO ANUAL ACUMULADA

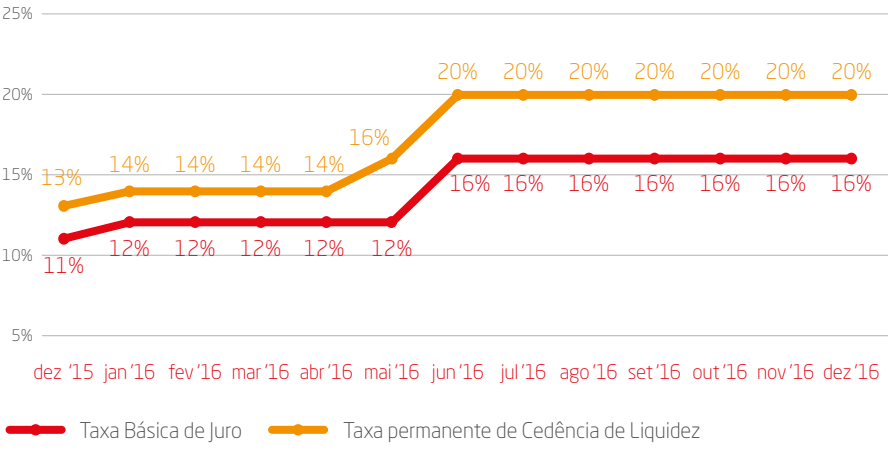


Fonte: INE / MINFIN

Neste cenário de maior instabilidade de preços, ocorrido em 2016, a política monetária teve que adoptar uma postura contraccionista, de modo a manter estáveis os níveis de massa monetária em circulação, controlando a trajectória ascendente da taxa de inflação e garantindo a preservação da solvabilidade externa da economia. Todavia, as características estruturais da economia nacional, de exportador líquido de petróleo e de elevada dependência das importações e receitas petrolíferas, são um constrangimento a um aprofundamento mais eficaz da função monetária.

No âmbito do Comité de Política Monetária, o Banco Nacional de Angola procedeu, no final do 1º semestre de 2016, ao aumento das taxas de referência do mercado monetário, nomeadamente com a subida de 16% para 20% da taxa permanente de cedência de liquidez e com a subida de 12% para 16% da taxa básica de juro, procurando desta forma controlar a massa monetária em circulação, bem como servir de incentivo a uma maior poupança dos vários agentes económicos.

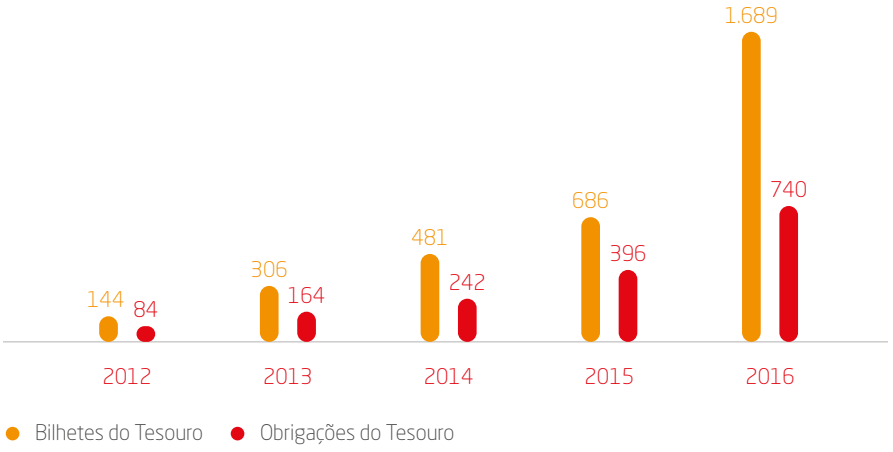
INDICADORES MACROECONÓMICOS



Com a queda do preço do petróleo e no contexto dos desequilíbrios macroeconómicos que se registaram, o Estado recorreu a emissão de dívida para garantir o seu funcionamento e a concretização de vários projectos públicos. Desta forma, ao nível do mercado de títulos de dívida pública, verificou-se um aumento de 124,71% das emissões de papéis do Tesouro no ano 2016, comparativamente ao ano de 2015. No ano de 2016 foram colocados no mercado, títulos no montante de AKZ 2.429 mil milhões, sendo AKZ 1.689 mil milhões em Bilhetes do Tesouro (BT´s) e AKZ 740 mil milhões em Obrigações do Tesouro (OT's), para a gestão corrente do Tesouro Nacional.

EMISSÃO DE TÍTULOS

Mil milhões de Kwanzas

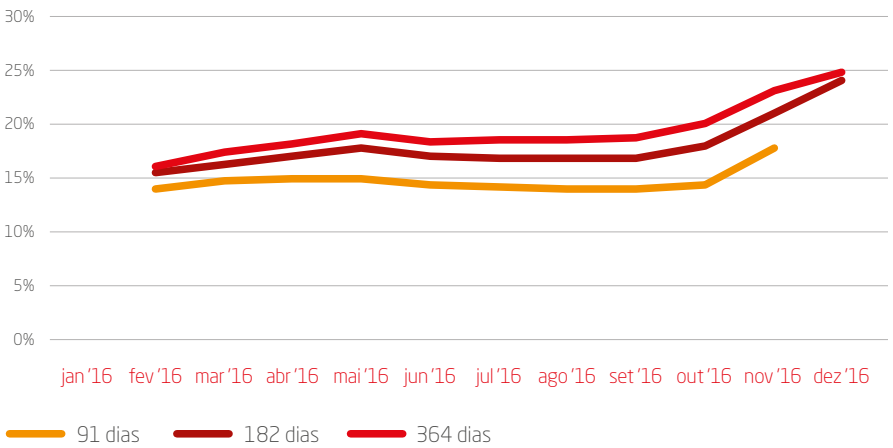


Fonte: BNA

As taxas de juro médias dos BT's eram, até Setembro de 2016, na ordem dos 14%, 16% e 16% para as maturidades de 91, 182 e 364 dias, respectivamente, tendo aumentado substancialmente, para as mesmas maturidades, para taxas na ordem dos 19%, 24% e 25%, a Dezembro de 2016. Este comportamento do custo da dívida pública traduz um agravamento comparativamente ao verificado em 2015 e no início de 2016, dada a maior necessidade do Tesouro obter financiamento a curto prazo.

Relativamente às Obrigações do Tesouro com as maturidades de 2, 3, 4 e 5 anos, as respectivas taxas de juro mantiveram-se estáveis durante o ano 2016, com taxas de 7,00%, 7,25%, 7,50% e 7,75%.

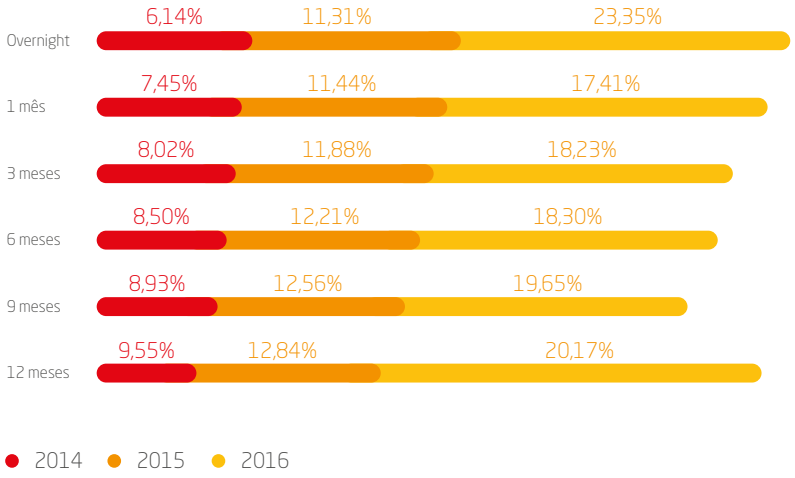
TAXAS DE JURO - BILHETES DE TESOURO



Face aos desequilíbrios macroeconómicos e às alterações de política monetária ocorridas, observou-se em 2016 uma subida substancial das taxas de juro do mercado monetário interbancário, sendo que a taxa overnight (O/N), que estava em 11,31% no final de 2015, finalizou o ano de 2016 em 23,25%.

Nas taxas Luibor a 3, 6 e 12 meses, estas eram de 12,21%, 12,56% e de 12,84%, respectivamente em final de 2015, tendo finalizado o ano de 2016 em 18,30%, 19,65% e 20,17%, respectivamente. Consequentemente, estes aumentos tornaram os empréstimos entre Bancos mais caros, bem como o crédito à economia, dado que estas são as taxas de referência para a concessão de crédito.

LUIBOR BNA



Fonte: BNA

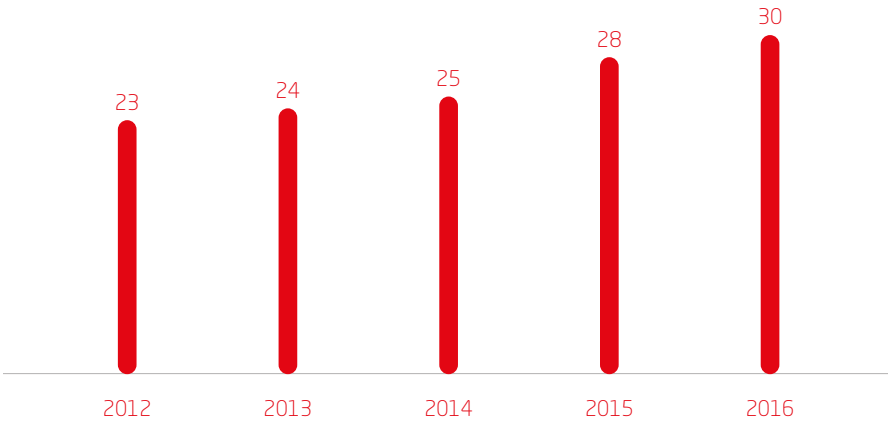
Na generalidade, a evolução das taxas de juro dos papéis reflectiu o aumento das necessidades de financiamento do Executivo, devido à redução das receitas provenientes do sector petrolífero e ao aumento do risco, em resultado das perspectivas de abrandamento económico. O que poderá advir deste aumento de financiamento interno através do mercado primário de títulos é a limitação de concessão de crédito ao sector privado, comprometendo a contribuição deste sector para o crescimento futuro da economia.

Indicadores do Sector Bancário

O aumento da taxa de bancarização da população Angolana continua a ser prioritário para o sector bancário. A taxa de bancarização da população alcançou, em 2016, cerca de 52%, correspondente a 7,8 milhões de contas bancárias abertas, num universo de 14,8 milhões de pessoas adultas acima dos 15 anos, de acordo com dados do BNA. Para este crescimento tem contribuído, entre outros factores, o aumento do número de agências por parte da Banca Comercial nos diferentes municípios do País, bem como o programa de inclusão financeira 'Bankita', que consiste na abertura de contas a partir dos 100 kwanzas.

Segundo a Direcção para Educação e Inclusão Financeira do BNA, o processo de bancarização da população, que consta de uma estratégia iniciada em 2013, visa alcançar, até 2017, cerca de 60% da população adulta, em conformidade com os critérios internacionais para a inclusão financeira.

EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS



O crescimento do sector bancário tem sido possível através da expansão da rede de agências, da disponibilização de canais de distribuição alternativos, assim como de meios electrónicos. De salientar ainda o crescimento dos níveis de bancarização da população da classe média, a estruturação de produtos e serviços bancários com maior complexidade e o retorno associado a esses produtos orientados para segmentos de mercado específicos. O estabelecimento de acordos entre entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de projectos estruturantes para o País, tem sido a mola impulsionadora para a alavancagem dos níveis de bancarização da população no circuito monetário.

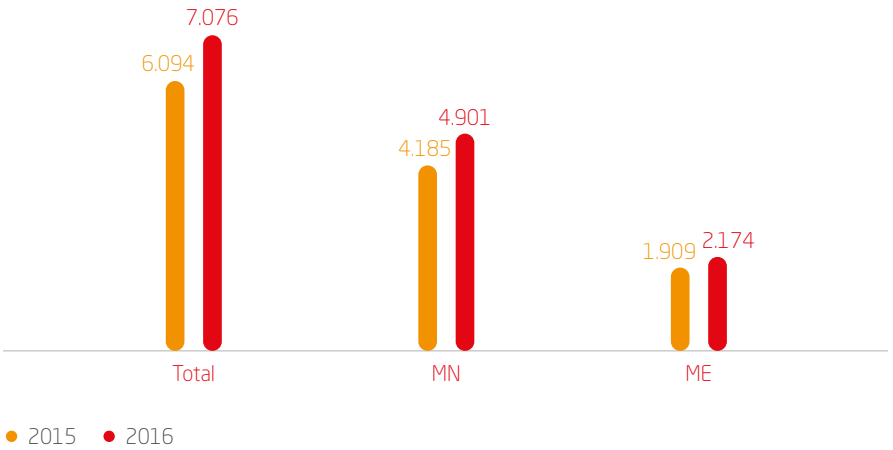
+16%

CRESCIMENTO ANUAL
do valor agregado dos depósitos de clientes em 2016, face a 2015

Assim, em 2016, o valor agregado dos depósitos de clientes foi de 7.075 mil milhões de Kwanzas, o que representou um crescimento anual de 16% face a 2015. Este crescimento foi potenciado maioritariamente pelos depósitos à ordem, que representam mais de 50% do total de depósitos. Em 2016, os depósitos em moeda nacional representavam 69% do total de depósitos, mantendo o mesmo peso verificado em 2015, reflectindo desta forma o fenómeno da desdolarização da economia Angolana.

DEPÓSITOS TOTAIS

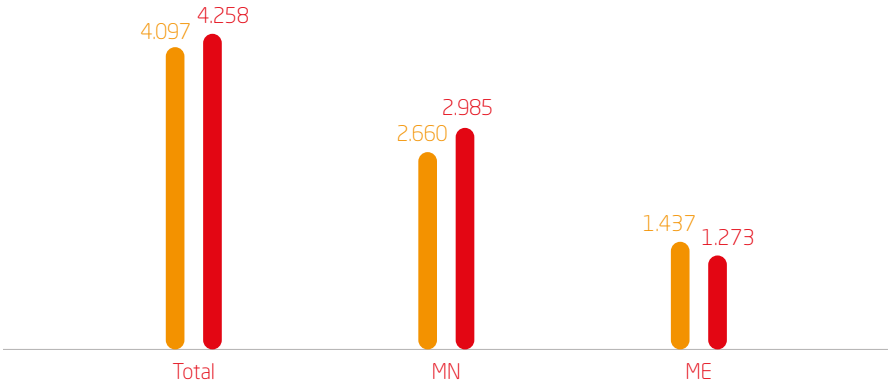
Em mil milhões de Kwanzas



Em 2016, o crédito concedido (crédito bruto) apresentou um crescimento de 3,94%, acima do crescimento registado em 2015 (2,01%). O crédito concedido a clientes continua a apresentar uma tendência crescente, embora com um ritmo menos expressivo do que em anos anteriores devido ao abrandamento da actividade económica, com normas de concessão mais restritivas, reflexo das políticas monetárias adoptadas pelo BNA com a consequente subida de taxas de juro, bem como por cada Banco em particular. Em 2016 o seu valor agregado correspondeu a 4.258 mil milhões de Kwanzas, sendo que o crédito concedido em moeda nacional (com um peso de 70% sobre a carteira) registou um aumento de 12% e o crédito em moeda estrangeira uma diminuição de 11%. A concessão de financiamentos de médio e longo prazo ao sector empresarial para projectos de desenvolvimento da economia, nomeadamente no âmbito do programa Angola Investe, tem sido uma das estratégias para tentar reduzir a dependência externa e as importações.

CRÉDITO TOTAL

Em mil milhões de Kwanzas



DESENVOLVIMENTOS APRESENTADOS

no sector bancário potenciaram o crescimento continuado da população bancarizada

A evolução verificada na captação de recursos e concessão de crédito, reflecte o papel crucial que o sector bancário mantém no desenvolvimento estrutural e continuado da economia Angolana, apoiando empresas e particulares na resposta às suas necessidades de investimento, contribuindo assim para a diversificação estrutural da economia.

Os desenvolvimentos apresentados ao nível do sector bancário têm potenciado o crescimento continuado da população bancarizada Angolana. As instituições bancárias continuam na execução das suas estratégias de crescimento para as zonas urbanas e rurais, quer para clientes particulares, quer empresariais e institucionais, através do aumento da rede de canais presenciais (balcões e centros de empresas), bem como da proliferação do acesso a diferentes meios de pagamento e exploração de canais electrónicos para a realização das principais actividades bancárias, reforçando assim a tendência observada nos últimos anos.

A previsão para 2017 associada ao sector bancário revela inúmeros desafios, desde a sua adequação ao modelo padrão de reporte contabilístico, ao controlo dos seus custos operacionais e à implementação de um adequado modelo de rentabilidade, das imparidades do crédito e de uma cada vez maior adequação às melhores práticas internacionais de Compliance.

POSICIONAMENTO DO BANCO BIC NO SECTOR BANCÁRIO

Tal como em 2015, a realidade económica no ano de 2016 continuou ensombrada pela queda substancial dos preços do petróleo no mercado internacional, o que, dada a elevada dependência das receitas provenientes do sector petrolífero, condicionou o desempenho da economia Angolana como um todo e que se reflecte nas principais variáveis económicas e financeiras.

O impacto dos desajustamentos foi sentido a nível de todo o sistema financeiro, na economia angolana, com uma ênfase particular ao nível do Mercado Cambial, com uma redução bastante acentuada no volume de divisas vendidas pelo BNA, correspondente a 36,6%, comparativamente ao ano 2015. Esta redução, tão substancial, que acresce à já ocorrida de 2014 para 2015, veio atrasar e diminuir, ainda mais, os pagamentos ao exterior, com reflexos negativos ao nível da actividade das empresas e dos particulares. Naturalmente que esta situação, associada à desvalorização cambial ocorrida, se veio traduzir num menor volume de negócios das empresas e num menor poder de compra para os particulares, bem como na capacidade de ambos de responder da mesma forma aos compromissos assumidos quer externamente, quer internamente ao nível das responsabilidades de crédito.

No âmbito das políticas cambiais, o Executivo adoptou um conjunto de medidas restritivas, iniciadas em 2015, com o intuito de manter a estabilidade dos níveis de preços, nomeadamente a obrigação dos bancos comerciais constituírem junto do BNA uma reserva específica em moeda nacional, de montante correspondente ao contravalor das necessidades de moeda estrangeira pretendida. Em paralelo, o BNA, para além da venda de divisas por leilão, passou a ter uma actuação no mercado cambial através de vendas dirigidas a sectores e a clientes considerados como prioritários pelo Executivo.

O sistema bancário nacional também se ressentiu dos efeitos da crise financeira e económica, tendo o crédito concedido à economia passado de cerca de USD 30 mil milhões para USD 26 mil milhões, uma contracção na ordem dos 15%, quando analisada em moeda estrangeira. Quanto à captação de depósitos, apesar do crescimento em moeda nacional, ocorreu um decréscimo na ordem dos 10% quando convertidos para USD. Ambos os indicadores ficaram naturalmente afectados pela desvalorização cambial do AKZ/USD, em cerca de 23%, ocorrida durante o exercício de 2016.

Perante este cenário de um enquadramento económico menos favorável, de elevada inflação, de taxas de juros mais altas e de redução da massa monetária, o Banco BIC manteve o seu foco no controlo de custos da sua estrutura, na prudência na concessão e análise de novos financiamentos e numa gestão de liquidez adequada aos desajustamentos de mercado, bem como, face ao enquadramento internacional, numa cada vez maior adequação às exigências de Compliance e de reporte contabilístico.

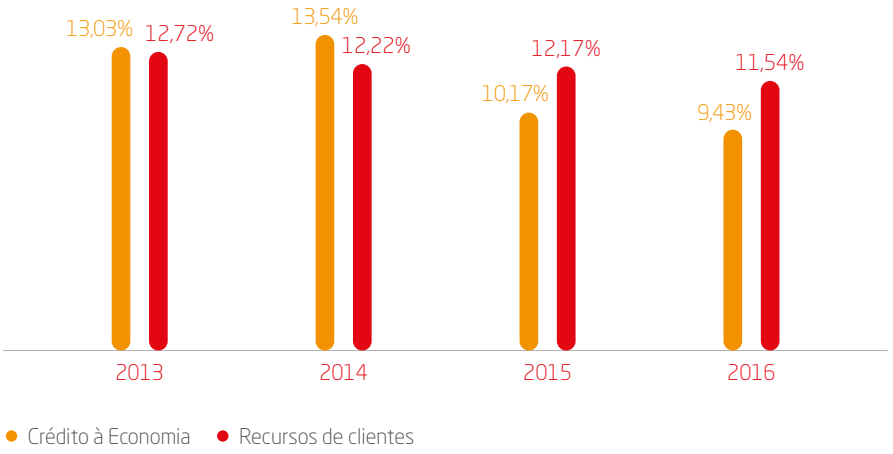
Apesar da desaceleração da actividade económica a nível nacional, o ano de 2016 foi relativamente positivo para o Banco BIC, no que diz respeito à evolução dos seus principais indicadores de negócio. A evolução positiva de alguns indicadores só foi possível graças à dinâmica comercial existente, suportada pelas mais de 226 unidades comerciais.

A carteira de crédito concedido a empresas e particulares, medida em Kwanzas, aumentou cerca de 13% face a Dezembro de 2015, enquanto que o crédito concedido ao Estado apresentou um crescimento de 30% no mesmo período. Por outro lado, os depósitos de clientes apresentaram uma evolução positiva de 10% comparativamente a Dezembro de 2015, quando medidos em Kwanzas.

Em 2016, nas suas intervenções no mercado cambial, o BNA disponibilizou aos bancos comerciais, por meio de leilões e de vendas directas realizadas em mercado primário, recursos cambiais avaliados em USD 11.080 Milhões, o que representa uma queda de 37% face ao ano de 2015. O Banco BIC comprou, ao longo do ano de 2016, um montante de, aproximadamente, 1.190 milhões.

O volume de crédito cresceu a taxas sustentáveis e compatíveis com o risco, tendo o Banco obtido a 31 de Dezembro de 2016 uma quota de mercado de cerca de 9% em 2016.

QUOTAS DE MERCADO



A actividade de crédito tem igualmente um papel indispensável no suporte aos esforços em curso de diversificação da economia angolana, funcionando como dinamizador dos diferentes sectores económicos. Foi neste contexto que o Banco BIC aderiu em 2013 ao programa Angola Investe (que inclui uma linha de crédito bonificado e um fundo de garantias públicas), tendo aprovado cerca de AKZ 23 biliões até 31 de Dezembro de 2016, correspondendo a um total de 51 projectos, dos quais 40 já se encontram em execução.

AUMENTO DO INVESTIMENTO associado ao reforço das áreas de Controlo Interno, Risco e de Compliance

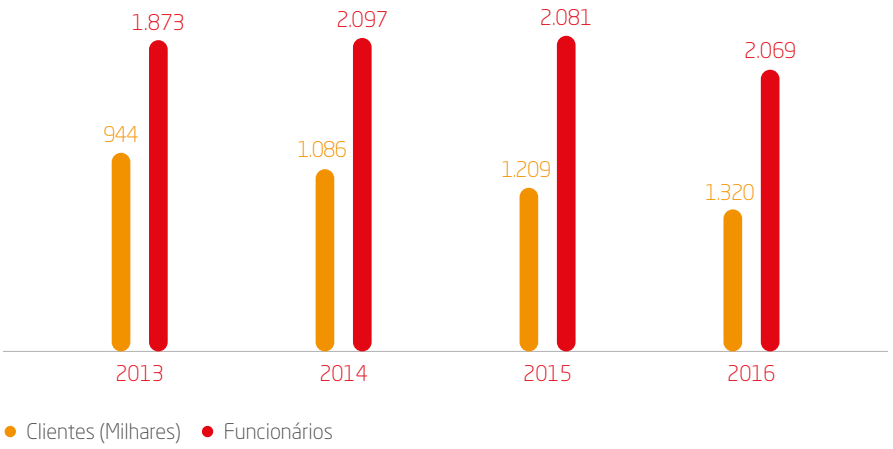
Desta linha de crédito, até 2016, já foram desembolsados cerca de AKZ 14 biliões, no âmbito do programa Angola Investe, sendo que as províncias beneficiadas foram Luanda, Kwanza - sul e Kwanza - norte, Bengo, Benguela, Uíge, Bié, Huíla e Huambo. Os sectores com maiores concessões foram a Indústria Transformadora e a Agricultura e Pescas com um total de 34 e 14 projectos, respectivamente.

Mesmo num cenário adverso, em 2016 foram aprovados 13 novos projectos - Angola Investe, num montante total de AKZ 5 biliões.

O crescimento que o Banco BIC alcançou, até à data, implicou investimentos substanciais em infra-estrutura e tecnologia da informação, bem como ao nível do capital humano, pilares indispensáveis para o mercado bancário. A par com o investimento em infra-estruturas e tecnologia, nos exercícios de 2015 e 2016 o Banco aumentou o investimento associado ao reforço das áreas de Controlo Interno, Risco e de Compliance.

O Banco BIC reforçou ainda, embora de forma mais moderada, a sua rede de balcões com abertura de mais 3 unidades de negócio totalizando, desta forma, 226 unidades de negócio em todo território nacional, atendendo uma base diversificada de clientes, a fim de manter uma estratégia eficaz, equilibrada e de geração de valor para os mesmos. O quadro de colaboradores teve uma redução de 12 colaboradores, para um total de 2.069 colaboradores.

INDICADORES DE MERCADO



111.000

CRESCIMENTO
da base de clientes, totalizando cerca de 1.320.000 clientes

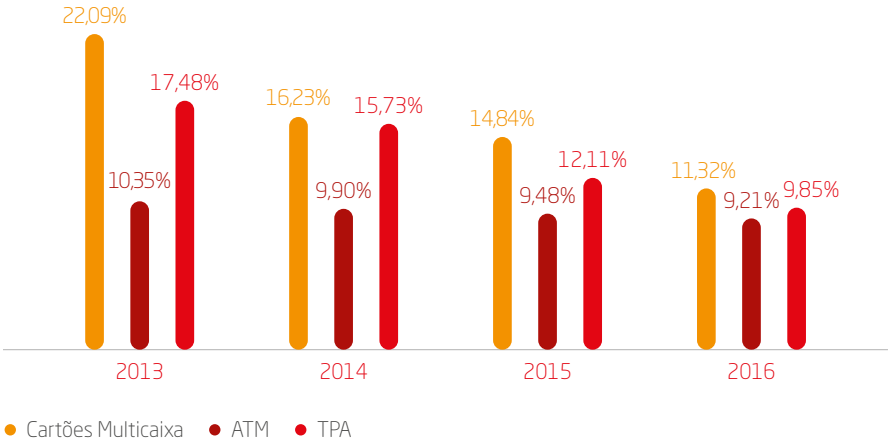
O Banco BIC mantém a sua filosofia de banco de portas abertas e de proximidade, sempre receptivo aos que procuram os produtos e serviços bancários. Com base nesta filosofia, a base de clientes teve um crescimento de mais de 111.000 clientes, totalizando cerca de 1.320.000 clientes, compostos por institucionais, empresas e particulares.

A permanente aposta na diversificação e na qualidade da sua oferta e prestação de serviços bancários, são visíveis com a disponibilização à rede de um total de 262 ATM´s em 2016, representando um aumento de 4% comparado com o ano anterior, estando a totalidade de ATM´s distribuídos por todo o território nacional, dando maior possibilidade às populações de efectuarem as suas transacções a qualquer altura do dia.

A nível de TPA´s foram contabilizados para 2016 um total de 3.698 junto dos nossos clientes, representando cerca de 10% do total disponível no mercado.

A nível dos cartões, um dos segmentos da oferta de produtos e serviços, encontravam-se emitidos um total de 402.154 cartões em 2016.

QUOTAS DE MERCADO



multicaixa

BancoBIC

03
ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

COMPETÊNCIA PARA CRESCER

A confiança conquista-se. Alimentá-la com competência é vital para o seu enraizamento e vivacidade. O nosso compromisso assenta no fazer bem, melhor e com resultados consequentes.

CRESCEMOS JUNTOS

03

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO

Desde a sua constituição que a prestação de serviços caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de cada cliente, são um dos pilares estratégicos e de diferenciação do Banco BIC.

A estrutura comercial do Banco foi definida tendo em conta uma melhor orientação para as necessidades do cliente estando, deste modo, dividida em quatro segmentos principais, designadamente Particulares e Negócios, Private Banking, Investimento e Empresas.

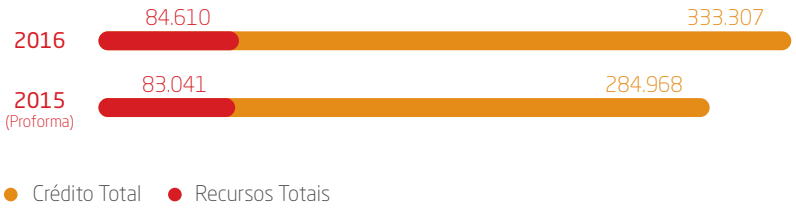
O reforço da actividade internacional, com o Banco BIC Português, o Banco BIC Cabo Verde, o Escritório de Representação na África do Sul e a abertura, já no exercício de 2016, do Bank BIC Namibia, permitiu o enfoque nos níveis de eficiência entre instituições, que representam uma fonte de crescimento e um aumento de valor fundamentais para os nossos clientes.

Direcção de Particulares e Negócios

A Direcção de Particulares e Negócios (adiante DPN) conta, em 31 de Dezembro de 2016, com um total de 199 agências e 6 postos de atendimento distribuídos por todas as províncias de Angola e que representam cerca de 90% do total da rede comercial do Banco BIC.

CRÉDITO TOTAL
o valor global da carteira da Direcção das empresas ascendeu a AKZ 382.265 milhões

Esta Direcção, que suporta a Rede de Agências do Banco BIC, registou um acréscimo de AKZ 48.339 milhões ao nível dos recursos totais de clientes em 31 de Dezembro de 2016 (+17% face a 31 de Dezembro de 2015), tendo atingido o montante total de AKZ 333.307 milhões naquela data. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira da DPN ascendeu a AKZ 84.610 milhões a 31 de Dezembro de 2016 (um aumento de 2% face a 31 de Dezembro de 2015).



Direcção de Empresas

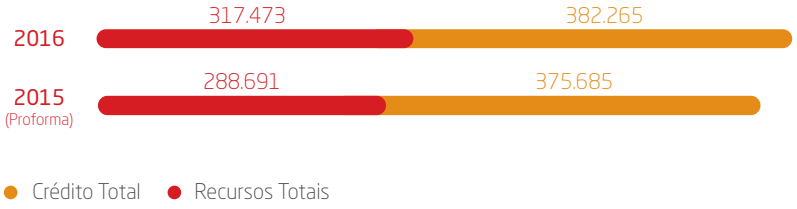
No ano de 2016, a Direcção de Empresas (adiante DE) continuou a acção de fidelizar os clientes na prestação de um serviço mais qualificado. A 31 de Dezembro de 2016 dispunha de 17 centros de empresas.

No ano de 2016, o esforço da DE, não só na angariação de novos clientes, mas também no reforço da sua relação comercial com os actuais clientes, reflectiu-se no crescimento ao nível dos recursos captados em mais de AKZ 6.580, passando de AKZ 375.685 milhões em Dezembro de 2015 para AKZ 382.265 milhões em Dezembro de 2016 (crescimento de 2%).

Em termos de crédito concedido a clientes, em 31de Dezembro de 2016 o total gerido pela DE atingiu AKZ 317.473 milhões, um crescimento de 10% face a 31 de Dezembro de 2015. Tendo sempre presente os rácios de solvabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira

de crédito, a DE continuou a monitorar de perto a sua carteira de clientes e, para aqueles que apresentaram sinais de maior dificuldade, estabeleceu uma política criteriosa de renovações de operações, sendo o reforço de garantias associadas às operações de crédito uma das ferramentas de gestão decisivas.

A Direcção de Empresas, em 31 de Dezembro de 2016, contribuiu com cerca de 69% para a carteira de crédito e com 45% para a carteira de recursos totais do Banco.



Direcção de Empresas – Departamento de Petróleo e Gás

Em Maio de 2012, com a aprovação da nova Lei Cambial aplicável ao sector petrolífero, o Banco BIC criou um Departamento de Petróleo e Gás, concebido de raiz para atender de forma exclusiva e com um serviço de excelência as necessidades específicas deste segmento.

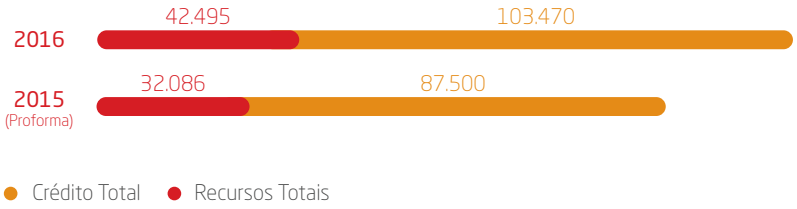
Numa primeira fase, o Departamento focou-se, essencialmente, nas actividades de *front office* para apoiar as empresas no processo de transição das diferentes etapas da nova Lei Cambial. Posteriormente desenvolveram-se as actividades de *back office*, nomeadamente com a criação de um conjunto de subdivisões nos vários departamentos dos serviços centrais que, aliadas a um conjunto de inovações tecnológicas, visam garantir a celeridade e eficiência de todos os processos e uma maior adequação às exigências deste sector.

Private Banking

A actividade desta Direcção é assegurada por gestores private, com grandes competências técnicas e relacionais, e baseia-se numa relação de confiança em tempo real. Em 31 de Dezembro de 2016, os recursos ascendiam a AKZ 103.470 milhões. Relativamente ao crédito, a carteira totalizou a 31 de Dezembro de 2016, cerca de AKZ 42.495 milhões, um aumento de 32% face a 31 de Dezembro de 2015.

O NOSSO COMPROMISSO
é melhorar continuamente o serviço aos nossos clientes

O nosso compromisso é melhorar continuamente o serviço aos nossos clientes, trata-se do mais elevado e diferenciado nível de atendimento bancário, fornecendo uma estrutura mais personalizada baseada na venda de produtos de consultoria financeira, em linha com o perfil de risco identificado para cada cliente; mantendo como principal objectivo, a sustentada preservação do património dos clientes em detrimento da *performance*, para a manutenção do crescimento e a consolidação da actividade.

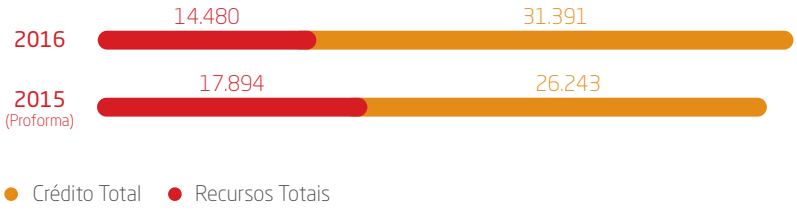


Direcção de Investimento

A Direcção de Investimento rege-se pelo modelo tradicional de segmentação bancária, para os seus clientes ao nível de investimento/renda que estes apresentam. Conhecendo melhor o cliente e desenvolvendo as melhores práticas de monitorização e prospecção, para materializar o compromisso com quem investe, com o objectivo de atingir a concretização bem-sucedida de cada projecto, construindo parcerias estratégicas e sinergias de valor.

Para os investidores que estão dispostos a diversificar o seu investimento e a apostar neste segmento, o Banco BIC dispõe de várias alternativas de investimento que acompanham a evolução da realidade empresarial, dinamizando a rede comercial dos agentes económicos que mantêm relações financeiras com o Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016, esta direcção dispõe de três Centros de investimento, que dão um acompanhamento permanente e especializado, tanto na gestão diária da carteira de clientes como na tomada de decisão de investimento. Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo em carteira de recursos totais ascendia a AKZ 31.391 milhões e a carteira de crédito concedido totalizava AKZ 14.480 milhões.



Gabinete Angola Portugal e Gabinete Angola Namíbia

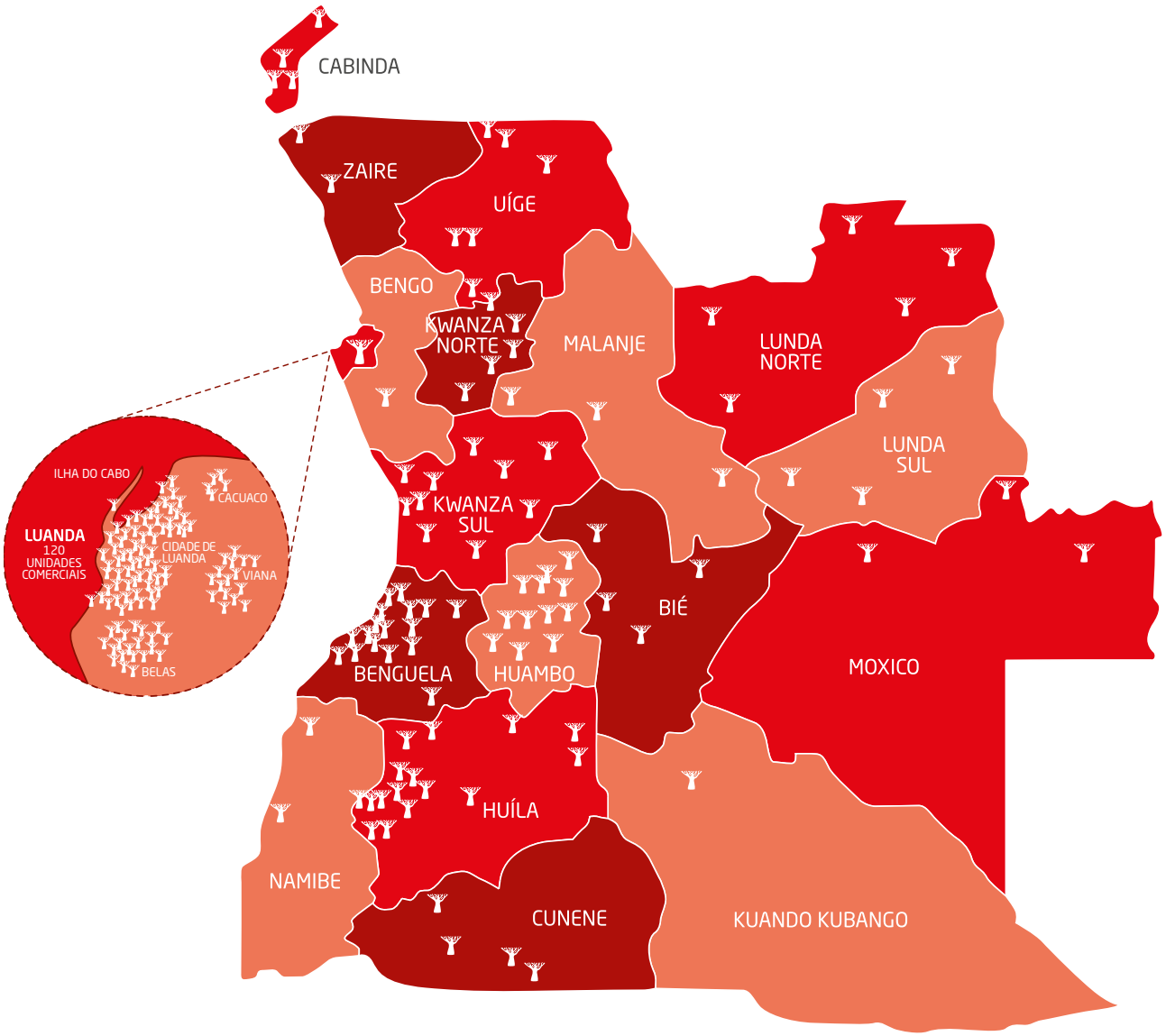
O OBJECTIVO DESTES GABINETES é estreitar cada vez mais as relações comerciais entre os países assegurando os níveis de excelência

Em Maio de 2012, foi criado o Gabinete Angola Portugal (adiante GAP), para dinamização do negócio bilateral entre Angola e Portugal, assegurando a gestão dos fluxos financeiros entre os dois países e apoiando os empresários Angolanos e Portugueses na sua actividade de internacionalização. No mesmo sentido, em 2016 foi criado o Gabinete Angola Namíbia ("GAN").

Alinhado com a estratégia comercial do Banco, o objectivo destes Gabinetes é estreitar cada vez mais as relações comerciais entre os países assegurando os níveis de excelência e profissionalismo exigidos.

Entre as principais actividades do GAP e do GAN estão o apoio financeiro à actividade corrente das empresas de ambos os países, nomeadamente com serviços de financiamento de apoio às exportações, a prestação de informação sobre as especificidades de cada mercado e acompanhamento dos fluxos gerados entre os diferentes países com uma particular atenção à celeridade dos processos e à competitividade dos *pricings* praticados.

REDE COMERCIAL
E PRESENÇA GEOGRÁFICA



Rede Actualizada a 31 Dezembro 2016

BENGO
Agências -**1**

BENGUELA
Agências - **17**
Centros de Empresa - **2**
Postos Atendimento - **1**

BIÉ
Agências - **4**

CABINDA
Agências - **4**

CUNENE
Agências - **4**

HUAMBO
Agências - **12**

HUÍLA
Agências - **15**
Centros de Empresa -**1**

KUANDO KUBANGO
Agências - **1**

KWANZA NORTE
Agências - **5**

KWANZA SUL
Agências - **10**

LUANDA
Agências - **99**
Centros de Empresa -**14**
Centros de Investimento - **3**
Postos de Atendimento - **4**
Private Banking - **1**

LUNDA NORTE
Agências - **5**

LUNDA SUL
Agências - **4**

MALANGE
Agências - **3**

MOXICO
Agências - **3**

NAMIBE
Agências - **2**

UÍGE
Agências - **6**
Postos de Atendimento - **1**

ZAIRE
Agências - **2**

MARCOS HISTÓRICOS

AO LONGO DESTES ANOS DE EXISTÊNCIA, O BANCO BIC MANTÉM-SE FIEL AOS VALORES DA MARCA,

que assentam no permanente contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Angola e dos países em que está presente.

Os marcos históricos do Banco BIC são o reflexo evidente de uma estratégia consistente e de uma gestão equilibrada e estável.

2005

2006

ATRIBUIÇÃO DE UM CERTIFICADO DE PERFORMANCE

pelo American Express, sobre a qualidade do processamento das operações de estrangeiro o que, com apenas meses de existência, colocou o Banco BIC na linha dos melhores bancos mundiais neste segmento.

2005

Promoção da Marca Banco BIC associada ao slogan "Crescemos Juntos" para, desta forma, nos afirmarmos como parceiros do crescimento dos nossos Clientes e do país;

Abertura da primeira Agência em Luanda (Agência da Maianga); e

Constituição por escritura pública do Banco BIC, S.A., após a autorização do Banco Nacional de Angola, com um capital social de USD 6.000.000,00.

2006

Lançamento das Campanhas BIC Habitação e BIC Automóvel;

Extensão da rede de agências do Banco a quase todas as Províncias do País, faltando apenas três províncias por cobrir, onde as obras já decorrem;

Deliberação de um novo aumento de capital de USD 20.000.000,00 para USD 30.000.000,00, na sequência da autorização do Banco Nacional de Angola;

Assinatura de um protocolo com o Banco Popular de Portugal, com vista ao estabelecimento de Linhas de Crédito visando o fomento das relações entre agentes económicos de Angola e Portugal mediante o financiamento e a promoção da exportação;

Admissão à rede "POS VISA", actuando o BIC como emissor de cartões de crédito aceites internacionalmente e, como membro principal, podendo apoiar outros bancos angolanos na obtenção de cartões VISA, fazendo assim parte do restrito grupo de bancos seleccionados pela VISA; e

Aumento do capital social em USD 14.000.000,00, integralmente realizados em dinheiro, totalizando desta forma USD 20.000.000,00.

2007

Assinatura de um protocolo com o Ministério das Finanças no sentido do financiamento do projecto de reconstrução

AUTORIZAÇÃO PELO BANCO DE PORTUGAL DA CONSTITUIÇÃO DO BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

de capitais maioritariamente angolanos, orientando a sua actividade para o apoio aos empresários angolanos e portugueses com interesses em Angola;

2007

2008

2009

LANÇAMENTO DA NOVA IMAGEM DO BANCO BIC,

associado à solidez, tecnologia e inovação. Sendo o Cliente o seu principal enfoque, o Banco BIC reforçou as campanhas: BIC VISA - Gold e Platinum, BIC Multicaixa e TPAs ligados à Rede VISA (Terminais de Pagamento Automático) com o objectivo de intensificar a venda dos referidos produtos; e

CONTINUA

EM 2008 FOI SUPERADA A FASQUIA DOS 1.000 TRABALHADORES

dos quais, cerca de 81% se encontravam ao nível da rede comercial. Este crescimento dos efectivos do Banco, com reflexo na expansão da sua rede de atendimento, constitui um dos pilares da Estratégia de Crescimento do Banco;

da província do Uíge, avaliado em cerca de 150 milhões de dólares;

Criação da Direcção do Crédito Imobiliário com o objectivo de dinamizar e melhor gerir este segmento de crédito;

Comercialização dos cartões de crédito de VISA - Visa Premium e Visa Gold e lançamento de uma campanha relativa à venda dos mesmos; e

Lançamento na Filda do Crédito Fácil, novo produto de Crédito Geral para a aquisição de bens de consumo, cuja característica principal consiste na rapidez de concessão a uma taxa de juro bastante atractiva, reduzindo a carga burocrática existente na concessão de crédito.

2008

Atribuição pela EuroMoney do prémio "The Best Bank in Angola" pela excelência da sua performance no conjunto das áreas comercial, qualidade de serviço e resultados consolidados obtidos;

Lançamento na Filda 2008 e Expo Huíla 2008 da nova campanha BIC Multicaixa - "um Cartão de débito personalizado, que lhe permite movimentar a sua Conta de Depósitos à Ordem em Angola através da rede Multicaixa"; e

Abertura do Banco BIC Português. O aumento das relações económicas entre Portugal e Angola foi um dos factores motivadores desta decisão, aproximando assim o sector empresarial Português na sua estratégia de internacionalização para Angola, bem como os investidores de Angola que já operam ou venham a querer operar em Portugal e na Europa.

2009

Presença na Filda 2009, onde foi reforçada a Campanha "Investimos Juntos" - "Crescemos Juntos", destacando-se a ligação como o Banco BIC Português reforçando, desta forma, os principais factores motivadores da sua constituição.

2010

LANÇAMENTO DA CAMPANHA BIC SALÁRIO,

Função Pública. Agora os funcionários públicos podem receber o seu salário pelo Banco BIC, e recebem mais vantagens: Acesso ao Crédito Pessoal, Crédito Automóvel, Crédito Habitação e Antecipação do seu salário;

AQUISIÇÃO DO BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

ao Estado Português contribuindo, assim, para o alargamento da presença do Banco BIC no mercado Português e Europeu (concretizado formalmente em 29 de Março de 2012);

2011

2010

Lançamento da campanha Prémios CAN 2010, tendo como tema - "Os Palancas têm o apoio da bancada e do Banco", com um prémio de USD 1.000.000 para a selecção de Angola pela conquista do Campeonato Africano das Nações (CAN) e ainda pelas vitórias, pelos golos marcados e pelo desempenho dos melhores em campo;
Lançamento da campanha "5 ANOS a fazer crescer Angola", alusivo ao 5º aniversário do Banco BIC. O motivo maior foi dizer aos angolanos que estamos presentes em todo o país, nas 18 capitais de província e nos principais municípios, o que equivale a dizer que o Banco BIC está cada vez mais próximo dos angolanos, das suas famílias e das empresas, sendo um forte parceiro no desenvolvimento comum;Em 2010 foi superada a fasquia dos 500.000 Clientes, onde se enquadram grandes empresas, pequenos negócios e particulares, o que demonstra a confiança que os clientes depositam em nós;

A Revista African Business elegeu o Banco BIC como 42º Maior Banco de África, numa lista onde fazem parte bancos com mais de meio século de existência. A solidez financeira do Banco, bem como a qualidade dos serviços prestados aos Clientes, foram factores cruciais para tal reconhecimento;

Celebração de um acordo com a multinacional Coca-Cola para a abertura de duas linhas de crédito com vista a financiar projectos privados na província do Bengo. Denominadas "Bengo Investe I e II", as duas linhas de crédito têm um valor global de 23 milhões de dólares; e

O Banco BIC tornou-se o maior banco privado angolano em termos de cobertura geográfica dos seus Balcões, com presença em 48 dos 163 Municípios do País.

2011

Inauguração da nova sede do Banco BIC em Talatona, numa cerimónia presidida por sua Excelência o Governador do Banco Nacional de Angola, Dr. José de Lima Massano. A nova sede permite centralizar os serviços contribuindo, desta forma, para que os índices de qualidade do atendimento a prestar aos nossos clientes

2012

CONTINUA

SEGUNDO A REVISTA AFRICAN BUSINESS,

que anualmente publica uma listagem dos 100 maiores bancos de África tendo por base os Fundos Próprios de cada instituição, o Banco BIC sagrou-se como o 32º maior Banco de África. Este facto notável ganha ainda maior relevância se considerarmos os sete anos de existência do Banco BIC, em comparação com outras instituições com mais de 50 anos de história no sistema financeiro africano;

sejam ainda mais elevados. O edifício, com 10 pisos, acolhe cerca de 350 funcionários distribuídos por serviços centrais, uma agência, um centro de empresas, um centro de investimento e um private banking;

Após pouco mais de 6 anos de existência e um capital inicial de USD 30 milhões, o Banco BIC superou, a 31 de Dezembro de 2011, os USD 650 milhões de capitais próprios;

O Banco BIC tornou-se o maior banco privado angolano em termos de cobertura comercial em Angola – 167 unidades comerciais, das quais 99 em Luanda e as restantes 68 distribuídas pelas diferentes Províncias do País;

Lançamento da Revista BIC MAIS, uma nova forma de comunicação interna e de partilha de informação, que vem criar ainda mais valor e assumir-se como um factor diferenciador;

Lançamento da conta BIC Cofre Mealheiro, uma conta dirigida às crianças e aos seus pais, incentivando desde cedo a poupança como forma de concretização de projectos futuros; e

Assinatura do protocolo de cooperação "Depósito Bankita" lançado pelo Banco Nacional de Angola, em conjunto com mais 7 bancos. O produto, que reduz o valor mínimo para a abertura de uma conta para 100 Kwanzas, tem como objectivo alargar o acesso ao circuito bancário a todos os cidadãos.

2012

O Banco BIC fechou o ano de 2012 com um número de Clientes superior a 800 mil, demonstrando assim a confiança que os clientes depositam neste Banco e o esforço dos seus colaboradores;

Criação do Departamento de Petróleo & Gás para responder às necessidades específicas deste sector. Sendo Angola um dos maiores produtores de petróleo, e estando o Governo a impor condições para um maior envolvimento das empresas desse sector no mercado financeiro nacional, urge a necessidade dos bancos se adaptarem às exigências específicas dessas empresas.

2013

BANCO BIC FOI DISTINGUIDO

como "Melhor Empresa do Ano no Sector Financeiro em Angola", atribuído nos Prémios Sirius 2013;

2014

O BIC SEGUROS, S.A

inaugura a sua Sede Social em 15 de Outubro de 2014;

2013

Atribuição do prémio Best Bank in Angola, concedido pela prestigiada revista The Banker, do grupo Financial Times;

Início do processo de internacionalização e convertibilidade da moeda Angolana (o Kwanza). Neste processo, as notas de Kwanza são comercializadas na rede de agências do Banco BIC em Portugal;

O Banco BIC reforçou a actividade internacional com o início da Actividade em Cabo Verde e fechou o acordo para a actividade no Brasil.

2014

Os accionistas do Banco BIC obtêm licença, em 1 de Outubro de 2014, para operar no mercado segurador em Angola, com a Seguradora BIC Seguros, S.A.;

O Banco BIC em Angola ultrapassa a fasquia de 1.000.000 Clientes e conta com 2.097 Colaboradores e um total de 217 Balcões;

O Banco BIC é cada vez mais uma marca internacional. Não só com a presença em Portugal, desde 2008, mas agora também em Cabo Verde (IFI) e África do Sul (Rep. Office);

Banco BIC, distinguido com o prémio SIRIUS 2014, pelo Melhor Programa de Educação Financeira;

Banco BIC ascende no *ranking* dos 100 maiores Bancos Africanos, alcançando a 32ª posição na lista publicada pela revista The Banker.

2015

O BANCO BIC COMEMORA

10 anos de existência, com muitos motivos para celebrar;

2016

O BANCO BIC É CADA VEZ MAIS

uma marca internacional. Não só com a presença em Angola e Portugal, mas também em Cabo Verde (IFI), África do Sul (Rep. Office) e Namíbia.

2015

10 anos depois, o Banco BIC tem, outra dimensão:

- pelo crescimento;
- pela expansão internacional;
- pela oferta de produtos e serviços;
- pela amplitude da marca Banco BIC;
- pelo desempenho enquanto agente económico;
- pelo papel enquanto empregador;
- pela capacidade de apoiar o desenvolvimento do país.

Mais do que 10 anos a crescer, são 10 anos a Crescer Juntos:

- Mais de 1 milhão de Clientes,
- Mais de 220 Balcões;
- Com uma presença em 5 países e 2 continentes;
- Com uma oferta de Seguros.

O Banco BIC, figura na 805ª posição do *ranking* "TOP 1000 World Banks", publicado anualmente pela revista The Banker, em Junho de 2015. No que diz respeito ao *ranking* em Angola, o Banco BIC surge na 4ª posição.

2016

O Banco BIC Angola ultrapassa a fasquia de 1.300.000 Clientes e conta com 2.069 Colaboradores e um total de 226 Unidades Comerciais;

O Bank BIC Namíbia obtém a licença bancária comercial, iniciando as suas operações em Junho de 2016, contribuindo, assim, para o reforço da actividade bancária internacional do Universo BIC.

MARKETING E COMUNICAÇÃO

Actuando num mercado cada vez mais exigente e competitivo, o Banco BIC tem consolidado o seu crescimento, o seu valor simbólico e comercial através de uma estratégia de marketing que, ano após ano, desenvolve e fortalece a relação entre a Instituição e a sociedade angolana, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e crescimento de Angola.

No decorrer do ano de 2016, o Banco BIC incluiu na sua acção de marketing diversas campanhas de produtos e serviços, melhorias na decoração da rede comercial, patrocínios, organização e participação em eventos culturais e desportivos, bem como firmou o seu compromisso de Responsabilidade Social.

Entre as principais acções, destacam-se as seguintes:

01 JANEIRO

Imagem nos Balcões

De forma a melhorar a imagem das suas unidades comerciais, iniciou-se um processo gradual da mudança visual da marca, através da instalação de novos suportes e estruturas sinaléticas interiores e renovação de lonas de imagens exteriores.

02 FEVEREIRO

Campanha de Vacinação contra a Febre Amarela

O Clube Banco BIC associou-se ao combate da Febre Amarela, realizando duas campanhas de prevenção e vacinação dos seus colaboradores e familiares directos. As respectivas campanhas decorreram no Edifício Sede do Banco BIC onde foram criadas as condições necessárias para o efeito. Com a iniciativa do BIC foram administradas 450 vacinas contra a Febre Amarela.

1ª Mini Maratona BIC

Com o objectivo de incentivar a prática desportiva e a confraternização entre colaboradores, familiares e amigos, extensível a atletas profissionais, realizou-se no dia 21 de Fevereiro a 1ª Mini Maratona BIC, num percurso de 8,4 km com partida na Sede do Banco BIC, tendo sido destacados 14 premiados.

03 MARÇO

Lançamento da campanha BIC Depósitos a Prazo

Apresentando-se como um parceiro disponível e credível, o Banco BIC lançou a Campanha BIC Depósitos a Prazo, com diferentes tipos de depósitos e taxas atractivas para clientes Particulares e Empresas, com o intuito de incentivar o investimento e a poupança bancária.

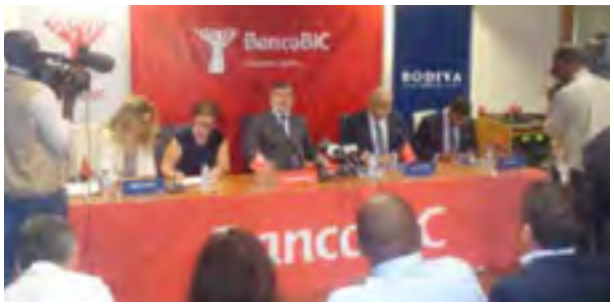
Campanha de Donativos ao Hospital Pediátrico de Luanda

No âmbito da estratégia de responsabilidade social, o Banco e o Clube Banco BIC procederam, no dia 21 de Março, à primeira doação de medicamentos e material hospitalar considerado de carácter prioritário junto do Hospital Pediátrico de Luanda, contribuindo assim para uma melhor assistência aos pacientes e minimização das principais dificuldades do Hospital.

04 ABRIL

Adesão à Bolsa de Dívida e Valores de Angola – BODIVA

Com a assinatura do acordo de integração do Banco BIC aos mercados regulamentados pela BODIVA, o BIC tornou-se membro de Negociação e Liquidação da Bolsa de Dívida de Valores de Angola, assegurando a total transparência, eficiência e segurança das transacções nos mercados regulamentados de valores mobiliários, e assim contribuindo para o desenvolvimento do sistema financeiro e do mercado de capitais em Angola.



05 MAIO

2ª Edição do Rally Paper Clube Banco BIC

No âmbito do 11º aniversário do Banco BIC e promovendo o sentimento de solidariedade, amizade e espírito de equipa entre colaboradores, familiares e amigos, o Clube Banco BIC realizou a 2ª Edição do Rally Paper, no dia 1 de Maio na cidade de Luanda.

A prova contou com 40 equipas participantes, num percurso de 130 km distribuído por 11 etapas, com partida na Baía de Luanda e final em Cabo Ledo.

O Banco BIC celebra 11 Anos de Vida

A família Banco BIC celebrou, no passado dia 28 de Maio, o seu 11º aniversário.

O Banco BIC cresceu nos últimos anos com grande êxito e estabilidade. Esse sucesso é um factor de grande relevância e que tem somado inúmeras vantagens ao banco. Como tal, destacou-se este sucesso no conceito do aniversário BIC, transmitindo a ideia do crescimento alcançado entre o Banco e os seus Clientes: " 11 anos a Somar Sucessos".

Com 11 anos de existência, o Banco BIC conta com mais de Um Milhão de Clientes, mais de 2.080 Colaboradores, mais de 220 Balcões em Angola e presença Internacional em Portugal, Cabo Verde, África do Sul e Namíbia.

Lançamento da Campanha – LINHA DE ATENDIMENTO BIC

No seguimento da parceria consolidada entre o Banco BIC e a Ucall (Linha de Atendimento BIC), foi lançada a campanha de comunicação sob o conceito "Estamos Sempre Ligados a Si", reflectindo a proximidade da instituição bancária aos seus clientes.

Pagamento de Quotas - 1º de Agosto

Apresentando-se como um parceiro credível, o Banco BIC e o Clube 1º de Agosto celebraram um contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Quotas, através de autorização de débito em conta que permite aos adeptos do 1º de Agosto efectuar o pagamento das suas quotas mensalmente.

Patrocínio Livro de Literacia Financeira para Empresários – CCIA

No mês de Maio de 2016, a Câmara do Comércio e Indústria de Angola – CCIA apresentou o livro "Como aceder aos bancos em Angola", literacia financeira para empresários. O Banco BIC e a BIC Seguros patrocinaram o livro que aborda questões ligadas à banca e ao sistema financeiro nacional, com o objectivo principal de aproximar os empresários ao sistema bancário e contribuir para os elevados níveis do conhecimento sobre os produtos financeiros dos bancos comerciais e suas ofertas.

FIB - Feira Internacional de Benguela

Participação na 6ª edição da maior bolsa de negócios do Sul de Angola – Feira Internacional de Benguela, evento multissectorial de exposição de empresas nacionais e internacionais, com o tema "Rumo à Diversificação".

Abertura da Agência do Banco BIC e do Quiosque BIC Seguros no Shopping Avennida

O Banco BIC e a Seguradora BIC Seguros expandiram a sua oferta com a abertura de uma agência BIC e um quiosque BIC Seguros no Shopping Avenida, contando ambos com uma equipa especializada e capaz de fornecer serviços de excelência, respondendo assim às necessidades dos seus clientes.

Campanha de Donativos ao Instituto Nacional de Sangue

No âmbito do seu compromisso com a Responsabilidade Social, a Direcção do Clube Banco BIC procedeu à entrega de material de apoio à colheita de sangue. O respectivo donativo permitiu o tratamento de doentes de epidemias de malária e Febre Amarela. A campanha contou com o apoio humanitário dos trabalhadores do Banco, familiares e amigos, que solidariamente contribuíram para esta causa.

06 JUNHO

Inauguração do BANK BIC Namibia

A inauguração oficial do Bank BIC Namibia a 22 de Junho de 2016 constituiu um passo significativo no plano estratégico de expansão internacional da marca BIC, marcando um compromisso com diferentes agentes económicos e empreendedores africanos e europeus.

O Bank BIC Namíbia posiciona-se como uma plataforma africana para a concretização de um ambiente favorável ao crescimento e investimento, bem como um apoio nas relações comerciais no exterior, coordenando a sua oferta de produtos e serviços com operações do Banco BIC nos diversos mercados de jurisdição onde actua actualmente em Angola, Portugal, Cabo Verde, África do Sul e Namíbia.

07 JULHO

Seminário BIC - Diversificar é Crescer

Ciente do seu Papel dinamizador na economia actual, o Banco BIC organizou o Seminário BIC "Diversificar é Crescer", impulsionando parcerias, oportunidades de negócio e soluções adequadas de financiamento em áreas de elevado potencial de desenvolvimento no País, em concreto a Agricultura, a Pecuária e a Agro-Indústria.

O Banco BIC aposta na diversificação da economia, contribuindo assim para a alavancagem e aumento do investimento nos sectores produtivos.

O Seminário contou com a participação de diversas empresas Angolanas e Portuguesas consideradas casos de sucesso nos sectores primários.

Campanha BIC AGRO – "Vamos Semear o Futuro em Angola"

Por ocasião do Seminário BIC "Diversificar é Crescer", e com o intuito de incentivar a capacidade produtiva nacional e promover a inovação e a constante renovação de soluções para o apoio à Agricultura e Agro-pecuária, o Banco BIC lançou a Campanha BIC AGRO, promovendo o financiamento ao investimento e apoio à tesouraria das empresas e empresários que apostam nestes sectores de actividade considerados casos de sucesso nos sectores primários.

Campanha de novos Seguros: Embarcações de Recreio e BIC Seguros Mercadorias Transportadas.

Pelo facto do BIC Seguros contar com uma rede comercial composta por 223 Agências do Banco BIC espalhadas por todo o país, e recentemente com a abertura de um ponto de venda próprio "Quiosque BIC Seguros", cresce igualmente o vasto leque de soluções de seguros.

Esta campanha é marcada pelo lançamento de novos Seguros, nomeadamente BIC Seguros Embarcações de Recreio, que garante a protecção de acidentes com embarcações de recreio em terra ou no mar, e BIC Seguros Mercadorias Transportadas, alargando assim o portfólio de produtos para empresas, garantindo a protecção de mercadorias na sua importação/exportação, por via marítima, terrestre ou aérea.

08 AGOSTO

13ª Feira Agropecuária da Huíla

Participação na 13ª Edição da Feira de Negócios do Sul de Angola - Expo Huíla, sob o tema "Rumo à Diversificação da Economia".

O Banco BIC e a Seguradora BIC Seguros a par e passo com o desenvolvimento do sector. Evento multissectorial de exposição de empresas nacionais e internacionais, considerado a maior bolsa de negócios do Sul de Angola.

09 SETEMBRO

Reforço da campanha de produtos TV e rádio BIC Seguros

Com o intuito de comunicar o amplo portfólio de produtos de seguros disponíveis, o BIC Seguros aposta numa ampla campanha de divulgação nos diferentes meios de comunicação, entre as rádios locais e províncias, bem como nas televisões nacionais e internacionais.

10 OUTUBRO

Produto BIC Saúde

O BIC Seguros estende a sua oferta para a área de saúde com o lançamento do BIC Seguros Saúde. Um seguro de saúde dirigido aos colaboradores de pequenas, médias e grandes empresas, com quatro planos de coberturas disponíveis: BIC Saúde Pleno; BIC Saúde Extra; BIC Saúde Total e BIC Saúde Integral, que se adequam aos objectivos e necessidades de cada empresa.

Renovação do patrocínio BIC Basket

O Banco BIC e a Federação Angolana de Basquetebol (FAB) renovaram o acordo de patrocínio para a presente época, conferindo ao Banco BIC o estatuto de Patrocinador Oficial do Campeonato Nacional de Basquetebol Seniores Masculino para a época desportiva 2016 / 2017.

O acordo subscrito permite ao Banco BIC associar as suas actividades de negócio e de promoção a mais uma modalidade desportiva de forte impacto Nacional.

Donativo Casa das Artes

No âmbito do apoio à Cultura, o Banco BIC junta-se à Associação Casa das Artes para o desenvolvimento do projecto cultural denominado por BOLSAS, com uma componente formativa e destinado às crianças desfavorecidas, podendo estas actualmente usufruir das diferentes formações em múltiplas áreas de actividades educativas e artísticas, como teatro e dança clássica.

11 NOVEMBRO

Donativo AECIPA

Donativo à 1ª intervenção da Associação das Empresas Contratadas da Indústria Petrolífera Angolana (AECIPA), no orfanato do Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Janssen (CACAJ). Esta doação tem como objectivo ajudar a melhorar as condições actuais destes orfanatos e, consequentemente, a vida das crianças acolhidas e as suas necessidades.

12 DEZEMBRO

Evento BIC AGRO Huambo

Dando continuidade ao compromisso de estimular a capacidade produtiva nacional e incentivar os sectores de agricultura e agropecuária, o banco participa em mais um evento BIC AGRO, prestando o seu contributo no desenvolvimento do sector na província do Huambo, com a presença do Governador, Dr. João Baptista Kussumua.

Patrocínio Natal das Crianças Huambo

No quadro da Responsabilidade Social a que se associa o Banco BIC, no mês da quadra festiva, foi possível apoiar e contribuir para um Natal melhor para as crianças carenciadas da Província do Huambo.

Campanha de prevenção rodoviária Banco BIC e BIC Seguros

No âmbito das acções de prevenção rodoviária inseridas na quadra natalícia, o Banco BIC e a seguradora BIC Seguros, em parceria com a Polícia Nacional, a Unidade Central de Trânsito e a Administração Municipal de Belas, desenvolveram várias actividades de sensibilização e prevenção rodoviária em diferentes pontos da cidade onde se tem registado maior número de acidentes.

A campanha direccionada aos automobilistas e peões, foi activada através de acções de rua com a comunicação de mensagens de carácter cívico em outdoors, *mupis*, folhetos e autocolantes colocados em diversos pontos de Luanda, nomeadamente nas áreas do Kilamba, Via Expresso, Largo 1º de Maio, Ilha de Luanda e Ramiros.

Campanha de Natal Banco BIC

Lançamento da campanha natalícia durante o mês de Dezembro sob o conceito "O Banco BIC Ilumina o seu Natal", com o desejo de criar soluções para que os clientes cresçam juntamente com o Banco BIC.

A referida campanha foi divulgada nos diferentes meios de comunicação, essencialmente em jornais e revistas, bem como em todos os balcões.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O papel das Tecnologias de Informação é hoje nuclear na persecução e atingimento dos objectivos de negócio do Banco BIC, na maximização do valor da organização e no suporte à sua missão.

O BANCO BIC MANTEVE O INVESTIMENTO nos Sistemas de Informação, como parte da sua estratégia

Ao longo do ano 2016, o Banco BIC manteve o investimento nos Sistemas de Informação como parte da sua estratégia, tendo dado continuidade a iniciativas de carácter tecnológico anteriormente iniciadas, e lançou projectos que contribuem para que os Sistemas do Banco acompanhem e potenciem o seu crescimento. Estes investimentos feitos em sistemas de processamento automático, e totalmente adaptados às características de cada Cliente, já se revelaram um instrumento poderoso de relacionamento próximo e sólido com os Clientes.

O Banco BIC reconhece que a disponibilidade dos seus sistemas afecta directamente a capacidade de realização regular do seu negócio. Neste sentido, foram reforçadas as políticas de segurança e Mitigação de Risco no âmbito dos Sistemas de Informação, com o desenvolvimento de diversas iniciativas, nomeadamente no que respeita aos processos utilizados na segurança e continuidade do negócio, de forma a garantir a rápida resolução de eventuais quebras no funcionamento dos seus sistemas de informação, o que permite uma maior segurança nas operações e transacções efectuadas.

RECURSOS HUMANOS

A política de Recursos Humanos do Banco BIC assenta sobretudo na planificação, organização, coordenação e controlo de técnicas que dão suporte e promovem um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para os resultados.

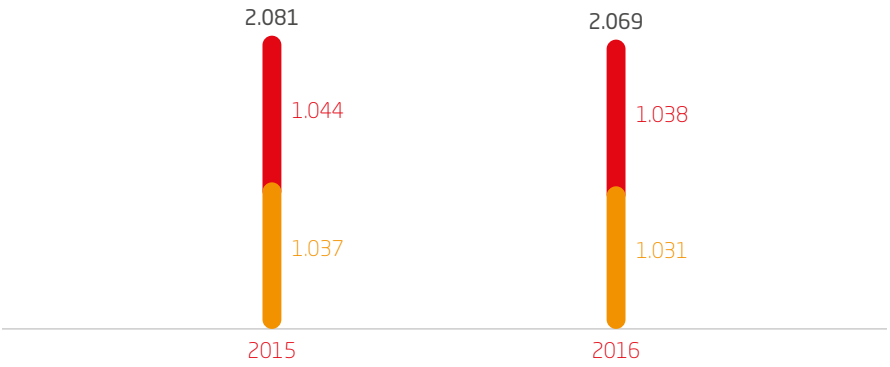
O plano de actividades 2016 manteve o seu foco na promoção de programas estruturantes para o desenvolvimento do Banco BIC numa lógica sustentada e dos quais salientamos os seguintes:

- Continuação do alinhamento e clarificação organizacional, visando o ajustamento dos seus Recursos Humanos às exigências do negócio e à criação de novas oportunidades, potenciando a mobilidade interna;
- Reforço dos programas de desenvolvimento dos colaboradores do Banco, tendo em conta os novos desafios e difusão do conhecimento;
- Continuação do reconhecimento do mérito organizacional e individual, de forma sustentada;
- Melhoria das práticas de reconhecimento do talento e desempenho.

Caracterização do Capital Humano

No final de 2016, o número de colaboradores assinalou uma ligeira redução de 0,58% face a 2015.

NÚMERO COLABORADORES	'15	'16
Homens	1.037	1.031
Mulheres	1.044	1.038
Total	2.081	2.069



Do total de 2.069 Colaboradores, 1.388 encontram-se em Luanda e 680 estão distribuídos pelas outras Províncias do País, dispondo adicionalmente de um colaborador no escritório de representação na África do Sul.

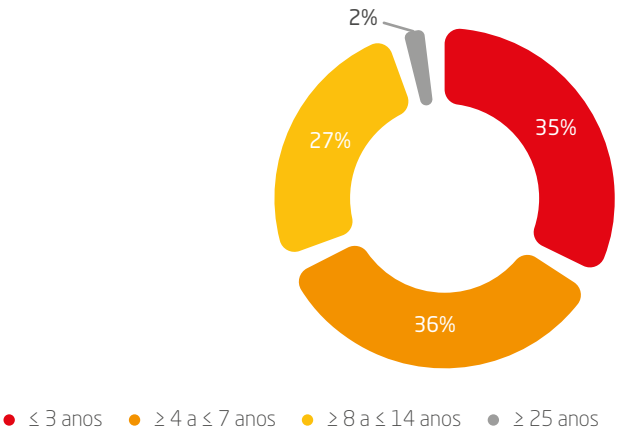
O número de colaboradores alocados à área comercial corresponde a 85% do total do Banco, mantendo-se a tendência já verificada nos anos anteriores.

ÁREA FUNCIONAL	'15	'16
Serviços Centrais	286	318
Rede comercial	1.795	1.751
Nº Médio por Agência	8	8

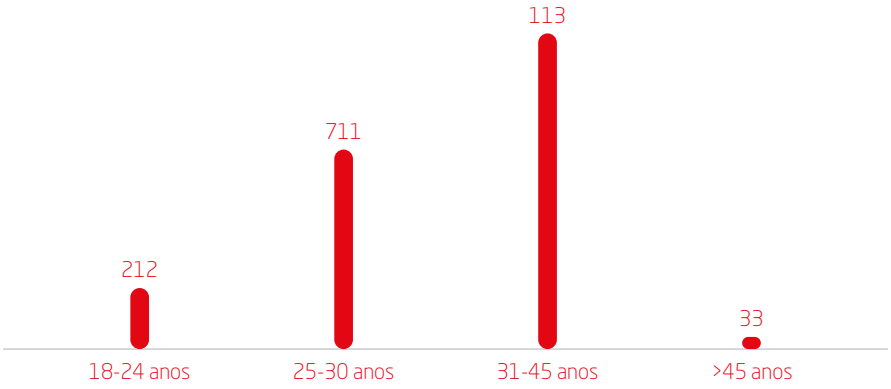
77%
PERCENTAGEM DE COLABORADORES
com formação universitária

Em relação aos "ratios" de experiência na Banca, idade e de formação superior e decorridos mais de 11 anos de actividade, a idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 32 anos sendo que 45% dos colaboradores do Banco têm entre 18 e 30 anos. A percentagem de colaboradores com formação universitária é de 77%.

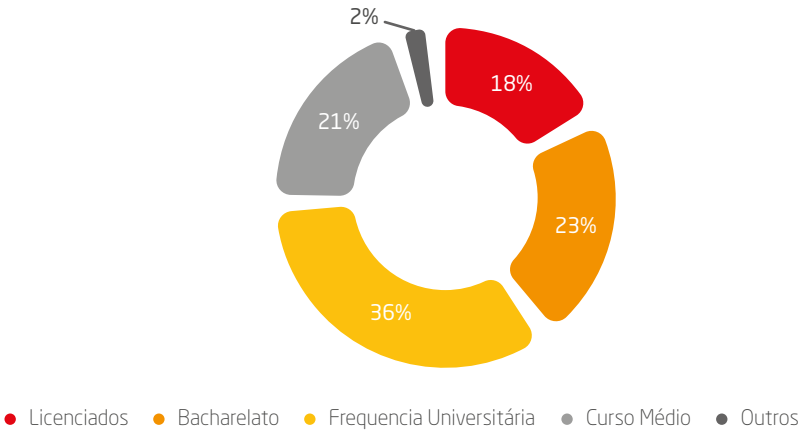
Experiência na Banca



Faixa Etária



Nível Escolaridade



Formação e Retenção de Talentos

42.000
HORAS DE FORMAÇÃO

A Formação tem sido, desde sempre, assumida como uma prioridade para o desenvolvimento das competências profissionais e pessoais dos nossos Colaboradores. Assim e no âmbito da gestão do conhecimento, a formação profissional manteve sua orientação para o desenvolvimento das pessoas e do negócio e que se traduziu em mais de 42.000 horas de formação, correspondente a uma média de 20 horas por empregado.

ACTIVIDADE FORMATIVA	'15	'16
Número de Participantes [1]	2.335	5.839
Número de Horas de Formação	36.759	42.296
Por colaborador	15h	20h

(1) O mesmo colaborador pode ter frequentado diversas acções de formações.

A todas as acções de formação realizadas esteve subjacente a valorização do potencial de cada colaborador, permitindo alinhar as políticas de Recursos Humanos com as expectativas dos colaboradores e os objectivos estratégicos da Instituição.

O Programa de Formação Anual incluiu acções transversais e específicas através da formação presencial e e-learning. Em termos transversais, salienta-se a formação na área comportamental alinhada com os valores e com a estratégia organizacional, nomeadamente: "Condutas na Relação com os Clientes". Na formação específica voltou a apostar-se numa formação direccionada para temas técnicos específicos da actividade bancária destacando-se a formação em Produtos Bancários e Mercado de Capitais. Também a formação e literacia sobre o Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, continuaram a ser uma das preocupações do Banco durante o ano de 2016, reforçando-se assim as competências nos sistemas de controlo interno com vista a que os procedimentos estejam em linha com as melhores práticas internacionais.

Ainda no âmbito da formação e em parceria com o Banco BIC Português manteve-se a política de atribuição de estágios formativos, de natureza profissional, a diversos colaboradores.

Benefícios de Assistência Médica

A política de benefícios do Banco BIC, centrada no apoio aos seus colaboradores em áreas importantes da sua vida pessoal e familiar, integra um conjunto de apoios e benefícios adicionais no campo da saúde.

Em 2016, os benefícios de assistência médica, atribuídos de forma transversal, contabilizaram 61.796 actos clínicos, mais 41% que em 2015, a que correspondeu um custo total de 958.825.225,34 Kwanzas sendo que, 767.060.180,27 Kwanzas foram custo directo do Banco.

ACTOS MÉDICOS 2016

ESPECIALIDADE	AGREGADO	COLABORADORES
Exames Complementares	3.555	4.093
Clinica Geral	5.684	13.996
Estomatologia	1.056	3.221
Ginecologia/ Obstetrícia	5.002	10.032
Cirurgia	537	347
Pediatria	10.412	0
Outras especialidades	1.509	2.352

ATRAIR, RETER, GERAR E DESENVOLVER o talento profissional mantém-se como o grande objectivo

Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho, ferramenta indispensável à gestão activa do talento e gestão de carreiras, manteve a sua orientação central para a promoção do desenvolvimento das competências críticas, bem como para uma cultura de mérito.

Aliar uma conduta ética e de rigor profissional ao entusiamo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa de todos os seus colaboradores, suporta uma gestão objectiva focada na importância do Capital Humano, para o sucesso do negócio.

Atrair, reter, gerar e desenvolver o talento profissional, em condições de trabalho que permitam um verdadeiro sentimento de orgulho e pertença por parte dos colaboradores, mantém-se como o grande objectivo do Banco BIC em matéria de Recursos Humanos.

BancoBIC

04
SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO

COLABORAÇÃO PARA CRESCER

Juntos, no mesmo sentido e com os mesmos objectivos, somos mais.
Mais coerentes, mais competentes,
mais resilientes, mais confiantes e mais eficazes.
Em conjunto e em colaboração, superamo-nos.

CRESCEMOS JUNTOS

04

SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO

GESTÃO DO RISCO

AO LONGO DE 2016, o Sistema de Gestão de Riscos continuou a ser reforçado e consolidado

Ao longo de 2016, o Sistema de Gestão de Riscos do Banco continuou a ser reforçado e consolidado, tanto a nível dos mecanismos de controlo e de monitorização dos diversos riscos que incidem sobre as actividades desenvolvidas, como no que diz respeito à respectiva medição e avaliação.

O Banco tem vindo a desenvolver uma estrutura de gestão e acompanhamento dos diferentes riscos, procurando dotar as estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelem ajustados aos diferentes tipos de risco incorridos na sua actividade.

Nos próximos anos e de acordo com o calendário estipulado pelo Regulador, é tido como eixo prioritário a dinamização dos esforços necessários em meios humanos e tecnológicos para o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola, no âmbito da gestão do risco.

A função de gestão de riscos encontra-se distribuída por diversas estruturas orgânicas, de acordo com a tipologia de risco, designadamente:

- O risco de crédito é assegurado pela Direcção de Análise de Risco de Crédito (DARC);
- A gestão de riscos numa perspectiva integrada, assim como o risco operacional, são assegurados pela Direcção de Risco;
- O risco de sistemas de informação é assegurado pela Direcção de Sistemas de Informação;
- Os riscos de mercado são geridos pela Direcção Internacional e Financeira (DIF), acompanhados pela Direcção de Risco e discutidos ao nível da Administração e Diretores de primeira linha em sede de ALCO.

De forma sintética, as principais actividades desenvolvidas e as intervenções mais relevantes na Gestão de Risco em 2016 - bem como concretizações relevantes para reforço e aperfeiçoamento do sistema de gestão de riscos - foram as seguintes:

- Reforço da Governance de gestão de riscos através de afinações ao respectivo modelo;
- As orientações em matéria de gestão de riscos para as diferentes estruturas orgânicas encontram-se definidas no documento "Princípios e Políticas de Gestão de Riscos", o qual foi objeto de revisão em 2016;
- Elaboração de diversos relatórios, regularmente definidos, como o relatório do risco de concentração de crédito e relatórios para o Comité de Activos e Passivos (ALCO);
- Implementação do reporte Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária, considerando um choque padronizado da taxa de juro no valor económico dos fluxos de caixa futuros associados à carteira bancária e margem de juros;
- Elaboração de planos de acção relativos às recomendações da Supervisão;
- Desenvolvimento continuado do sistema de gestão de risco do Banco, bem como o reforço dos mecanismos de controlo interno.

Governo da Gestão do Risco

O modelo de gestão de risco encontra-se em desenvolvimento interno, sendo que as competências e atribuições dos órgãos intervenientes na governação da gestão de risco - gestão ou supervisão interna - do Banco, para além do Conselho de Administração (CA) e da Comissão Executiva (CE) são as seguintes:

Comité de Risco

O comité de risco é responsável, ao nível executivo, por acompanhar os níveis globais de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, bem como todos os restantes riscos considerados materialmente relevantes para a Instituição, assegurando que os níveis de risco são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Banco.

Integram neste comité o Risk Officer e os primeiros responsáveis da Direcção Internacional e Financeira.

Comité de Crédito

Este comité reúne em conselho de crédito e tem por funções avaliar e decidir sobre as propostas de concessão de crédito a clientes do Banco, segundo as competências que lhe são atribuídas por normativo interno. Para além disso, este comité emite pareceres consultivos relativos a propostas de crédito de entidades relacionadas com o Banco.

Participam no comité todos os membros da CE e os responsáveis pelas seguintes Direcções: Direcção de Análise de Risco de Crédito, que tem a responsabilidade de assegurar o cumprimento e acompanhamento da política de gestão de risco de crédito, a Direcção Internacional e Financeira e demais responsáveis das áreas comerciais do Banco.

Comité ALCO

Comité responsável pela gestão do capital global do Banco, gestão de activos e passivos e definição de estratégias de gestão da liquidez. Este comité é essencialmente responsável pela gestão estrutural dos riscos de taxa de juro e liquidez, incluindo, entre outros, os seguintes aspectos:

- Planeamento e propostas de alocação de capital;
- Monitorização e gestão do risco de taxa de juro associado à estrutura de activos e passivos;
- Elaboração de propostas para definição das políticas adequadas à gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, ao nível do balanço do Banco.

O Comité de Activos e Passivos reúne mensalmente e é composto por todos os membros da Comissão Executiva e pelos primeiros responsáveis das seguintes Direcções: Direcção Internacional e Financeira, Direcção de Risco, Direcção de Contabilidade e Planeamento, Direcção de Análise de Risco de Crédito. Poderão participar do Comité ALCO outros elementos que, em função dos temas a abordar, sejam convocados.

Risk Officer

O Risk Office é responsável pela coordenação da função de controlo de risco do Banco. Assim, de forma a assegurar a monitorização e alinhamento de conceitos, práticas e objectivos, compete ao Risk Officer informar o Comité de Risco do nível geral de risco, e propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os controlos que assegurem o cumprimento dos limites aprovados. As respectivas funções incluem:

- Suportar o estabelecimento de políticas e metodologias de gestão de risco para identificação, medição, limitação, monitorização, mitigação e reporte dos diversos tipos de risco;
- Propor e implementar um conjunto de métricas para os vários tipos de risco;
- Assegurar a existência de um conjunto de regras e procedimentos que suportem a gestão de risco;
- Controlar, numa base permanente, a evolução dos diferentes riscos e a conformidade com as políticas, regulações e limites aplicáveis;
- Assegurar a existência de uma plataforma efectiva, e uma base de dados para a gestão de risco, robusta e completa;
- Elaborar a informação relativamente à gestão de risco para ser divulgada, internamente e ao mercado.

COMPLIANCE

A função de Compliance encontra-se instituída no Banco, enquanto órgão de 1ª linha a reportar directamente à Administração, de forma independente, permanente e efectiva.

Os grandes objectivos desta função são o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as que se referem à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com os clientes, das orientações dos órgãos sociais, de modo a proteger a reputação e integridade do Banco, evitando que este seja alvo de sanções.

Adicionalmente, no âmbito das suas funções associadas ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Gabinete de Compliance (GC) tem a obrigação de garantir a correcta formação dos colaboradores do Banco nestas matérias, assim como o reporte de situações suspeitas à Unidade de Informação Financeira (UIF).

2016
UM ANO DE ESTABILIZAÇÃO
para a função de Compliance

O ano de 2016 fica assinalado como um ano de estabilização para a função de Compliance no Banco BIC, após a reestruturação verificada durante o 2º semestre de 2015.

Em 2016, no seguimento do já verificado em anos anteriores, continuámos a assistir a uma pressão elevadíssima em matéria do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, tanto internamente ao nível do BNA, através da emissão de novos Avisos e inspecções periódicas, como externamente, através dos correspondentes, com constantes pedidos de informação sobre operações envolvendo o Banco BIC e pedidos de actualização de documentação e politicas Anti-Money Laundering (AML).

Embora o início de 2016 tenha sido marcado por uma notícia positiva, na sequência da retirada de Angola dos Países sob Monitorização do GAFI, na sequência de uma inspecção local por parte deste organismo (e onde o Compliance do Banco BIC assinalou a sua presença), externamente o sector financeiro Angolano continua a sentir dificuldades no acesso aos seus correspondentes, prevendo-se por isso que 2017 continue marcado por um aumento a nível regulamentar por parte do Banco Nacional de Angola e por mais desafios a nível de relações com os parceiros internacionais.

POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO DO RISCO

Ao longo do exercício de 2016, o BNA emitiu um conjunto de Avisos e Instrutivos direccionados às instituições financeiras, de formas a salvaguardar o sistema financeiro nacional, estabelecendo um enquadramento robusto, considerando as funções, políticas e processos de gestão do risco, para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação para a gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, bem como da respectiva concentração, assegurando que as instituições financeiras tenham em observância valores corporativos credíveis a nível internacional.

Em acompanhamento ao desenvolvimento do sistema financeiro Angolano na concepção e implementação de ferramentas para o controlo interno, o Banco BIC tem desenvolvido projetos de acordo com os Avisos e directivas emanadas do regulador, cumprindo com os prazos previamente indicados.

Risco de Crédito

O risco de crédito de contraparte representa a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de activos financeiros.

O risco de crédito de contraparte assume especial relevância no Banco BIC no que respeita à carteira de crédito, dado que nos restantes activos financeiros as contrapartes correspondem, na generalidade, ao Banco Nacional de Angola e ao Estado Angolano, ou ainda a entidades relacionadas.

Os limites e procedimentos de concessão e gestão de operações de crédito encontram-se estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito do Banco.

A análise e decisão do risco de crédito encontra-se distribuída pelos diferentes níveis de decisão na concessão de crédito.

A Direcção de Análise de Risco de Crédito (DARC) tem a responsabilidade de assegurar a definição e o acompanhamento da política de gestão de risco de crédito. Actualmente existe um conjunto de manuais e normas que asseguram o acima referido através da definição de níveis de competência na concessão de crédito, os limites por tipo de operação, a avaliação da capacidade do cliente, o acompanhamento do cumprimento dos planos financeiros e a análise do risco de incobrabilidade e necessidade de renegociação de operações.

O Banco tem vindo a adoptar e a desenvolver metodologias de gestão de risco, particularmente, no que se refere à concessão, acompanhamento e recuperação do crédito.

De referir que a Central de Informação de Risco de Crédito, plataforma de informação sobre a exposição de crédito dos clientes particulares e empresas no sector bancário, tem sido uma ferramenta cada vez mais utilizada, contribuindo para uma gestão mais adequada do risco de crédito.

Decisão

A Direcção de Análise de Risco de Crédito do Banco (DARC) está subdividida em:

- Grandes Riscos – área encarregue da análise de todas as operações de crédito ou clientes com endividamento geral a partir dos AKZ 8,3 milhões, equivalentes a USD 50 mil;
- Retalho - área encarregue da análise de todas as operações de crédito ou clientes com endividamento geral inferiores a AKZ 8,3 milhões, equivalentes a USD 50 mil.

Avaliação

A avaliação do risco de crédito tem por base os seguintes critérios de ponderação:

- Ratings Internos de entidades não financeiras:
  - Elementos Financeiros do Cliente, atribuindo um Grau de Rating em termos Quantitativos;
  - Preenchimento de um questionário pela área comercial (podendo este ser revisto em qualquer momento pela DARC) compreendendo informação qualitativa que definirá o Grau de Risco. Este deverá espelhar o verdadeiro valor em termos qualitativos da empresa.
- A Tipologia do Crédito, Finalidade e Montante Propostos;
- O Risco de Crédito do Grupo Económico na globalidade;
- O endividamento global espelhado na Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC) do Banco de Nacional de Angola;
- Existência de dívidas ao Estado ou à Segurança Social;
- A concentração da exposição;
- O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
- Valia Patrimonial do Grupo Económico.

Existem ainda processos de avaliação distintos para tipologias de crédito específicas, tais como:

- Financiamento à Construção que, para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
  - Projectos concluídos (Histórica);
  - Obras em Curso;
  - Projecto a financiar (Mapa de exploração, Plano Financeiro, Descrição do projecto, incluindo os aspectos persuasivos do mesmo, Licenças necessárias para a sua concretização;
- Crédito à Habitação e Crédito Automóvel/Particulares, para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
  - Avaliação do imóvel a adquirir;
  - O endividamento espelhado na CIRC;
  - O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
  - Rendimentos dos proponentes;
  - Capacidade de endividamento.

Para finalizar, todo o processo de análise inclui a avaliação dos colaterais.

A CIRC têm-se mostrado como uma ferramenta essencial para a avaliação do nível de endividamento geral dos clientes na Banca nacional, permitindo deste modo uma análise mais profunda do grau de risco das operações de crédito.

Acompanhamento

COM A IMPLEMENTAÇÃO da aplicação Work Flow de crédito o Banco ganhou celeridade em termos de duração do processo de concessão de crédito

O acompanhamento do Cliente está associado a um trabalho permanente de observação que permite conhecer a cada momento o grau de confiança sobre a possibilidade de se efectuar o pontual reembolso do crédito entretanto concedido, e/ou alertar atempadamente sobre as circunstâncias que podem afectar a boa concretização das operações.

O processo de acompanhamento do crédito concedido inicia-se após a contratação e prolonga-se até ao reembolso total, de forma a garantir o seu cumprimento. O Banco efectua uma caracterização que implica a classificação em diferentes graus de Vigilância Especial de acordo com o grau de preocupação relativamente à possibilidade de incumprimento (VE4 - acompanhamento, VE3 – reforço de garantias, VE2 - redução e VE1 - extinção).

São ainda classificados os clientes que já se encontram em incumprimento e para os quais se considera esgotadas as possibilidades de negociação por parte da estrutura comercial em C- Contencioso e em PC- Pré-Contencioso.

No âmbito do acompanhamento da carteira de crédito vencido, a DARC mantém um controlo permanente dos créditos vencidos superiores ao montante de USD 5 mil. O referido controlo é efectuado através de relatórios e reuniões mensais com as respectivas áreas comerciais.

Arquivo Central

Encontra-se centralizada na Direcção de Análise de Risco de Crédito, uma área de gestão de arquivo de processos de crédito acima dos AKZ 8,3 milhões, equivalentes a USD 50 mil.

Central de Balanços – Notação de Rating

O principal objetivo da Central de Balanços é contribuir para um melhor conhecimento da situação económica e financeira das empresas através da análise dos diferentes rácios permitindo assim uma análise quantitativa e qualitativa do pedido de crédito.

Work-Flow de Crédito

Com a implementação da aplicação Work Flow de crédito (WFC) o Banco ganhou celeridade em termos de duração do processo de concessão de crédito (Formulação de propostas-decisão).

Durante o exercício de 2016, foram registadas no WFC cerca de 7.355 operações.

	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		TOTAL	
Total	741	100%	446	100%	703	100%	478	100%	544	100%	751	100%	664	100%	680	100%	707	100%	717	100%	526	100%	398	100%	7355	100%
Aprovadas	573	77,3%	362	81,2%	578	82,2%	403	84,3%	453	83,3%	658	87,6%	588	88,6%	629	92,5%	639	90,4%	625	87,2%	469	89,2%	328	82,4%	6305	85,7%
Recusadas	146	19,7%	77	17,3%	108	15,4%	59	12,3%	77	14,2%	82	10,9%	69	10,4%	46	6,8%	59	8,3%	77	10,7%	45	8,6%	54	13,6%	899	12,2%
Retiradas	4	0,5%	5	1,1%	7	1,0%	15	3,1%	13	2,4%	11	1,5%	7	1,1%	3	0,4%	6	0,8%	5	0,7%	4	0,8%	6	1,5%	86	1,2%
Em Aprovação	15	2%	2	0,4%	10	1,4%		-		-		-		-	2	0,3%	2	0,3%	10	1%	7	1,3%	9	2,3%	57	0,8%
Em Remoção	3	0,4%		-		-	1	0,2%	1	0,2%		-		-		-	1	0,1%		-	1	0,2%	1	0,3%	8	0,1%

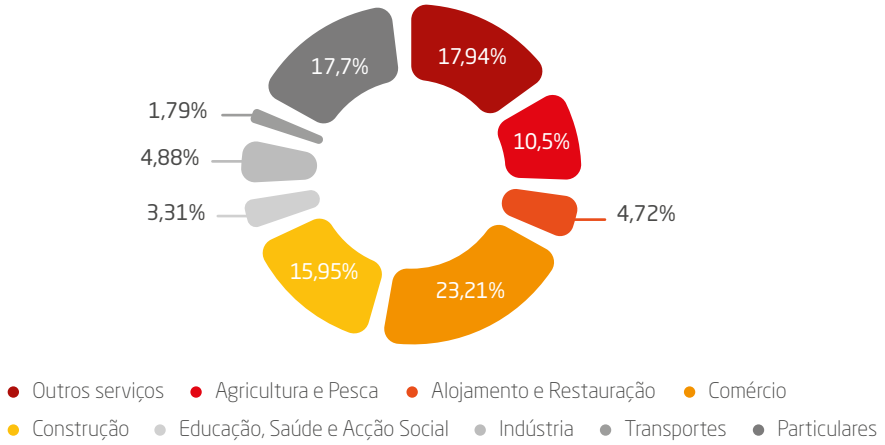
O WFC têm-se mostrado ser uma ferramenta eficaz e eficiente para o processamento de todo crédito no Banco, pelos seguintes aspectos:

CELERIDADE	O tempo de análise das operações de crédito reduziu consideravelmente.
GESTÃO DOCUMENTAL	O suporte documental das operações de crédito circulam automaticamente na plataforma.
PADRONIZAÇÃO	As operações de crédito são executadas de forma padronizada por toda a estrutura do Banco.
AUTOMATIZAÇÃO	Recolhe dados pré-existentes na aplicação central do Banco relativas ao Cliente.
CONTROLO DO PROCESSO	O WFC Permite fornecer a todos os intervenientes em cada fase do circuito o ponto de situação exacto da operação de crédito.

Controlo de operações reestruturadas

Durante o primeiro semestre de 2016, foi implementado um processo para fazer face ao cumprimento do normativo em vigor. Para isso foi utilizada a aplicação do WFC que permitiu inventariar as operações reestruturadas através da caracterização das mesmas como reestruturadas.

A carteira de crédito do Banco apresenta uma diversificação sectorial equilibrada.



204%

RÁCIO
de cobertura do crédito vencido em 2016

Evidenciando uma política de gestão de risco prudente, o rácio de cobertura do crédito total (excluindo crédito por assinatura) por imparidade, em 31 de Dezembro de 2016, situou-se em 20% (14% em 31 de Dezembro de 2015).

Milhões de AKZ	'16	'15 PROFORMA
Imparidade para crédito	74.681	50.558
Cobertura do crédito vencido	204%	214%
Cobertura do crédito total	20%	15%

Risco de Mercado

Em termos de riscos de mercado, o Banco pretende prosseguir uma política de não alavancagem da actividade através da negociação de instrumentos financeiros, reconhecendo que a actividade deve assentar essencialmente no segmento comercial e de retalho. A Sala de Mercados assegura uma gestão prudente da tesouraria, através da aplicação e rentabilização dos excedentes de liquidez. Não obstante, o Banco tem implementado mecanismos que permitem o controlo dos riscos de mercado a que se encontra exposto e acompanhar a sua gestão, em termos estruturais, em sede de Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

As aquisições da carteira com maturidades mais longas traduzem investimentos financeiros sujeitos a uma análise combinada do risco de crédito, risco de mercado e uma optimização dos activos ponderados pelo risco, de forma a maximizar o binómio rentabilidade/risco.

Os investimentos da carteira privilegiam activos com adequados níveis de rendibilidade e liquidez, sendo a carteira constituída essencialmente por títulos de dívida pública.

A aquisição de títulos de dívida pública para a carteira própria é efectuada nos moldes definidos pela Administração. Neste âmbito, encontram-se implementados mecanismos de controlo dos limites aprovados e metodologias de medição do risco da carteira.

Compete à Direcção de Risco a monitorização dos limites definidos na Política de Gestão de Risco, reportando superiormente eventuais incumprimentos, bem como efectuar periodicamente um relatório específico relativo aos riscos de mercados.

A matéria específica de riscos de mercado passou a constar no segundo semestre de 2016, no âmbito das necessidades regulamentares para as Instituições Financeiras, destacando-se: o Aviso n.º 04/2016 – Requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco

de crédito de contraparte na carteira de negociação; Instrutivos n.º 14/2016 - Cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação; n.º 15/2016 - Prestação de informação sobre fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação; e n.º27/2016 - Governação do risco de mercado.

Risco de Taxa de Juro

O risco da taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O Banco incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

A avaliação do risco taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, para determinadas rubricas que integram o Balanço do Banco, em observância ao Aviso n.º 08/2016 - Risco de taxa de juro na carteira bancária.

Risco de Liquidez

A Direcção Internacional e Financeira apresenta uma estrutura adequada para o acompanhamento dos riscos de liquidez, mercado e cambial, encontrando-se definidos limites prudenciais de exposição a estes riscos na actuação do Banco nos mercados monetário e cambial interbancários.

Para os investimentos de curto prazo da carteira própria (risco de mercado da carteira própria), tem como objectivo a rentabilização de excedentes de liquidez em complemento com as aplicações no Mercado Monetário Interbancário, contribuindo de forma positiva para a margem financeira do Banco. Englobam-se neste domínio as aplicações em Bilhetes de Tesouro e a aquisição de *Repurchase Agreements* (Repos).

Mensalmente, a Direcção Internacional e Financeira prepara informação para reporte à Comissão Executiva do Conselho de Administração sobre a evolução dos investimentos efectuados pelo Banco e a sua exposição ao nível dos referidos riscos.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial da carteira do Banco mantém um conjunto de posições de pequena dimensão e risco reduzido da carteira, cuja gestão é feita especificamente pela Direcção Internacional e Financeira, sendo o respectivo risco controlado em base diária, através das métricas e limites definidos para controlo dos riscos de mercado.

Risco Operacional

O risco operacional materializa-se pela ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequações dos processos, sistemas ou pessoas ou, ainda, de eventos externos.

A gestão de risco operacional assenta num modelo descentralizado, sendo que a sua abrangência e disseminação se verifica a todos os níveis da estrutura hierárquica. A metodologia prevê processos de mapeamento de actividades e riscos que procurem capturar as exposições materiais ao risco operacional, assim como processos de registo e aprovação de eventos e de auto-avaliação dos riscos e controlos.

De forma a garantir a correcta implementação das actividades de controlo acima indicadas, as funções de controlo efectuam ao longo do ano auditorias e inspecções que permitem identificar as situações que ainda carecem de melhoria, bem como definem e acompanham os planos de acção para as solucionar.

Com referência ao risco operacional pretende-se, a curto prazo, implementar um abrangente sistema de medição e gestão do risco, que possibilite a identificação e a tomada de medidas mitigadoras.

A abordagem regulamentar de cálculo de fundos próprios para cobertura do risco operacional, deverá ser com o método de indicador básico, conforme definido no Aviso n.º 05/2016 e Instrutivo n.º 16/2016 de 08 de Agosto, com data de reporte ao Banco Nacional de Angola em Junho de 2017.

Periodicamente são realizados reportes à Comissão Executiva relativos às auditorias e inspecções efectuadas com a indicação das situações identificadas e os planos de acção a implementar.

A Direcção de Risco encontra-se a ultimar uma metodologia de gestão e acompanhamento do Risco Operacional, que irá implementar no decorrer do ano de 2017.

Risco de Concentração

No risco de crédito de contraparte é objectivo do Banco a diversificação das contrapartes, tendo como suporte base metodologias de avaliação, acompanhamento e controlo dos limites de crédito para instituições, bem como o cumprimento dos limites prudenciais aos grandes riscos, de acordo com Aviso n.º09/2016, do Banco Nacional de Angola.

O BANCO DEVE CONSIDERAR adequadamente a concentração do risco nas suas estratégias, políticas e processos de gestão do risco

O Banco deve considerar adequadamente a concentração do risco nas suas estratégias, políticas e processos de gestão do risco, definindo as responsabilidades dos colaboradores relevantes e desenvolvendo processos para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre concentração do risco.

A Direcção de Risco analisa trimestralmente o risco de concentração de crédito, com base em critérios internos, apurando para o efeito o Índice de Concentração Individual (ICI) e o Índice de Concentração Sectorial (ICS).

Risco Reputacional

A imagem do Banco é acompanhada pela Direcção de Marketing que realiza ao longo do ano campanhas publicitárias e acções junto dos seus clientes que permitam transmitir os princípios e valores associados ao Banco BIC.

Adiconalmente, e no âmbito da gestão do risco reputacional, compete ao Gabinete de Compliance a coordenação e salvaguarda da boa execução dos procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Compete às referidas áreas, bem como à Comissão Executiva, o acompanhamento e avaliação regular das situações que possam comprometer a reputação do Banco, sendo realizadas as diligências necessárias com vista à sua resolução.

O Banco tem como política reputacional a constante transmissão da visão, missão e valores que norteiam a actividade do Banco e o seu relacionamento com os clientes, contrapartes, accionistas, investidores e a Entidade de Supervisão.

Risco de Compliance

O risco de compliance consiste na ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Assim, é objectivo do Banco no âmbito do risco de compliance o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatuárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes e das orientações dos Órgãos Sociais, de modo a proteger a reputação da instituição e a evitar que esta seja alvo de sanções.

O Banco BIC tem implementadas metodologias e ferramentas que permitem uma acção preventiva da ocorrência de eventos de risco de compliance e de reputação, conforme indicado nos capítulos 6.2 Compliance e 7 "Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo". Estas metodologias asseguram o acompanhamento e avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita. De igual forma, o Banco encontra-se igualmente dotado de procedimentos e ferramentas que permitem um acompanhamento constante e avaliação dos riscos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, adoptando standards de acordo, não só às disposições legais em vigor, como às melhores práticas internacionais.

BancoBIC

05
BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

INOVAÇÃO PARA CRESCER

Inovar é a base do progresso.
Focamo-nos em criar e aplicar soluções que contribuam
para a evolução, de forma sustentada,
dos negócios e da vida dos nossos clientes.
Temos os olhos no futuro e na melhoria contínua.

CRESCEMOS JUNTOS

05 BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As Instituições de Crédito são susceptíveis de utilização para dissimular, converter, transferir, ou investir fundos de origem ilícita, resultantes de actividades tipificadas como criminosas.

A República de Angola aprovou as Resoluções n.ºs 19/99 de 30 de Julho, 21/10 de 22 de Junho e 38/10 de 17 de Dezembro, publicadas nos DR. Iª Série n.ºs 31, 115 e 239, que ratificam as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, a criminalidade transnacional e a supressão do financiamento ao terrorismo, respectivamente, com vista a garantir a segurança e do sistema financeiro angolano.

A Lei n.º 34/11, de 12 de Dezembro estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.

O Aviso n.º22/2012 do Banco Nacional de Angola, nos termos do disposto no artigo 36.º da Lei n.º34/11, regulamenta as condições de exercício das obrigações previstas na referida Lei.

DISPOSIÇÕES LEGAIS estabelecem um conjunto de medidas de carácter preventivo

Este conjunto de disposições legais não se limita a criminalizar certos comportamentos, nomeadamente os que se traduzem em "branqueamento de capitais provenientes de actividades ilícitas", estabelece também um conjunto de medidas de carácter preventivo, especialmente dirigidas ao sistema financeiro.

Neste sentido, o Banco BIC tem vindo continuamente a adoptar, e actualizar, estratégias, políticas e processos, que permitam a prevenção contra a utilização das Instituições de Crédito no Branqueamento de Capitais e no Financiamento do Terrorismo (BC/FT). Os principais aspectos a destacar são os seguintes:

- Implementação e divulgação do Manual de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Elaboração e divulgação de normas e políticas de Compliance transversais a toda à organização;
- Implementação e contínuo desenvolvimento de softwares de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, tanto na vertente Know Your Client (KYC) como ao nível de Know Your Transaction (KYT);
- Desenvolvimento, em conjunto com parceiros reconhecidos internacionalmente, de acções de formação a todo o Universo de colaboradores do Banco BIC.

O Gabinete de Compliance tem a responsabilidade de garantir o cumprimento dos procedimentos adoptados com vista ao cumprimento do acima referido. É também através do Gabinete de Compliance que é desenvolvida a articulação com o Banco Nacional de Angola e a Unidade de Informação Financeira em assuntos respeitantes a temática de BC/FT, através de uma estreita colaboração com estes órgãos e participações nos seminários promovidos para o efeito, incluindo a participação no encontro com os observadores do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), de onde resultou a saída de Angola das jurisdições sobre monitorização.

Adicionalmente, o Banco BIC tem agido proactivamente junto de parceiros internacionais, nomeadamente Banca Correspondente, no sentido de se adaptar continuamente às melhores práticas internacionais nesta matéria.

BancoBIC
BancoBIC

BancoBIC

CAPITAL HUMANO PARA CRESCER

As pessoas são a base do nosso negócio e das relações de confiança em que assenta. Os nossos resultados e o nosso sucesso são fruto do universo de pessoas que constituem o nosso capital mais diferenciador.

CRESCEMOS JUNTOS

06 ANÁLISE FINANCEIRA

ANÁLISE FINANCEIRA

+15%

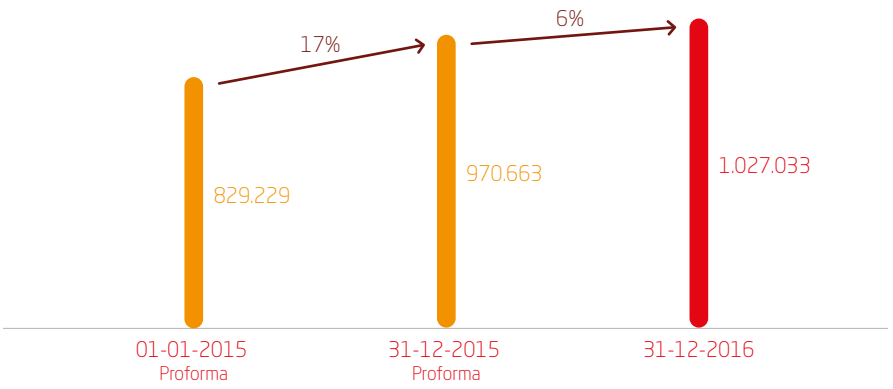
AUMENTO
do Volume de Negócios
do Banco BIC em AKZ

No exercício de 2016, manteve-se a tendência de crescimento do Volume de Negócios do Banco BIC, o qual aumentou 15% face a 31 de Dezembro de 2015, atingindo o montante de AKZ 1.854.955 milhões.

O Activo Líquido do Banco ascende a AKZ 1.027.033 milhões em 31 de Dezembro de 2016, um aumento de AKZ 56.370 milhões face a 2015, correspondente a uma variação de 6%. Este aumento foi potenciado pela rubrica de Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados, que passou de AKZ 22.999 milhões em 31 de Dezembro de 2015 para AKZ 77.710 milhões, pela rubrica de Investimentos Detidos até à Maturidade, que passou de AKZ 398.183 milhões em 31 de Dezembro de 2015 para AKZ 472.554 milhões (crescimento verificado essencialmente ao nível da carteira de Dívida Pública Angolana em ambas as rubricas), e pelo Crédito concedido a Clientes, que registou um aumento de AKZ 20.549 milhões.

ACTIVO LÍQUIDO

Milhões AKZ

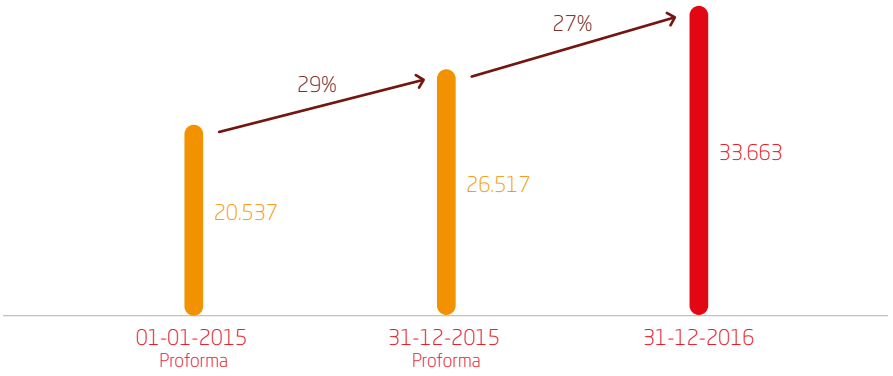


O Activo é financiado, essencialmente, pelos recursos de clientes e outros empréstimos, os quais registaram um aumento de AKZ 76.037 milhões (10%) face a 31 de Dezembro de 2015. Em 31 de Dezembro de 2016, os recursos de clientes ascendem a AKZ 850.433 milhões.

O resultado líquido do Banco BIC no exercício de 2016 totalizou AKZ 33.663 milhões, o que comparado com o resultado líquido de AKZ 26.517 milhões no exercício de 2015, correspondendo a um aumento de 27% face ao período homólogo. O aumento verificado é explicado essencialmente pela variação dos juros de Crédito e de Títulos e Valores mobiliários.

RESULTADO LÍQUIDO

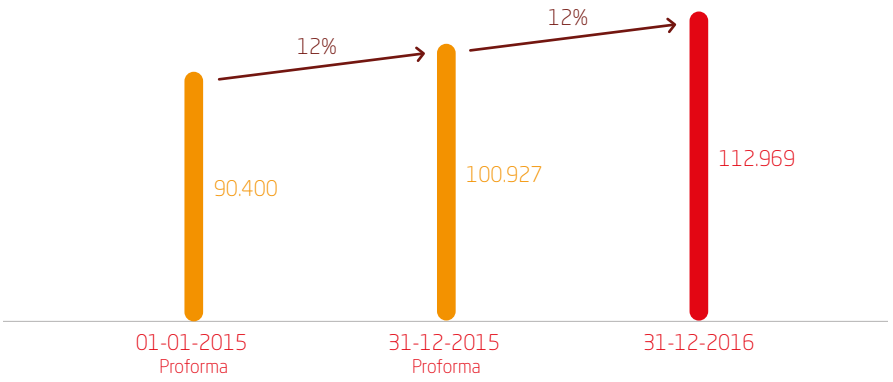
Milhões AKZ



Em 31 de Dezembro de 2016, os capitais próprios do Banco ascendem a AKZ 112.969 milhões, um aumento de AKZ 12.042 milhões, face aos AKZ 100.927 milhões que se verificaram em 31 de Dezembro de 2015. Esta variação é explicada por um lado, pelo resultado líquido do exercício (AKZ 33.633 milhões) e, por outro lado pela distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2015, ocorrida em 2016, no montante de AKZ 22.125 milhões.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Milhões AKZ



BALANÇO

Activo

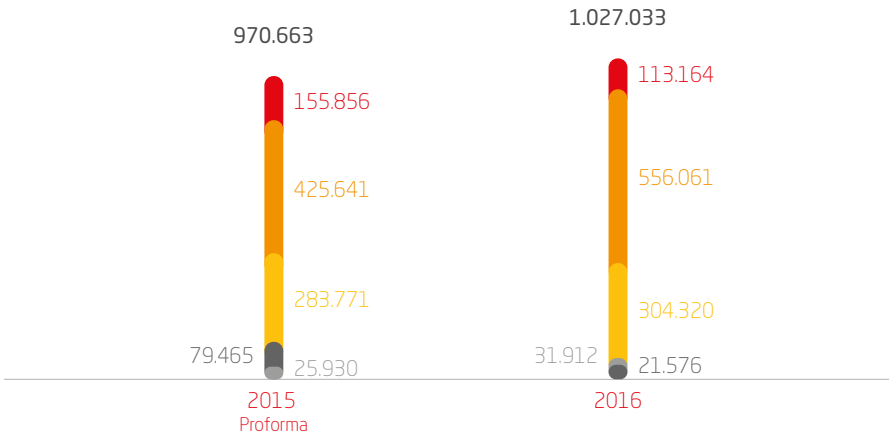
+6%

AUMENTO
do Activo Líquido em relação ao ano de 2015 em AKZ

A 31 de Dezembro de 2016, o Activo Líquido atingiu o montante total de AKZ 1.027.033 milhões, tendo assim registado um aumento de 6% em relação ao ano de 2015. De salientar o crescimento das rubricas de Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados e de Investimentos Detidos até à Maturidade, as quais apresentaram um aumento de AKZ 54.711 milhões e AKZ 74.371 milhões, respectivamente, face a 31 de Dezembro de 2015, resultante do aumento dos Bilhetes do Tesouro em AKZ 50.651 milhões e das Obrigações do Tesouro em AKZ 71.777 milhões. Adicionalmente, o Crédito concedido a Clientes registou um aumento de AKZ 20.549 milhões. Por outro lado, as Aplicações e Disponibilidades em Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito diminuíram AKZ 100.581 milhões.

ACTIVO LÍQUIDO

Milhões AKZ



Em Milhões	'16		'15 PROFORMA		Δ
ACTIVO	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.493	630	151.712	1.121	-31%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.671	52	4.144	31	109%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21.576	130	79.465	587	-73%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.710	468	22.999	170	238%
Activos financeiros disponíveis para venda	5.797	35	4.459	33	30%
Investimentos detidos até à maturidade	472.554	2.848	398.183	2.943	19%
Crédito a clientes	304.320	1.834	283.771	2.097	7%
Activos não correntes detidos para venda	13.615	82	9.697	72	40%
Outros activos tangíveis	12.205	74	11.600	86	5%
Activos intangíveis	26	-	12	-	117%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	340	2	351	2	-3%
Outros activos	5.726	36	4.270	31	34%
Total	1.027.033	6.191	970.663	7.173	6%

Crédito Concedido a Clientes

O Banco BIC mantém a sua disponibilidade para apoiar os investimentos dos seus clientes na Economia Angolana, seleccionando projectos adequados ao seu perfil de risco de crédito, nos vários sectores de actividade económica.

A carteira de crédito concedido a clientes (incluindo o crédito por assinatura) apresentou um saldo de AKZ 457.967 milhões em 31 de Dezembro de 2016, equivalente a um aumento de 9%, face aos AKZ 420.781 milhões apurados em 31 de Dezembro de 2015.

Em Milhões		'16		'15 PROFORMA		Δ
CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES		**AKZ**	**USD**	**AKZ**	**USD**	**%**
1.	Crédito Total	457.967	2.760	420.781	3.109	9%
1.1	Crédito sobre Clientes	331.826	2.000	305.538	2.258	9%
	Crédito Moeda Nacional	170.288	1.026	151.996	1.123	12%
	Crédito Moeda Estrangeira	161.538	974	153.542	1.135	5%
1.2	Crédito e Juros Vencidos	36.572	220	23.639	175	55%
	Crédito e Juros Vencidos Moeda Nacional	14.821	89	12.558	93	18%
	Crédito e Juros Vencidos Moeda Estrangeira	21.751	131	11.081	82	96%
1.3	Juros a Receber	11.694	71	6.081	44	92%
	Juros a Receber Moeda Nacional	6.892	42	3.559	26	94%
	Juros a Receber Moeda Estrangeira	4.802	29	2.522	18	90%
1.4	Crédito por Assinatura	78.966	476	86.453	639	-9%
	Garantias e Avales Prestados	75.191	453	78.607	581	-4%
	Créditos Documentários Abertos	3.775	23	7.846	58	-52%
1.5	Comissões associadas ao custo amortizado	(1.091)	(7)	(930)	(7)	17%
2.	Imparidade e provisões constituídas para riscos de crédito	76.821	463	51.861	384	48%
	Crédito concedido	74.681	450	50.558	374	48%
	Prestação de garantias	2.140	13	1.303	10	64%
3.	Crédito Concedido, Líquido de Imparidade e Provisões	381.146	2.297	368.920	2.725	3%
Crédito vencido / Crédito total		11,82%	11,82%	7,18%	7,18%	

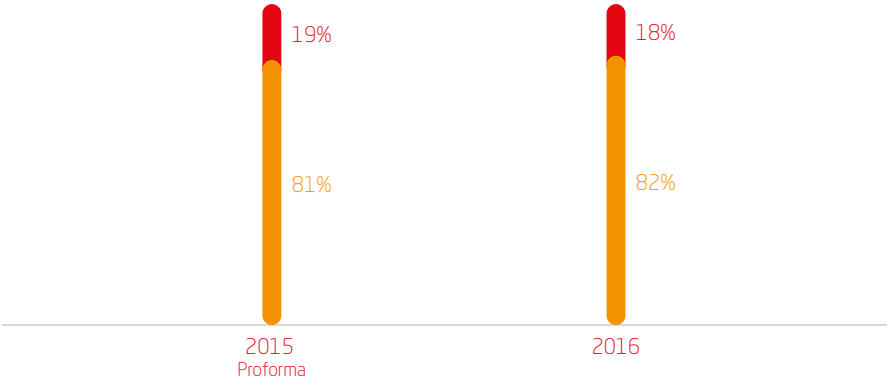
O crédito concedido a clientes no final do exercício de 2016 representa cerca de 37% do total do activo (35% em 31 de Dezembro de 2015).

No exercício em análise, o crédito por assinatura diminuiu AKZ 7.487 milhões, o equivalente a -9%, fixando-se em AKZ 78.966 milhões em 31 de Dezembro de 2016. As Garantias e Avales Prestados diminuíram de AKZ 78.607 milhões no final do exercício de 2015 para AKZ 75.191 milhões em 31 de Dezembro 2016, enquanto que os Créditos Documentários Abertos sofreram uma redução de AKZ 4.071 milhões.

No exercício de 2016, o Banco manteve a sua política conservadora na classificação do risco das operações de crédito concedido, reforçando a imparidade constituída para riscos de crédito. Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco BIC dispõe de imparidade e provisões totais no montante de, aproximadamente, AKZ 76.821 milhões, ou seja, uma variação líquida face a 31 de Dezembro de 2015 de cerca de AKZ 24.960 milhões (48%).

Em 31 de Dezembro de 2016, a cobertura do crédito concedido por imparidade ascende a 20,27% que compara com os 15,36% verificados em 31 de Dezembro de 2015. Por sua vez, a cobertura do crédito vencido situa-se em cerca de 204% no final do exercício de 2016 (214% em 2015).

REPARTIÇÃO DO CRÉDITO POR BENIFICIÁRIOS

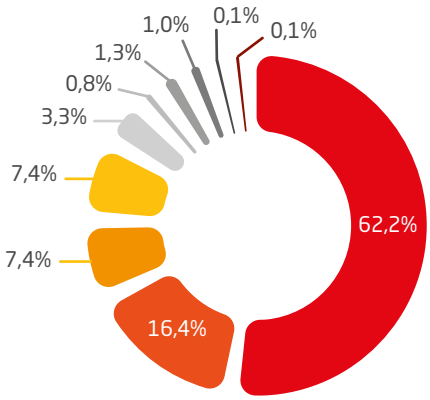


Em 31 de Dezembro de 2016, à semelhança do final do ano anterior, cerca de 82% da carteira de crédito correspondeu ao crédito concedido a Empresas, enquanto que os restantes 18% se referem a Clientes Particulares.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a carteira de crédito pode ser decomposta por tipo de produto como segue:

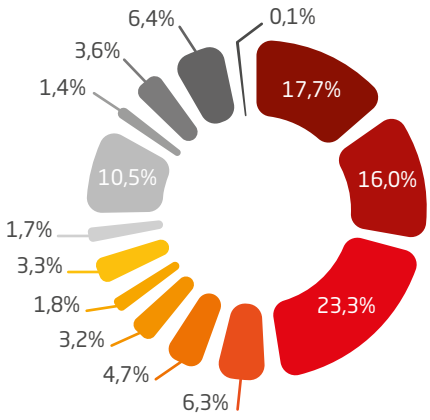
Em Milhões	'16		'15 PROFORMA		Δ
CRÉDITO POR TIPO DE PRODUTO	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Financiamentos	285.322	1.720	246.554	1.823	16%
Garantias e avales prestados	75.191	453	78.607	581	-4%
Habitação	34.183	206	31.309	231	9%
Tesouraria	34.021	205	29.215	216	16%
Crédito ao consumo	14.963	90	17.420	129	-14%
Créditos documentários abertos	3.775	23	7.846	58	-52%
Descobertos em depósitos à ordem	5.903	36	3.979	29	48%
Investimento	4.539	27	3.984	29	14%
Automóvel	564	3	873	6	-35%
Crédito cartão VISA	597	4	1.924	14	-69%
Total	459.058	2.767	421.711	3.116	9%

O aumento do crédito concedido é explicado, essencialmente, pelo aumento dos produtos de financiamento no exercício de 2016.



- Automóvel
- Financiamentos
- Garantias e avales prestados
- Habitação
- Tesouraria
- Crédito ao consumo
- Créditos documentários abertos
- Descobertos em depósitos à ordem
- Investimento
- Crédito cartão VISA

A distribuição da carteira de crédito por tipo de produtos revela uma grande diversidade de actividades apoiadas pelo Banco BIC. Os produtos mais procurados pelos clientes do Banco correspondem aos Financiamentos, com um peso de 62,2%, Garantias e Avales prestados, com 16,4%, Crédito para Habitação, com 7,4%, Crédito para apoio de Tesouraria, com 7,4%, e o Crédito ao Consumo com um peso de 3,3%.



- Particulares
- Construção
- Comércio
- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas
- Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)
- Transportes, Armazenagem e Comunicações
- Indústrias Transformadoras
- Educação, Saúde e Acção Social
- Indústrias Extractivas (Petróleo Bruto e Gás Natural, Outros)
- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
- Administração Pública e Segurança Social Obrigatória
- Actividades Financeiras e de Seguros
- Outras actividades recreativas, associativas e de serviços
- Pesca
- Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água

No exercício de 2016, o sector da construção e o sector do comércio, com 16,0% e 23,3%, respectivamente, foram aqueles que, em termos de créditos concedidos, mereceram o maior apoio do Banco BIC. Destaca-se, ainda, os créditos concedidos a clientes particulares, que absorveram 17,7% do total de crédito concedido.

No exercício de 2016, embora se tenha verificado um aumento do crédito e juros vencidos para AKZ 36.572 milhões, face aos valores apresentados no final do exercício de 2015, o Banco mantém uma adequada cobertura no risco de crédito por imparidade e provisões.
O reforço verificado ao nível das provisões para crédito permitiu que o rácio de imparidade e provisões para crédito sobre o crédito concedido aumentasse de 15,36% para 20,27% no final do exercício de 2016, sendo, na mesma data, a cobertura do crédito vencido por provisões de 204%.

Em Milhões	'16		'15 PROFORMA		Δ
CRÉDITO VENCIDO	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Crédito Concedido	368.398	2.220	329.177	2.433	12%
Crédito Vencido	36.572	220	23.639	175	55%
Crédito Vencido / Crédito Concedido	9,93%		7,18%		38%
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidade	204%		214%		-5%
Imparidade para Crédito / Crédito Concedido	20,27%		15,36%		32%

Carteira de Títulos

A carteira de títulos do Banco encontra-se classificada de acordo com a substância inerente ao propósito da sua aquisição e, nos termos do normativo aplicável, compreende as seguintes categorias:

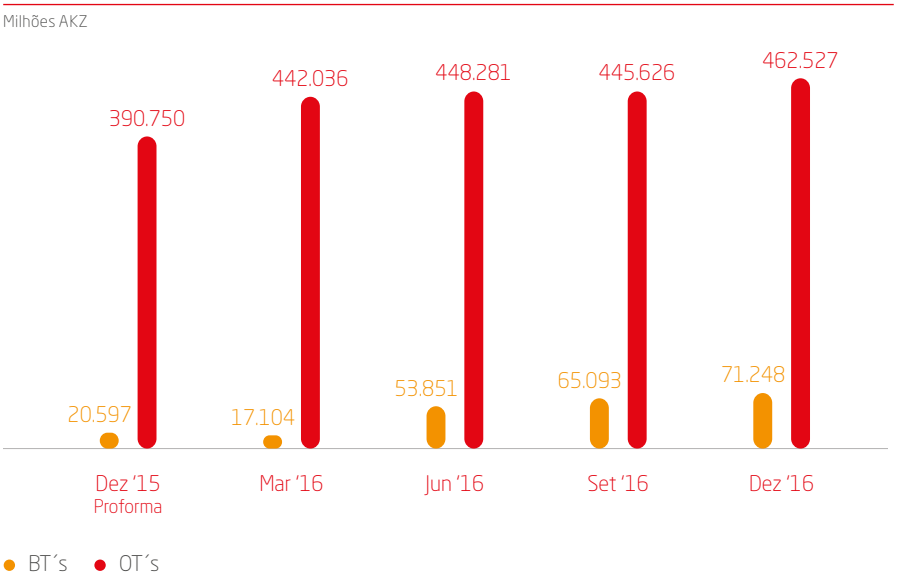
i) Justo valor através de resultados:
- Mantidos para negociação - onde se incluem os Bilhetes do Tesouro (BT´s), denominados em Kwanzas.

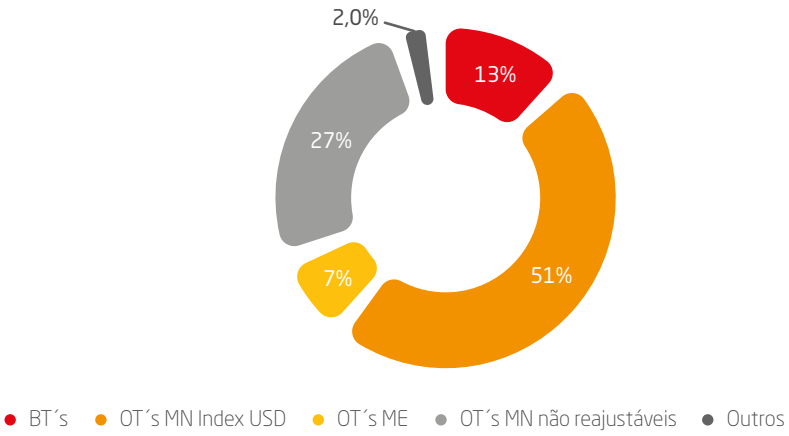
ii) Disponíveis para venda - participações por via de acções.

iii) Detidos até à maturidade - onde se incluem as Obrigações do Tesouro (OT's) denominadas ou indexadas ao Dólar dos Estados Unidos e as Obrigações do Tesouro (OT´s) em Moeda Nacional não Reajustáveis.

Em Milhões	'16		'15 PROFORMA		Δ
CARTEIRA DE TÍTULOS	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Justo valor através de resultados	77.710	468	22.999	170	238%
Mantidos para negociação	77.710	468	22.999	170	238%
Bilhetes do Tesouro	71.248	429	20.597	152	246%
Outros títulos de negociação	3.708	22	1.449	11	156%
Juros a Receber	2.754	17	953	7	189%
Disponíveis para venda	5.797	35	4.459	33	30%
Detidos até à maturidade	472.554	2.848	398.183	2.943	19%
Obrigações do Tesouro	462.527	2.788	390.750	2.888	18%
Em Moeda Nacional (Index USD)	277.919	1.675	187.397	1.385	48%
Em Moeda Estrangeira (USD)	40.492	244	33.683	249	20%
Em Moeda Nacional (não reajustáveis)	144.116	869	169.670	1.254	-15%
Juros a receber	10.027	60	7.433	55	35%
Total	556.061	3.351	425.641	3.146	31%

A carteira de títulos do Banco registou, no exercício de 2016 um aumento de cerca de AKZ 130.420 milhões (31%), face à posição em 31 de Dezembro de 2015. Para esta variação contribuíram o aumento das Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional Indexadas ao Dólar Norte-Americano e os Bilhetes do Tesouro, que aumentaram AKZ 90.522 milhões e AKZ 50.651 milhões, respectivamente.





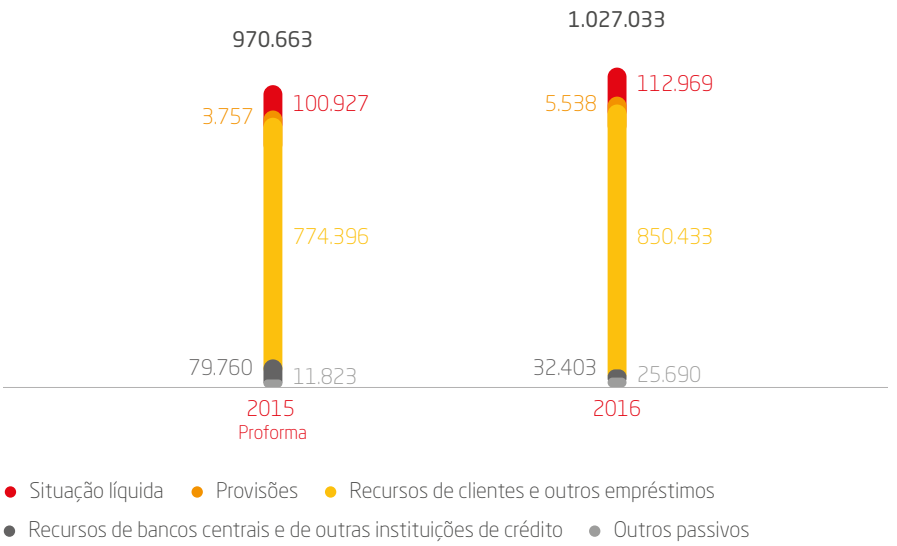
Passivo e Situação Líquida

O passivo do Banco registou, no exercício de 2016 um aumento de cerca de AKZ 44.328 milhões face ao exercício de 2015, o que corresponde a uma variação de 5%. Esta deveu-se, essencialmente, ao aumento da rubrica de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos em cerca de AKZ 76.037 milhões (10%), face ao ano anterior.

No exercício de 2016, os capitais próprios do Banco aumentaram AKZ 12.042 milhões, o que se deveu, por um lado, pelo resultado líquido do exercício (AKZ 33.633 milhões) e, por outro lado, pela distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2015, ocorrida em 2016, no montante de AKZ 22.125 milhões.

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

Milhões AKZ



Em Milhões		'16		'15 PROFORMA	Δ
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	32.403	195	79.760	589	-59%
Recursos de clientes e outros empréstimos	850.433	5.126	774.396	5.723	10%
Provisões	5.538	33	3.757	28	47%
Passivos por impostos diferidos	798	5	588	4	36%
Outros passivos	24.892	151	11.235	83	122%
Situação líquida	112.969	681	100.927	746	12%
Total	1.027.033	6.191	970.663	7.173	6%

Recursos de clientes e outros empréstimos

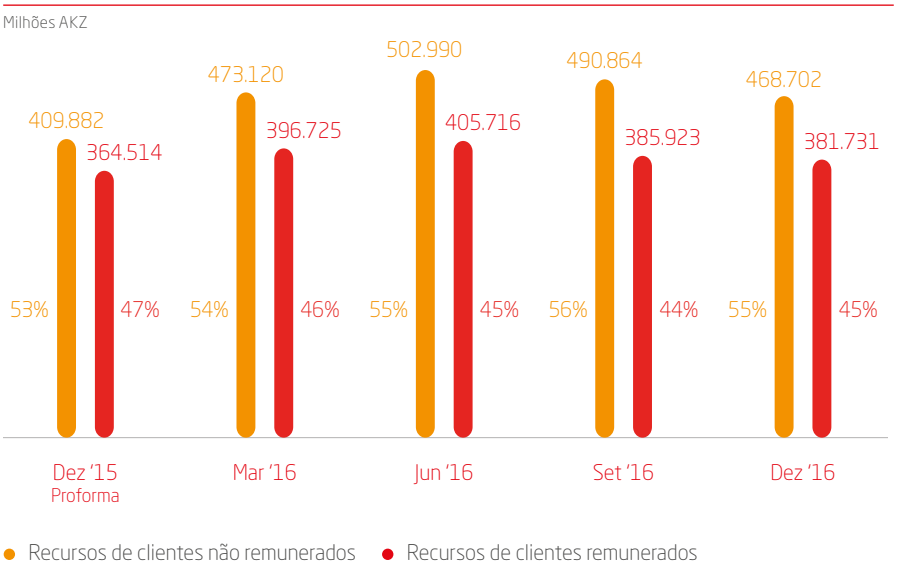
A carteira de recursos totais de clientes e outros empréstimos, no exercício de 2016 ascende a AKZ 850.433 milhões, correspondendo a um aumento de AKZ 76.037 milhões e uma variação de 10% face a 31 de Dezembro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016, os recursos totais de clientes e outros empréstimos incluem depósitos à ordem no montante de AKZ 428.964 milhões, depósitos a prazo no montante de AKZ 381.731 milhões, recursos vinculados – operações cambiais no montante de AKZ 35.368 milhões e outros depósitos no montante de AKZ 4.370 milhões.

Em Milhões	'16		'15 PROFORMA		Δ
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	**AKZ**	**USD**	**AKZ**	**USD**	**%**
Depósitos de Clientes	810.695	4.887	736.254	5.441	10%
Depósitos à Ordem	428.964	2.586	371.740	2.747	15%
Moeda Nacional	348.913	2.103	289.567	2.140	20%
Moeda Estrangeira	80.051	483	82.173	607	-3%
Depósitos a Prazo	381.731	2.301	364.514	2.694	5%
Moeda Nacional	254.794	1.536	251.286	1.857	1%
Moeda Estrangeira	126.937	765	113.228	837	12%
Recursos vinculados - Operações cambiais	35.368	213	33.772	250	5%
Outros Depósitos	4.370	26	4.370	32	0%
Moeda Nacional	4.370	26	4.370	32	0%
Total	850.433	5.126	774.396	5.723	10%

A 31 de Dezembro de 2016, cerca de 76% da Carteira de Recursos de Clientes é denominada em moeda nacional (75% em 2015), sendo os restantes 24% denominados em moeda estrangeira.

No exercício de 2016, cerca de 45% dos depósitos correspondem a recursos remunerados (47% em 2015) equivalentes a AKZ 381.731 milhões (AKZ 364.514 milhões em 2015), sendo os restantes AKZ 468.702 milhões (AKZ 409.882 milhões em 2015) relativos a recursos não remunerados.



O rácio de transformação de Crédito/Recursos aumentou de 97%, em 31 de Dezembro de 2015, para 109%, em 31 de Dezembro de 2016.

Em Milhões	'16		'15 PROFORMA	
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO	**AKZ**	**USD**	**AKZ**	**USD**
Recursos de Clientes	850.433	5.126	774.396	5.723
Crédito Total (incluindo Crédito ao Estado)	925.557	5.579	754.061	5.573
Total	109%		97%	

Provisões

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rúbrica de provisões para responsabilidades prováveis ascende a cerca de AKZ 5.538 milhões (AKZ 3.757 milhões em 31 de Dezembro de 2015). Deste total, AKZ 2.140 milhões referem-se a provisões para garantias prestadas, AKZ 3.036 milhões dizem respeito a provisões para pensões de reforma e os restantes AKZ 362 milhões correspondem a provisões para fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para reflectir perdas potenciais no valor de realização de outros activos e contas de regularização.

Capitais Próprios

Em 31 de Dezembro de 2016, os capitais próprios do Banco totalizam AKZ 112.969 milhões, tendo-se verificado um aumento de AKZ 12.042 milhões, equivalente a cerca de 12%, face a 31 de Dezembro de 2015.

Para esta variação dos capitais próprios do Banco BIC contribuiu o resultado líquido do exercício, que ascendeu a AKZ 33.663 milhões.

Em Milhões	'16		'15 PROFORMA	
CAPITAIS PRÓPRIOS	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3.000	18	3.000	22
Reservas	76.306	460	71.410	528
Resultado Líquido do Exercício	33.663	203	26.517	196
Total	112.969	681	100.927	746

A rubrica de reservas aumentou AKZ 4.896 milhões no exercício de 2016, dos quais AKZ 5.531 milhões correspondem à aplicação do resultado líquido do exercício de 2015 em reservas, conforme aprovado pela Assembleia Geral. Em 31 de Dezembro de 2016, o total de reservas no montante de AKZ 76.306 milhões é composto pelas reservas de conversão cambial, no montante de AKZ 5.810 milhões, pela reserva legal, no montante de AKZ 28.984 milhões, pela reserva de justo valor, no montante de AKZ 1.864 milhões, e pelas outras reservas, no montante de AKZ 39.648 milhões.

Em 31 de Dezembro de 2016, os Fundos Próprios Regulamentares do Banco calculados de acordo com o Instrutivo 03/2011, do Banco Nacional de Angola, de 8 de Junho, eram de cerca de AKZ 113.392 milhões, o que equivale a um Rácio de Solvabilidade Regulamentar de cerca de 14,29%, comparável com os 13,32% apresentados a 31 de Dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

O Banco BIC terminou o exercício de 2016 com um lucro líquido de AKZ 33.663 milhões, o que corresponde a um aumento de 27% face ao período homólogo.

Em Milhões		'16		'15 PROFORMA	
CONTA DE EXPLORAÇÃO		AKZ	USD	AKZ	USD
1.	Margem financeira (MF)	57.867	349	39.699	293
2.	Margem complementar (MC)	30.882	186	30.609	226
3.	Produto de actividade bancária (PAB)=(MF)+(MC)	88.749	535	70.308	520
5.	Custos administrativos e de comercialização (CAC)	30.303	183	28.423	210
6.	Imparidade e provisões (IP)	23.000	139	13.872	103
7.	Outros proveitos e custos operacionais (OPCO)	(46)	0	(40)	0
8.	Resultado antes de impostos (RAI) = (PAB)-(CAC)-(IP)+(OPCO)	35.400	213	27.973	207
9.	Impostos sobre lucros (IL)	1.737	10	1.456	11
10.	Resultado Líquido do Exercício (RLE) = (RAI)-(IL)	33.663	203	26.517	196
11.	Cash Flow Após Impostos (CF)	57.505	347	38.819	287

No exercício de 2016, a margem financeira registou um aumento de AKZ 18.168 milhões face ao exercício de 2015. Para esta variação da margem financeira contribuíram os proveitos em Juros de Crédito e de Títulos e Valores Mobiliários, que aumentaram AKZ 12.237 e AKZ 11.143 milhões, respectivamente.

Em Milhões	'16		'15 PROFORMA	
MARGEM FINANCEIRA	AKZ	USD	AKZ	USD
Juros de Crédito	37.656	227	25.419	188
Juros de Títulos e Valores Mobiliários	42.112	254	30.969	229
Juros de Aplicações de Liquidez	2.218	13	1.209	9
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	658	4	467	3
Juros de Instrumentos Financeiros Passivos	(24.777)	(149)	(18.365)	(136)
Total	57.867	349	39.699	293

No exercício de 2016, a Margem Complementar apresenta um aumento de cerca de AKZ 273 milhões face ao exercício de 2015.

Em Milhões	'16		'15 PROFORMA	
MARGEM COMPLEMENTAR	AKZ	USD	AKZ	USD
Rendimentos e encargos de serviços e comissões	5.436	33	4.956	36
Resultados de operações cambiais	26.853	161	26.158	193
Resultados de alienação de outros activos	125	1	69	1
Outros resultados de exploração	(1.532)	(9)	(574)	(4)
Total	30.882	186	30.609	226

Os resultados de operações cambiais, que correspondem essencialmente aos ganhos nas transacções de compra e venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial em Moeda Estrangeira, fixaram-se em AKZ 26.853 milhões, no exercício de 2016, resultado da desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano verificada no exercício.

Os encargos administrativos do Banco, que agregam os custos com o pessoal no montante de AKZ 16.644 milhões, os fornecimentos e serviços de terceiros no montante de AKZ 12.817 milhões e as depreciações e amortizações do exercício de AKZ 842 milhões, registaram um aumento de cerca de AKZ 1.880 milhões (7%) face ao exercício de 2015.

Em Milhões	'16		'15 PROFORMA	
CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO	AKZ	USD	AKZ	USD
Pessoal	16.644	101	11.725	87
Fornecimentos e serviços de terceiros	12.817	77	15.843	117
Depreciações e amortizações	842	5	855	6
Total	30.303	183	28.423	210

Os custos com o pessoal totalizaram AKZ 16.644 milhões, com um aumento face ao exercício de 2015 de AKZ 4.919 milhões, enquanto que os fornecimentos e serviços de terceiros ascenderam a AKZ 12.817 milhões, com uma variação de aproximadamente -19% face ao período homólogo, esta variação resulta essencialmente da diminuição dos custos de um conjunto de serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por entidades relacionadas do Banco.

As depreciações e amortizações do exercício fixaram-se nos AKZ 842 milhões, o que representa um ligeiro decréscimo do nível de amortizações verificado no exercício de 2015. Pese embora se tenha verificado uma diminuição no número de colaboradores de 2.081 em 31 de Dezembro de 2015 para 2.069 colaboradores em 31 de Dezembro de 2016, o aumento dos custos com pessoal resultou da actualização das remunerações em função da desvalorização cambial.

NO EXERCÍCIO DE 2016 o rácio cost-to-income sofreu uma diminuição de 40% pára 34% face ao exercício anterior

Em Milhões de Kwanzas Angolanos COST-TO-INCOME	'16	'15 PROFORMA
Custos Administrativos e de Comercialização	30.303	28.423
Produto da actividade bancária	88.749	70.308
Cost-to-income	34%	40%

No exercício de 2016 o rácio cost-to-income sofreu uma diminuição de 40% para 34% face ao exercício anterior.

No exercício de 2016, os impostos sobre lucros registados ascenderam a AKZ 1.737 milhões (AKZ 1.456 milhões no exercício de 2015), correspondentes a uma taxa efectiva de imposto industrial de cerca de 5%.

Os proveitos dos títulos da dívida pública obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano encontram-se excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Código deste imposto. Este enquadramento fiscal é determinante para a diferença entre o prejuízo fiscal apurado e a taxa nominal em vigor (30%).

O Decreto Legislativo Presidencial nº 5/11, de 30 de Dezembro, introduziu uma norma de sujeição a IAC sobre os juros dos Bilhetes do Tesouro, das Obrigações do Tesouro e de outras aplicações financeiras. Contudo, apenas se aplica relativamente aos títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

A taxa de IAC varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%. Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos com este imposto que se encontram registados na demonstração dos resultados, na rubrica de " Outros resultados de exploração", ascendem a AKZ 2.172 milhões e AKZ 1.190 milhões, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em função dos montantes apurados para os dois impostos, Industrial e IAC, a taxa efectiva conjunta ascende a 11,04% e 9,46%, respectivamente.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições legais relativas à constituição de reservas, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no montante de 33.663 milhões de Kwanzas Angolanos, tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal 20%	6.733 milhões de Kwanzas
Distribuição de Dividendos aos Accionistas 80%	26.930 milhões de Kwanzas

BancoBIC

07
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

SUSTENTABILIDADE PARA CRESCER

O crescimento acontece alicerçado em raízes sólidas e no seu cuidado contínuo. Esta filosofia está presente em tudo o que fazemos. Na forma como construímos relações, na forma como idealizamos soluções, na forma como estamos presentes no dia-a-dia dos nossos Clientes. Esta é a forma como fazemos o nosso caminho: consistente, focado, sustentável.

CRESCEMOS JUNTOS

07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (PROFORMA) E 1 DE JANEIRO DE 2015 (PROFORMA)

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos

ACTIVO	NOTAS	'16 ACTIVO BRUTO	'16 PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	'16 ACTIVO LÍQUIDO	'15 PROFORMA ACTIVO LÍQUIDO	01 JAN. '15 PROFORMA ACTIVO LÍQUIDO
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	104.492.564	-	104.492.564	151.712.253	119.333.139
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	8.671.075	-	8.671.075	4.144.488	19.467.658
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5	21.575.883	-	21.575.883	79.464.765	55.246.730
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6	77.710.095	-	77.710.095	22.998.659	80.649.565
Activos financeiros disponíveis para venda	7	5.796.606	-	5.796.606	4.459.067	3.551.284
Investimentos detidos até à maturidade	8	472.553.566	-	472.553.566	398.183.134	285.778.862
Crédito a clientes	9	379.000.438	(74.680.868)	304.319.570	283.770.839	240.063.893
Activos não correntes detidos para venda	10	14.061.184	(446.251)	13.614.933	9.696.622	4.618.009
Outros activos tangíveis	11	19.937.529	(7.732.535)	12.204.994	11.599.639	11.080.932
Activos intangíveis	11	556.519	(530.550)	25.969	12.004	8.725
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	340.782	-	340.782	351.787	365.080
Outros activos	13	5.727.256	-	5.727.256	4.270.100	9.064.932
Total de Activo		1.110.423.497	(83.390.204)	1.027.033.293	970.663.357	829.228.809

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	'16	'15 PROFORMA	01 JAN. '15 PROFORMA
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	14	32.403.237	79.759.784	44.884.153
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	850.432.779	774.395.878	685.186.072
Provisões	16	5.537.507	3.757.291	2.779.990
Passivos por impostos diferidos	17	798.652	587.846	502.060
Outros passivos	18	24.892.191	11.235.939	5.476.867
Total de Passivo		914.064.366	869.736.738	738.829.142
CAPITAL				
Capital Social	19	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Reservas de reavaliação	19	7.673.654	7.169.193	6.729.941
Outras reservas e resultados transitados	19	68.632.523	64.240.511	60.133.207
Resultado líquido do exercício	19	33.662.750	26.516.915	20.536.519
Total de Capital		112.968.927	100.926.619	90.399.667
Total de Passivo e Capital		1.027.033.293	970.663.357	829.228.809

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (PROFORMA)

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos	NOTAS	'16	'15 PROFORMA
Juros e rendimentos similares	21	82.643.740	58.063.233
Juros e encargos similares	21	(24.776.723)	(18.364.607)
Margem financeira		**57.867.017**	**39.698.626**
Rendimentos de serviços e comissões	22	6.551.842	5.802.235
Encargos com serviços e comissões	22	(1.116.098)	(846.080)
Resultados de operações cambiais	23	26.853.003	26.158.273
Resultados de alienação de outros activos		125.406	68.595
Outros resultados de exploração	24	(1.531.721)	(573.916)
Produto da actividade bancária		**88.749.449**	**70.307.733**
Custos com o pessoal	25	(16.644.495)	(11.725.128)
Fornecimentos e serviços de terceiros	26	(12.817.331)	(15.842.995)
Depreciações e amortizações do exercício	11	(841.911)	(855.171)
Provisões líquidas de anulações	16	(686.296)	(696.157)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	16	(22.314.006)	(13.175.545)
Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	(32.988)	(40.236)
Resultado na posição monetária líquida	19	(12.570)	-
Resultado antes de impostos		**35.399.852**	**27.972.501**
Impostos sobre os resultados			
Correntes	17	(1.737.102)	(1.455.586)
Resultado após impostos		**33.662.750**	**26.516.915**
Resultado líquido do exercício		**33.662.750**	**26.516.915**
Número médio de acções ordinárias emitidas		3.000.000	3.000.000
Resultado por acção básico		11,22	8,84

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (PROFORMA) E 2016

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	TOTAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	TOTAL	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	3.000.000	932.434	5.797.507	6.729.941	19.345.162	41.443.684	60.788.846	20.536.519	91.055.306
Ajustamentos de transição para IAS / IFRS	-	-	-	-	-	(655.639)	(655.639)	-	(655.639)
Saldos em 1 de Janeiro de 2015 (Proforma)	3.000.000	932.434	5.797.507	6.729.941	19.345.162	40.788.045	60.133.207	20.536.519	90.399.667
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2014									
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	4.107.304	-	4.107.304	(4.107.304)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(16.429.215)	(16.429.215)
Resultado integral do exercício	-	439.252	-	439.252	-	-	-	26.516.915	26.956.167
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	3.000.000	1.371.686	5.797.507	7.169.193	23.452.466	40.788.045	64.240.511	26.516.915	100.926.619
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2015									
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	5.531.226	(1.139.214)	4.392.012	(4.392.012)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(22.124.903)	(22.124.903)
Actualização dos fundos próprios	-	-	12.570	12.570	-	-	-		12.570
Resultado integral do exercício	-	491.891	-	491.891	-	-	-	33.662.750	34.154.641
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	3.000.000	1.863.577	5.810.077	7.673.654	28.983.692	39.648.831	68.632.523	33.662.750	112.968.927

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (PROFORMA)

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos	'16	'15 PROFORMA
Resultado líquido do exercício	33.662.750	26.516.915
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para resultados do exercício:		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Variações no justo valor	702.697	525.038
Impacto fiscal	(210.806)	(85.786)
	491.891	439.252
Rendimento integral do exercício	34.154.641	26.956.167

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (PROFORMA)

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos	'16	'15 PROFORMA
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	75.210.152	48.642.884
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(23.600.364)	(17.147.545)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(23.789.727)	(27.558.694)
Outros resultados	(13.381.126)	(6.101.384)
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	14.438.935	(2.164.739)
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	75.872.570	(24.189.825)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(52.542.364)	-
Investimentos detidos até à maturidade	(20.897.593)	(6.613.732)
Crédito a clientes	(16.577.605)	(52.790.966)
Outros activos	(800.981)	333.696
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(14.945.973)	(83.260.827)
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(66.037.221)	29.282.351
Recursos de clientes e outros empréstimos	34.271.091	77.830.115
Outros passivos	12.900.747	(3.389.546)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(18.865.383)	103.722.920
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(19.372.421)	18.297.354
Impostos sobre o rendimento pagos	(36.420)	(249.677)
Caixa líquida das actividades operacionais	(19.408.841)	18.047.677
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	(1.437.106)	(1.354.101)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	(21.729)	(11.042)
Alienações de participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações	14.255	-
Caixa líquida das actividades de investimento	(1.444.580)	(1.365.143)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distrubuição de dividendos	(22.124.903)	(16.429.215)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(22.124.903)	(16.429.215)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	(42.978.324)	253.319
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	155.839.355	138.997.119
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes	3.553	16.588.917
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	112.864.584	155.839.355

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos - mAKZ, excepto quando expressamente indicado

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco BIC, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco BIC" ou "Banco") foi constituído por Escritura Pública de 22 de Abril de 2005, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola, de 19 de Abril de 2005, que autorizou a sua constituição, e encontra-se sedeado no Edifício Banco BIC, sito no Bairro de Talatona, Município da Samba, em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Para a realização das suas operações, o Banco dispõe actualmente em Angola de uma rede nacional de 205 balcões e postos de atendimento, 17 centros de empresas, três centros de investimento e uma unidade de private banking (202 balcões e postos de atendimento, 17 centros de empresas, três centros de investimento e uma unidade de private banking, em 31 de Dezembro de 2015).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras Banco BIC foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos do Aviso n.º 6/2016 do Banco Nacional de Angola, de 16 de Maio de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações financeiras do Banco BIC foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras - CONTIF, conforme definido no Instrutivo nº 09/07, de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola e actualizações subsequentes.

Na sequência desta alteração, o Banco BIC procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras estatutárias de 2015, conforme descrito na Nota 2.3 - Comparabilidade da informação.

As demonstrações financeiras do Banco, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontram-se expressas em Kwanzas Angolanos, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os câmbios do Kwanza Angolano (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	'16	'15
1 USD	165,903	135,315
1 EUR	185,379	147,832

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Commitee (IFRIC)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

– Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014) aplicáveis nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com:

  • IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas);

  • IFRS 7 – Instrumentos financeiros, divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de activos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de activos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de activos e passivos financeiros;

  • IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados;

  • IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.

– Emenda à IFRS 11: "Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos" - Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma actividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma actividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de activos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.

– Emenda à norma IAS 1: "Apresentação de demonstrações financeiras – Disclosure Iniciative". Aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016, esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente:

  (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas;

  (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material;

  (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro;

  (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral, segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados;

  (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:

    • Uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;

    • Uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;

    • Informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção;

    • Outra informação na quarta secção.

– Emenda à IAS 16: "Activos fixos tangíveis e IAS 38 – Activos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis" - Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um activo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de activos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de activos intangíveis só poderá ser refutada quanto o activo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada. Esta emenda é aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

– Emenda à IAS 27: "Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas" - Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração actualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente. Aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

– Emenda à IFRS10: "Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas" - Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento, sendo aplicáveis nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

– IFRS 14: "Activos regulados" - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a activos regulados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

– IFRS 9: "Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores" - Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39, estabelecendo novas regras de classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros, nomeadamente:

  • Define uma nova metodologia de reconhecimento das perdas por imparidade de activos financeiros com base em perdas esperadas (*expected loss model* ou *ECL*). De acordo com esta nova metodologia, as entidades devem reconhecer perdas esperadas antes da ocorrência dos eventos de perda. Existe também a necessidade de inclusão de informação prospetiva (*forward looking*) nas estimativas de perda esperada, com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente macroeconómicos. No modelo de ECL, os activos sujeitos ao cálculo de imparidade deverão ser identificados em três categorias, em função de alterações do risco de crédito desde o reconhecimento inicial do activo e não em função do risco de crédito à data de reporte;

  • Estabelece novos requisitos de classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para certos tipos de contratos de compra ou venda de itens não financeiros;

  • Apresenta novas possibilidades de aplicação das regras contabilísticas de cobertura através de um maior número de relações de hedge entre os itens objeto de cobertura e os instrumentos cobertos.

  Esta norma é aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

– IFRS 15: "Rédito de contratos com clientes" - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

– IFRS 16: "Locações" - Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

– Emendas à IFRS 10: "Demonstrações financeiras consolidadas" e IAS 28 – "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" - Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto. Sem data de aplicação obrigatória definida.

– Emendas à IAS 12: "Imposto sobre o rendimento" - Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017.

– Emendas à IAS 7: "Demonstração de fluxos de caixa" - Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017.

– Emendas à IFRS 15: "Rédito de contratos com clientes" - Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

– Emendas à IFRS 2: "Pagamentos com base em acções" - Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

– Emendas à IFRS 4: "Contratos de seguro" - Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018 e válida por 3 anos após aquela data.

– Emendas à IAS 40: "Propriedades de investimento" - Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

– Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016) – Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com:

  • IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo;

  • IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5;

  • IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou *joint ventures* detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.

Os melhoramentos das IFRS 1 e IAS 28 são aplicáveis nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. O melhoramento da IFRS 12 é aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017.

– IFRIC 22: "Transações em moeda estrangeira e adiantamentos" - Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras do Banco, decorrentes da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

2.3. Comparabilidade da informação

Em 31 de Dezembro de 2015, inclusive, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas e apresentadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras – CONTIF.

O Aviso n.º 6/2016, de 16 de Maio do Banco Nacional de Angola, definiu que as Instituições Financeiras que cumpram um dos critérios preconizados naquele Aviso devem adoptar as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS / IFRS) tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações financeiras do Banco BIC foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS / IFRS).

Com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2015 foram convertidas para IAS / IFRS – demonstrações financeiras pro forma –, conforme definido pela IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

Na sequência desta alteração, as principais alterações foram:

Periodificação de comissões (IAS 39)

A adopção plena da IAS 39, relativa à mensuração dos Instrumentos Financeiros, determinou a aplicação do custo amortizado aos empréstimos e contas a receber e aos passivos financeiros. Neste sentido, as comissões associadas a activos e passivos financeiros registadas ao custo amortizado passaram a ser reconhecidas ao longo da vida da operação. No âmbito do CONTIF, as comissões e outros custos ou proveitos eram reconhecidos, em geral, quando recebidos ou pagos.

Imparidade do crédito concedido (IAS 39)

Os resultados apurados através do modelo de imparidade desenvolvido à luz do preconizado pela IAS 39 não divergiram do montante de provisões registado em 31 de Dezembro de 2015. Consequentemente, não foi necessário registar qualquer ajustamento relativo a perdas por imparidade do crédito concedido.

Adicionalmente, com referência a 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015, o Banco procedeu à reclassificação de juros de crédito reestruturado que se encontravam registados na rubrica de "Outros passivos" para "Imparidade para crédito a clientes" nos montantes de mAZK 2.489.675 e mAKZ 3.564.411, respectivamente.

A aplicação retrospectiva das alterações anteriormente referidas conduziu aos seguintes impactos:

	NOTAS	CAPITAIS PRÓPRIOS		RESULTADO LÍQUIDO DE 2015
		31/12/15	01/01/15	
Saldos de acordo com o CONTIF		102.721.472	91.055.306	27.656.129
Periodificação de comissões (IAS 39)		(1.794.853)	(655.639)	(1.139.214)
Imparidade do crédito (IAS 39)		-	-	-
Total dos ajustamentos		(1.794.853)	(655.639)	(1.139.214)
Saldos de acordo com as IAS / IFRS		100.926.619	90.399.667	26.516.915

Não foram reconhecidos impactos fiscais associados aos ajustamentos de transição, por nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 o Banco ter apurado prejuízos fiscais reportáveis, os quais não registou por não existirem expectativas devidamente fundamentadas de que irão ser apurados lucros tributáveis nos próximos três exercícios. O impacto apurado decorrente da periodificação das comissões (IAS 39) implicaria um prejuízo fiscal superior no que se refere ao exercício de 2015.

2.4. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas Angolanos à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica de "Resultados de operações cambiais".

c) Instrumentos financeiros

i) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

O crédito e valores a receber abrange os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

Sempre que aplicável, os juros, as comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Garantias prestadas

As responsabilidades por garantias prestadas são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

Anulação de juros

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias e não reconhece juros a partir dessa data, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

Imparidade

Periodicamente, o crédito concedido a clientes, garantias e compromissos irrevogáveis, são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

Para o efeito, o Banco analisa a carteira de crédito concedido a clientes, garantias e compromissos irrevogáveis em termos individuais, através de uma análise casuística, e em termos colectivos, através de um modelo de apuramento de perdas por imparidade.

O Banco efectua uma análise individual de todos os clientes com responsabilidades globais (incluindo responsabilidades extrapatrimoniais) iguais ou superiores a 0,5% dos fundos próprios, bem como de clientes que possuam uma exposição igual ou superior a 0,1% dos fundos próprios e que apresentem indícios de imparidade.

São igualmente analisados individualmente, todos os clientes pertencentes a um Grupo Económico no qual se insere um cliente elegível para a análise individual.

Para os clientes não sujeitos a análise individual e os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas de imparidade, o Banco determina o valor realizável dos créditos com base num modelo de apuramento de perdas por imparidade colectiva.

Para efeitos de apuramento de perdas por imparidade coletiva, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Segmento Empresas:
  - Indústria;
  - Comércio e reparações;
  - Construção;
  - Serviços e outros;
  - Garantias prestadas.

– Segmento Particulares:
  • Habitação;
  • Crédito a funcionários;
  • *Revolving* (Contas Correntes Caucionadas, Cartões de Crédito e Descobertos Bancários);
  • Outros créditos;
  • Garantias prestadas.

Tendo em consideração os segmentos definidos, são calculados factores de risco que determinam o cálculo do fluxo de caixa esperado: Probabilidade de Incumprimento (PI); Probabilidade de *Default* (PD); e *Loss Given Default* (LGD). Estes factores de risco foram obtidos através da análise histórica do comportamento das operações iniciadas entre Janeiro de 2011 e Dezembro de 2016.

Por último, as operações são enquadradas numa de três classes, que diferem entre si na forma como é determinado o fluxo de caixa esperado:

i. Para os clientes sem incumprimento, os fluxos de caixa esperados consideram a probabilidade de estas operações ultrapassarem os 90 dias de incumprimento (*default*). Caso as operações ultrapassem os 90 dias de incumprimento, o fluxo de caixa esperado corresponde ao valor em dívida nesse momento multiplicado pela expectativa de recuperação futura (1- *Loss Given Default* "LGD"). Caso o crédito não ultrapasse os 90 dias de incumprimento, o fluxo de caixa esperado corresponde ao fluxo de caixa contratual da operação. Em ambos os casos, os fluxos de caixa são descontados à taxa de juro nominal dos contratos na data de referência.

   Posteriormente, o diferencial entre o valor de balanço e o fluxo de caixa esperado é multiplicado pela probabilidade de entrada em incumprimento (Probabilidade de incumprimento – "PI").

   A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que esse evento é percecionado e incorporado pelo Banco (*Incurred but not reported*). O Banco considera um período de emergência de 6 meses para todos os segmentos da carteira.

ii. Para os clientes com incumprimento inferior a 90 dias, os fluxos de caixa esperados resultam da aplicação do método descrito em i), sendo que a PI corresponde a 100%. Os clientes particulares são classificados nesta classe se apresentarem mais de 15 dias de atraso no pagamento da prestação do crédito (30 dias no caso de empresas).

iii. Para os clientes com incumprimento superior a 90 dias, o fluxo de caixa esperado corresponde ao valor em dívida multiplicado pela expectativa futura de recuperação (1-LGD).

ii) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com o preconizado na IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

a) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

   Os activos e passivos financeiros detidos para negociação incluem Bilhetes do Tesouro e outros instrumentos de dívida adquiridos com o objectivo de venda.

   Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos ao justo valor por resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

   Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares – de títulos e valores mobiliários". A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

   O justo valor dos activos financeiros transacionados em mercados activos é o seu *bid-price* ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de *discounted cash-flows*.

Quando são utilizadas técnicas de *discounted cash-flows*, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria corresponde às acções, as quais são mensuradas ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação".

No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de "Activos/Passivos financeiros detidos para negociação", "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

De acordo com o IFRS13 entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transação efetuada entre participantes no mercado à data de mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transação.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço para instrumentos transacionados em mercados activos; e
- Preços (*bid-prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg.

Imparidade

Conforme anteriormente referido, os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Para instrumentos de capital cotados, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para os restantes títulos, é considerada evidência objetiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas, após o reconhecimento de perdas por imparidade, são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

iii) Activos financeiros detidos até à maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados, nomeadamente Obrigações do Tesouro, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade reconhecidas são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional, indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, estão sujeitas a actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos títulos é reflectida na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica "Resultados de operações cambiais" (Nota 23), sendo o desconto e o juro corrido, reflectidos na rubrica "Juros e rendimentos similares de títulos e valores mobiliários" (Nota 21).

Em 2012 foi publicado o Despacho nº 159/12 de 20 de Fevereiro, o qual autoriza a emissão regular de Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis com taxas de juro de cupão predefinidas por maturidade. Os juros decorridos relativos a estes títulos são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Juros e rendimentos similares de títulos e valores mobiliários" (Nota 21).

Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda

Nos exercícios de 2016 e 2015 o Banco realizou operações de compra de liquidez temporária no mercado interfinanceiro com o Banco Nacional de Angola em que foram aplicados recursos recebendo Obrigações do Tesouro em garantia. Estas operações têm subjacente um acordo de revenda dos títulos numa data futura, por um preço previamente estabelecido entre as partes (Nota 5).

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica "Aplicações de liquidez - Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda", sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

Os proveitos das operações de compra de títulos de terceiros com acordos de revenda corresponde a diferença entre o valor da revenda e o valor da compra dos títulos. O reconhecimento do proveito foi realizado conforme o princípio da especialização em razão da fluência do prazo das operações na rubrica "Juros e rendimentos similares de aplicações de liquidez - Operações de Compras de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda" (Nota 21).

iv) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações.

v) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem a recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

Os outros passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação.

Subsequentemente são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda - Imóveis recebidos em dação em pagamento" os bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano (Nota 10).

Estes activos são registados pelo montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.
Adicionalmente, são registados nesta rubrica os projectos imobiliários que se encontram em fase de construção e que se destinam a ser alienados a colaboradores do Banco, sendo igualmente objeto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre a quantia escriturada e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações periódicas efetuadas por peritos avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) for inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

Quando esgotado o prazo legal de 2 anos sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista a eventual constituição da correspondente imparidade.

e) Outros activos tangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	3
Equipamento:	
Instalações interiores	10
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	3 a 10
Equipamento informático	3 e 10
Material de transporte	3
Outro equipamento	10

Não obstante o supra referido intervalo, a generalidade do equipamento informático está a ser amortizado em três anos.

f) Activos intangíveis

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a software e a trespasses. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

g) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital, encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das participadas. Estas variações são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos".

As participações financeiras em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira, é reflectido contabilisticamente à taxa de câmbio da data da operação. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

h) Impostos sobre os rendimentos

Imposto Industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%.

O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, o qual é calculado com base no resultado fiscal do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico devido a ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial.

A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC um custo aceite fiscalmente (Nota 17).

Por outro lado, em reunião com a ABANC, a Autoridade Geral Tributária veio corroborar que os rendimentos dos títulos de dívida pública (incluindo eventuais reavaliações cambiais), emitidos até 31 de Dezembro de 2012, se encontram isentos de todos os impostos ao abrigo dos diplomas de emissão dos referidos títulos e que as reavaliações cambiais de títulos de dívida pública emitidos após essa data, em moeda nacional mas indexados a moeda externa, se encontram sujeitas a Imposto Industrial, até o BNA estar em condições de efectuar a retenção de IAC sobre estes rendimentos.

Adicionalmente, nos termos do novo Código do Imposto Industrial, os contribuintes cuja actividade esteja no âmbito dos poderes de supervisão do Banco Nacional de Angola, como é o caso do Banco BIC, devem efectuar, até ao final do mês de Agosto de cada ano, a liquidação provisória do Imposto Industrial referente a esse exercício, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a IAC.

Apresenta-se na Nota 17 a reconciliação entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico.

Imposto Sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14. O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações e rendimentos de títulos. A taxa varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Em carta do BNA à ABANC, de 26 de Setembro de 2013, foi reiterado que os juros de Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central apenas são sujeitos a IAC, relativamente a títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

Imposto Predial Urbano (IPU)

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco quando o seu valor patrimonial é superior a mAKZ 5.000.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor dos activos e passivos no balanço e a sua base fiscal, utilizados na determinação do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos referentes a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente resultados potenciais de títulos classificados na carteira de disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o Banco não registou impostos diferidos activos. Nas mesmas datas, os impostos diferidos passivos registados referem-se a variações do justo valor de títulos classificados na carteira de disponíveis para venda (Notas 7, 17 e 19).

Adicionalmente, não foram registados impostos diferidos activos sobre os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, por não existirem expectativas devidamente fundamentadas de que irão ser apurados lucros tributáveis nos próximos três exercícios.

i) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos da IAS 29 - Relato financeiro em economias hiperinflacionárias, as economias hiperinflacionárias são caracterizadas por diversas situações, as quais incluem:

a. A população em geral prefere conservar a sua riqueza em activos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra; e

b. A população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda.

No exercício de 2016, em virtude da evolução da taxa de câmbio do Kwanza Angolano face às moedas de referência internacional e, consequentemente, o seu impacto ao nível da taxa de inflação medida em moeda nacional, o Banco solicitou junto do BNA, através de carta datada de 14 de Abril de 2016, a autorização para adoptar o procedimento de actualização monetária dos seus fundos próprios, o qual se iniciou em Maio de 2016.

O valor resultante da actualização monetária é reflectido, mensalmente, a débito numa conta de resultados, por contrapartida da reserva de actualização monetária dos fundos próprios.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os montantes registados na rubrica "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências diversas do Banco, nomeadamente a processos judiciais em curso, fraudes e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 16).

k) Pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

A Lei nº 02/00, de 15 de Outubro, previa a atribuição de uma compensação por reforma, determinada multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atingia a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade na mesma data.

A nova Lei Geral do Trabalho (Lei nº 07/2015, de 15 de Junho), que entrou em vigor em Setembro de 2015, não prevê o pagamento de complementos de reforma aos trabalhadores que atinjam a idade legal de reforma. Não obstante, o Banco encontra-se a estudar a implementação de um programa complementar de pensões de reforma e sobrevivência, tendo por isso decidido manter a provisão para este efeito, apurada de forma consistente com os exercícios anteriores.

Neste sentido, as responsabilidades que o Banco poderá incorrer com este programa foram calculadas através de uma avaliação actuarial realizada por um perito independente, tendo por base a população do Banco a abranger e os seguintes pressupostos:

	'16	'15 PROFORMA
Taxa técnica actuarial (desconto)	2%	2%
Taxa de crescimento salarial	8%	8%
Tábua de mortalidade	SA 85-90 (Light)	SA 85-90 (Light)
Idade normal de reforma	60 anos ou 35 de serviço	60 anos ou 35 de serviço

A taxa de desconto foi apurada tendo em conta a performance dos mercados financeiros, duração das responsabilidades e risco inerente.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa efetiva em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem à compensação pela execução de atos únicos.

m) Aplicações e captações de liquidez

As aplicações e captações de liquidez entre instituições financeiras, tratando-se de operações sistémicas de carácter regular, que procuram distribuir da forma mais adequada a liquidez por todo o sistema financeiro, nacional e internacional, não são enquadráveis como mútuos.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Saldo em disponibilidades do fim do exercício" o total dos saldos das rubricas "Disponibilidades" e "Recursos de instituições de crédito - Descobertos em depósitos à ordem" (Notas 3, 4 e 14).

2.5. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade para crédito a clientes

As perdas por imparidade são determinadas com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. c) i). A imparidade é determinada para as exposições significativas através de uma análise individual, tendo por base o julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e a estimativa do valor das garantias recebidas em colateral. A determinação da imparidade para as restantes operações é efectuada através de um modelo de apuramento de perdas por imparidade que assenta em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que as perdas por imparidade para crédito determinadas com base na metodologia referida na Nota 2.4. c) i) refletem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos detidos até à maturidade

Conforme descrito na Nota 2.4. c) ii) b), as menos-valias potenciais resultantes da valorização dos activos disponíveis para venda são reconhecidas por contrapartida da rubrica "Reservas de reavaliação". No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados em investimentos detidos até à maturidade é registada imparidade sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do *rating* do emitente ou das emissões detidas pelo Banco.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.4. k), o Banco encontra-se a estudar a implementação de um programa complementar de pensões de reforma e sobrevivência, tendo por isso decidido manter a provisão registada no âmbito das obrigações decorrentes da legislação entretanto revogada. Neste sentido, as responsabilidades que o Banco poderá incorrer com este programa foram calculadas através de uma avaliação actuarial realizada por um perito independente. As avaliações actuariais incorporam pressupostos actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'16		'15 PROFORMA	
	MOEDA ESTRANGEIRA	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA	MOEDA NACIONAL
CAIXA:				
Notas e moedas nacionais:				
Em cofre		4.725.114		6.568.062
Em ATM		4.387.355		3.547.503
Notas e moedas estrangeiras:				
Em EUR	1.163.735	215.732	11.564.283	1.709.571
Em USD	356.851	59.203	26.205.590	3.546.009
Em outras divisas		5.908		109.278
		9.393.312		15.480.423
DEPÓSITOS À ORDEM NO BANCO NACIONAL DE ANGOLA (BNA):				
Em moeda nacional		93.280.955		129.972.159
Em moeda estrangeira - USD	10.960.000	1.818.297	46.260.000	6.259.671
		95.099.252		136.231.830
		104.492.564		151.712.253

A rubrica de depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de constituição e manutenção de reservas obrigatórias.

Em 31 de Dezembro de 2016, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto dos Instrutivos n.º 02/2016 de 11 de Abril e 04/2016, de 13 de Maio. A 31 de Dezembro de 2015, as mesmas foram apuradas nos termos do disposto do Instrutivo nº 19/2015, de 2 de Dezembro. As reservas obrigatórias são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

Em 31 de Dezembro de 2016, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de um quoficiente de 30% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional, podendo o Banco cumprir até 20% (vinte por cento) da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, pertencentes à carteira própria do Banco, e/ou com Contratos de Financiamento de médio e longo prazos realizado com o Ministério das Finanças, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas ou desembolsadas respectivamente a partir de Janeiro de 2015, e de um quoficiente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2015, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias foi apurada através da aplicação de um quoficiente de 25% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 15% em moeda estrangeira.

Podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 5% da média aritmética semanal dos saldos diários finais apurados na conta Caixa de moeda nacional, bem como o montante de até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos em moeda nacional concedido, apurado no último dia da semana de constituição da carteira de crédito, nos sectores da Agricultura, Pesca e de Produção de Bens Alimentares, desde que com maturidade superior ou igual a 36 meses.

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
DEPÓSITOS À ORDEM EM CORRESPONDENTES NO ESTRANGEIRO:		
Banco BIC Português, S.A.	7.226.823	2.706.944
Outros	1.017.241	1.274.988
	8.244.064	3.981.932
Compensação de cheques	427.011	162.556
	8.671.075	4.144.488

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Compensação de cheques" diz respeito aos cheques apresentados à compensação nas sessões dos dias úteis subsequentes ao final dos anos respectivos.

5. APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
Operações no mercado monetário interfinanceiro	16.004.633	79.266.898
Juros a receber	44.671	197.867
	16.049.304	79.464.765
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	5.500.000	-
Juros a receber	26.579	-
	5.526.579	-
	21.575.883	79.464.765

As operações realizadas no mercado monetário interfinanceiro correspondem a depósitos a prazo em instituições de crédito e têm a seguinte composição:

		'16		'15 PROFORMA	
	MOEDA	MOEDA ESTRANGEIRA	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA	MOEDA NACIONAL
EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS:					
Banco Nacional de Angola (BNA)	AKZ	-	7.000.000	-	-
		-	7.000.000	-	-
EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO:					
Banco BIC Cabo Verde IFI	USD	23.000.000	3.815.769	23.000.000	3.112.245
Banco BIC Cabo Verde IFI	EUR	10.000.000	1.853.790	180.878.589	26.739.644
Banco BIC Português, S.A.	EUR	17.990.572	3.335.074	2.000.000	295.664
Banco BIC Português, S.A.	USD	-	-	253.000.000	34.234.695
Commerzbank	USD	-	-	75.000.000	10.148.625
Byblos Bank Europe	USD	-	-	35.000.000	4.736.025
		-	9.004.633	-	79.266.898
Juros a receber		-	44.671	-	197.867
		-	16.049.304	-	79.464.765

Uma parte significativa dos depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro acima mencionados encontram-se a colaterizar a abertura de créditos documentários e outras operações, no âmbito de linhas de crédito contratadas e outros acordos celebrados com estas instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo em Instituições de crédito, excluindo os juros a receber, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	'16	'15 PROFORMA
Até um mês	9.037.421	36.940.995
Entre um e três meses	3.815.769	9.877.995
Entre três e seis meses	370.758	29.065.033
Entre seis meses e um ano	1.853.790	3.382.875
Mais de um ano	926.895	-
	16.004.633	79.266.898

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo em Instituições de crédito venciam juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	'16	'15 PROFORMA
Em Kwanzas Angolanos	7,00%	-
Em Dólares dos Estados Unidos	3,70%	0,62%
Em Euros	0,01%	2,73%

As Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda correspondem a Obrigações do Tesouro adquiridas ao Banco Nacional de Angola, com um acordo de revenda numa data futura, por um preço previamente definido e acordado entre as partes.

O rendimento auferido pelo Banco BIC nestas operações corresponde, única e exclusivamente, à diferença positiva entre o preço de revenda destas Obrigações do Tesouro, pré-definido e acordado entre as partes, e o seu valor inicial de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2016, as Operações de Compra de Títulos de terceiros com Acordo de Revenda tinham vencimento no primeiro trimestre de 2017.

6. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	'16		'15 PROFORMA	
	TAXA DE JURO	MONTANTE	TAXA DE JURO	MONTANTE
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO:				
Bilhetes do Tesouro	18,01%	71.248.268	8,25%	20.596.770
Outros títulos (Papel Comercial)		3.707.580		1.448.754
Proveitos a receber		2.754.247		953.135
		77.710.095		22.998.659

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em razão de não existirem indícios de imparidade e atendendo a que foram emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola, o Banco classifica os títulos registados nas carteiras de "Mantidos para negociação - Bilhetes dos Tesouro" no nível de risco A - Mínimo.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os Bilhetes do Tesouro em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	'16	'15 PROFORMA
Até três meses	45.705.182	15.972.429
De três a seis meses	18.664.241	4.624.341
De seis meses a um ano	6.878.845	-
	71.248.268	20.596.770

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os outros títulos tinham vencimento no mês de Janeiro de 2017.

7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" corresponde a instrumentos de capital emitidos por entidades não residentes:

			'16			'15 PROFORMA			
				VALOR DE BALANÇO				VALOR DE BALANÇO	
NATUREZA	MOEDA	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	MOEDA	mAKZ	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	MOEDA	mAKZ
Acções	EUR	27.646.900	1,13	31.268.945	5.796.606	27.646.900	1,09	30.163.068	4.459.067
					5.796.606				4.459.067

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a reserva de justo valor apresenta a seguinte composição (Nota 19):

	'16	'15 PROFORMA
Ajustes ao valor justo em activos financeiros disponíveis para venda	2.662.229	1.959.532
Encargos fiscais incidentes sobre os resultados potenciais	(798.652)	(587.846)
	1.863.577	1.371.686

8. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

	'16		'15 PROFORMA	
	TAXA DE JURO	MONTANTE	TAXA DE JURO	MONTANTE
OBRIGAÇÕES DO TESOURO				
Em moeda nacional				
Não reajustáveis	7,63%	144.115.641	7,60%	169.670.468
Index USD	7,11%	277.919.088	7,18%	187.397.015
Em moeda estrangeira (USD)	4,88%	40.491.887	4,65%	33.683.012
Proveitos a receber		10.026.950		7.432.639
		472.553.566		398.183.134

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em razão de não existirem indícios de imparidade e atendendo a que foram emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola, o Banco classifica os títulos registados em "Mantidos até ao vencimento" no nível de risco A - Mínimo.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a distribuição dos títulos de dívida por indexante, excluindo proveitos a receber, é a seguinte:

	'16			'15 PROFORMA		
	TAXA FIXA	LIBOR 6M	TOTAL	TAXA FIXA	LIBOR 6M	TOTAL
OBRIGAÇÕES DO TESOURO						
Em moeda nacional (Não reajustáveis)	144.115.641	-	144.115.641	169.670.468	-	169.670.468
Em moeda nacional (Index USD)	277.919.088	-	277.919.088	187.397.015	-	187.397.015
Em moeda estrangeira (USD)	-	40.491.887	40.491.887	-	33.683.012	33.683.012
	442.034.729	40.491.887	462.526.616	357.067.483	33.683.012	390.750.495

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as Obrigações do Tesouro em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	'16	'15 PROFORMA
Até três meses	19.907.973	3.498.726
De três a seis meses	32.612.680	13.795.979
De seis meses a um ano	103.422.471	43.605.831
Mais de um ano	306.583.492	329.849.959
	462.526.616	390.750.495

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
MOEDA NACIONAL		
Descobertos em depósitos à ordem	1.918.304	776.797
Empréstimos	146.586.664	126.887.933
Créditos em conta corrente	19.965.240	19.557.624
Empréstimos a empregados	1.817.806	4.773.357
	170.288.014	151.995.711
MOEDA ESTRANGEIRA		
Descobertos em depósitos à ordem	58.116	732.043
Empréstimos	151.501.912	147.578.362
Créditos em conta corrente	953.710	915.522
Empréstimos a empregados	9.024.171	4.316.652
	161.537.909	153.542.579
Total de crédito vencido	331.825.923	305.538.290
Crédito e juros vencidos:		
Moeda nacional	14.821.020	12.558.065
Moeda estrangeira	21.750.621	11.080.908
Total de crédito e juros vencidos	36.571.641	23.638.973
Total de crédito concedido	368.397.564	329.177.263
Proveitos a receber – moeda nacional	6.892.387	3.559.013
Proveitos a receber – moeda estrangeira	4.801.565	2.522.271
Total de proveitos a receber	11.693.952	6.081.284
Comissões associadas ao custo amortizado	(1.091.078)	(930.022)
	379.000.438	334.328.525
Imparidade para crédito a clientes (Nota 16)	(74.680.868)	(50.557.686)
	304.319.570	283.770.839

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais do crédito concedido a clientes, excluindo o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
Até três meses	33.861.915	30.119.535
De três a seis meses	44.561.742	9.035.519
De seis meses a um ano	23.255.099	42.867.091
De um a três anos	45.190.799	58.677.428
De três a cinco anos	39.149.353	51.452.763
De cinco a dez anos	111.691.537	77.326.739
Mais de dez anos	34.115.478	36.059.215
	331.825.923	305.538.290

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a repartição do crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, entre empresas e particulares é como segue:

	'16			'15 PROFORMA		
	VIVO	VENCIDO	TOTAL	VIVO	VENCIDO	TOTAL
Empresas	274.199.129	28.853.294	303.052.423	248.921.083	17.780.823	266.701.906
Particulares	57.626.794	7.718.347	65.345.141	56.617.207	5.858.150	62.475.357
	331.825.923	36.571.641	368.397.564	305.538.290	23.638.973	329.177.263

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a repartição do crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

TAXA VARIÁVEL - INDEXANTES

DATA	TAXA FIXA	EURIBOR 3M	EURIBOR 6M	LIBOR 1M	LIBOR 3M	LIBOR 6M	LIBOR 12M	LUIBOR 3M	LUIBOR 6M	LUIBOR 12M	TOTAL
2016	261.465.077	4.634.475	2.543.400	116.995	999.456	1.672.520	4.518.495	5.420.741	46.980.028	40.046.377	368.397.564
2015 Proforma	260.568.615	3.695.800	2.028.255	124.760	879.424	2.240.248	4.145.938	3.682.369	18.498.857	33.312.997	329.177.263

O aumento verificado ao nível do crédito concedido em moeda estrangeira em 2016 decorre, essencialmente, do efeito da variação cambial ocorrida no mesmo período.

O apuramento da imparidade para crédito a clientes foi efectuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. c) i). Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a imparidade e provisões registadas têm a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
Análise individual	69.811.896	40.019.530
Análise colectiva	7.008.673	11.840.979
	76.820.569	51.860.509

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a imparidade e provisões encontram-se reflectidas da seguinte forma:

	'16	'15 PROFORMA
Imparidade para crédito a clientes	74.680.868	50.557.686
Imparidade e provisões para garantias prestadas e créditos documentários (Nota 16)	2.139.701	1.302.823
	76.820.569	51.860.509

Nos exercícios findos em 2016 e 2015, o Banco procedeu ao abate de créditos ao activo ("write-offs") nos montantes de mAKZ 2.078 e mAKZ 14.826, respectivamente.

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
IMÓVEIS:		
Imóveis recebidos em dação em pagamento	10.327.353	5.411.457
Projectos imobiliários - Colaboradores	3.733.831	4.375.987
	14.061.184	9.787.444
Imparidade – Bens de uso não próprio (Nota 16)	(446.251)	(90.822)
	13.614.933	9.696.622

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o saldo da rubrica" Imóveis recebidos em dação em pagamento" corresponde a imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor da imparidade inclui as perdas estimadas na realização destes bens.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Projectos imobiliários - Colaboradores", refere-se a projectos imobiliários que se encontram em fase de construção e que se destinam a ser alienados a colaboradores do Banco.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2015 e 2016 foi o seguinte:

	ACTIVO BRUTO										
	SALDOS EM 01/01/2015 PROFORMA	AUMENTOS	ABATES	TRANSFE-RÊNCIAS	REGULA-RIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2015 PROFORMA	AUMENTOS	ABATES	TRANSFE-RÊNCIAS	REGULA-RIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2016
ACTIVOS INTANGÍVEIS											
Trespasses	149.815	-	-	-	-	149.815	-	-	-	-	149.815
Despesas de constituição	4.383	-	-	-	-	4.383	-	-	-	-	4.383
Custos plurianuais	35.289	-	-	-	-	35.289	-	-	-	-	35.289
automático de dados "Software"	333.582	11.042	-	-	-	344.624	21.729	-	-	-	366.353
Outras imobilizações incorpóreas	679	-	-	-	-	679	-	-	-	-	679
	523.748	11.042	-	-	-	534.790	21.729	-	-	-	556.519
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS											
Imóveis de serviço próprio	8.167.917	192.286	-	196.630	-	8.556.833	596.302	(2.031)	150.228	-	9.301.332
Obras em edifícios arrendados	1.709.597	1.672	-	-	-	1.711.269	28.050	-	37.384	-	1.776.703
Equipamento	6.588.179	391.232	(16.431)	61.120	-	7.024.100	301.516	(21.501)	500.636	-	7.804.751
Património artístico	4.217	-	-	-	-	4.217	-	-	-	-	4.217
	16.469.910	585.190	(16.431)	257.750	-	17.296.419	925.868	(23.532)	688.248	-	18.887.003
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	683.963	850.497	-	(257.750)	(65.155)	1.211.555	527.234	-	(688.248)	(15)	1.050.526
	17.677.621	1.446.729	(16.431)	-	(65.155)	19.042.764	1.474.831	(23.532)	-	(15)	20.494.048

	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS							
	SALDOS EM 01/01/2015 PROFORMA	REFORÇOS	ABATES	SALDOS EM 31/12/2015 PROFORMA	REFORÇOS	ABATES	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2016
ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Trespasses	149.814	-	-	149.814	-	-	1	149.815
Despesas de constituição	4.383	-	-	4.383	-	-	-	4.383
Custos plurianuais	35.289	-	-	35.289	-	-	-	35.289
Sistemas de tratamento automático de dados "Software"	324.859	7.763	-	332.622	7.762	-	-	340.384
Outras imobilizações incorpóreas	678	-	-	678	-	-	1	679
	515.023	7.763	-	522.786	7.762	-	2	530.550
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS								
Imóveis de serviço próprio	784.912	166.305	-	951.217	182.002	(16)	-	1.133.203
Obras em edifícios arrendados	1.493.437	64.082	-	1.557.519	40.673	-	-	1.598.192
Equipamento	3.794.592	617.021	(12.014)	4.399.599	611.474	(9.933)	-	5.001.140
	6.072.941	847.408	(12.014)	6.920.349	834.149	(9.949)	-	7.744.549
	6.587.964	855.171	(12.014)	7.443.135	841.911	(9.949)	2	8.275.099

No exercício de 2015, os imóveis em construção destinados a serem alienados a colaboradores do Banco foram reclassificados para a rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10) e, para efeitos de apresentação ao nível do movimento do imobilizado, foram incluídos na coluna de "Regularizações".

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Equipamento" pode ser detalhada como segue:

	'16			'15 PROFORMA		
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Instalações interiores	2.018.278	(1.154.065)	864.213	1.889.643	(976.137)	913.506
Mobiliário e material	1.462.191	(905.388)	556.803	1.393.912	(775.730)	618.182
Máquinas e ferramentas	1.483.440	(834.476)	648.964	1.407.302	(700.023)	707.279
Equipamento informático	1.846.711	(1.332.288)	514.423	1.363.495	(1.235.365)	128.130
Material de transporte	631.345	(603.924)	27.421	623.957	(575.718)	48.239
Outro equipamento	362.786	(170.999)	191.787	345.791	(136.626)	209.165
	7.804.751	(5.001.140)	2.803.611	7.024.100	(4.399.599)	2.624.501

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, aos custos incorridos com a aquisição do espaço e ao pagamento a fornecedores pelas obras que estão a ser realizadas em instalações para o Banco, adquiridas ou alugadas, designadamente num edifício para instalação dos serviços administrativos, novos balcões e outras instalações, cuja inauguração se prevê para os exercícios seguintes à data do balanço.

12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica pode ser detalhada como segue:

	'16		'15 PROFORMA	
	PARTICIPAÇÃO %	MOEDA NACIONAL	PARTICIPAÇÃO %	MOEDA NACIONAL
GI10				
Participação financeira	30,00	145.931	30,00	142.681
EMIS:				
Participação no capital	4,63	47.706	4,63	47.706
Suprimentos		122.921		122.921
ABANC				
Suprimentos		24.224		24.224
BVDA				
Participação financeira		-	0,95	14.255
		340.782		351.787

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detém uma participação de 30% no capital da GI10 - Investimentos e Gestão, SGPS, S.A., uma empresa sediada em Portugal, a qual tem como actividade principal a gestão de participações sociais de outras sociedades ligadas, essencialmente, à corretagem de seguros. Nos exercícios de 2016 e 2015, decorrente da avaliação desta participação, o Banco reconheceu uma perda no montante de EUR 177.957 (mAKZ 32.988) EUR 280.668 (mAKZ 40.236) na rubrica de "Resultados de filiais, associadas e empreendimentos", respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor da participação em moeda estrangeira é de EUR 787.199 e EUR 965.156, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detém uma participação de 4,63% no capital da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS). A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

Na sequência da Assembleia Geral da EMIS realizada em Dezembro de 2011, foi deliberado o aumento do capital em USD 4.800.000, cabendo ao Banco BIC o montante de USD 338.291, o qual foi liquidado em Janeiro de 2012. Adicionalmente, foi deliberado a realização de prestações acessórias cabendo ao Banco BIC o montante de USD 1.182.480, liquidado em duas tranches iguais de USD 591.240 em Agosto e Setembro de 2012.

Na Assembleia Geral extraordinária da Associação Angolana de Bancos (ABANC), da qual o Banco é associado, realizada em 28 de Julho de 2009, foi aprovado um plano de investimentos em activo fixo. A quota parte correspondente à participação do Banco BIC nesta Associação para este efeito, ascende em 31 de Dezembro de 2016 a um total de USD 146.015.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco detinha uma participação de 0,95% no capital da BVDA - Bolsa de Valores e Derivativos de Angola, S.A. (BVDA), a qual foi liquidada no exercício de 2016.

13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
Operações cambiais	360.682	34.051
OUTROS ACTIVOS:		
Colateral VISA	3.158.413	2.564.581
Bonificações Angola Investe	596.368	38.781
Comissão de arrecadação a receber	518.817	221.155
Impostos a recuperar	286.097	249.677
Rendas e alugueres	118.381	99.071
Adiantamento – cheques	62.855	51.266
Falhas de caixa	40.255	48.103
Economato	39.919	54.234
Adiantamento – Kwanzas Angolanos	1.858	134.093
Operações a regularizar	-	320.246
Outros	543.611	454.842
	5.366.574	4.236.049
	5.727.256	4.270.100

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Operações cambiais" corresponde aos Proveitos por Compra e Venda de Moedas Estrangeiras a Receber.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor líquido entre as divisas vendidas e as divisas adquiridas, convertidas à taxa de câmbio face ao Kwanza na data de balanço pode ser detalhado como se segue:

'16

DIVISA ADQUIRIDA			DIVISA VENDIDA			
		VALOR DE BALANÇO			VALOR DE BALANÇO	
MOEDA	MONTANTE	mAKZ	MOEDA	MONTANTE	mAKZ	VALOR LÍQUIDO
CHF	2.212.000	360.682	USD	(2.168.415)	(359.747)	935
		360.682			(359.747)	935

'15 PROFORMA

DIVISA ADQUIRIDA			DIVISA VENDIDA			
		VALOR DE BALANÇO			VALOR DE BALANÇO	
MOEDA	MONTANTE	mAKZ	MOEDA	MONTANTE	mAKZ	VALOR LÍQUIDO
GBP	170.000	34.051	USD	(253.606)	(34.317)	(266)
		34.051			(34.317)	(266)

Nos termos do contrato celebrado entre o Banco BIC e a Visa International, o Banco obriga-se a manter um depósito colateral junto do banco custodiante da VISA (Barclays Bank London), sendo que o seu montante é apurado em função do volume de transacções efectuadas. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, este depósito colateral ascendia a cerca de USD 19.037.710 e USD 18.952.670 (mAKZ 3.158.413 e mAKZ 2.564.581, respectivamente), e era remunerado à taxa de juro anual de 0,15%. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo do depósito colateral inclui valores provenientes do Banco Sol, S.A., decorrentes do serviço de acquiring, no montante de USD 16.923.013 (mAKZ 2.807.579 e mAKZ 2.289.938 em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, respectivamente) (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Impostos a recuperar" corresponde à liquidação provisória de imposto industrial efectuada nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Adiantamento - Kwanzas Angolanos" refere-se a notas em AKZ que se encontravam à consignação do Banco BIC Português, resultantes do processo de comercialização de Kwanzas nas agências desta instituição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Adiantamento - cheques" corresponde a adiantamentos efectuados pelo Banco a clientes, relacionados com a compra de cheques sobre bancos estrangeiros ainda não cobrados nessa data. Estas contas a receber são cobradas junto do banco correspondente no início do exercício seguinte.

As falhas de caixa encontram-se provisionadas no âmbito da rubrica de "Outras provisões" (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Outros" engloba os montantes de mAKZ 82.050 e mAKZ 39.661, respectivamente, de activos de realização duvidosa, os quais se encontram totalmente provisionados no âmbito da rubrica de "Outras provisões" (Nota 16).

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
DEPÓSITOS À ORDEM DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO:		
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS		
Depósitos à ordem:		
Banco de Desenvolvimento de Angola	829.515	676.575
Juros a pagar	433.817	309.614
	1.263.332	986.189
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO		
Descobertos em depósitos à ordem:		
Banco BIC Português	295.629	-
Firstrand Bank LTD	2.478	-
Montepio Geral	948	-
Byblos Bank Europe	-	17.386
	299.055	17.386
RECURSOS VINCULADOS:		
A importações – moeda estrangeira	4.916.725	7.484.138
Outros recursos em cash	3.632.502	720.710
	8.549.227	8.204.848
Banco Sol - Colateral VISA (Nota 13)	2.807.579	2.289.938
Cheques visados – Moeda nacional	1.159.722	1.602.110
	12.516.528	12.096.896
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO		
Banco BIC Cabo Verde IFI - USD	14.599.464	37.008.653
Banco BIC Cabo Verde IFI – EUR	3.707.580	5.883.714
Banco BIC Português, S.A. - EUR	-	23.653.120
Juros a pagar	17.278	113.826
	18.324.322	66.659.313
	32.403.237	79.759.784

Durante o exercício de 2007, o Banco BIC e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) celebraram uma convenção financeira, em que o BDA financia o Banco para que este conceda crédito no âmbito de projectos relacionados com a promoção da actividade económica privada na produção de bens e serviços.

A rubrica "Recursos vinculados a importações – moeda estrangeira" refere-se aos montantes depositados por clientes que se encontram cativos para liquidação de créditos documentários de importação junto de outras instituições de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os recursos de instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	'16	'15 PROFORMA
Em Dólares dos Estados Unidos	3,50%	2.64%
Em Euros	3,00%	2,25%

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os recursos de instituições de crédito no estrangeiro, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	'16	'15 PROFORMA
Até um mês	18.307.044	60.632.207
Entre um e três meses	-	5.913.280
	18.307.044	66.545.487

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
DEPÓSITOS À ORDEM DE RESIDENTES:		
Em moeda nacional		
Sector público administrativo	9.990.392	1.869.138
Sector público empresarial	1.644.515	1.881.881
Empresas	216.358.725	182.682.977
Particulares	113.685.883	98.585.220
	341.679.515	285.019.216
Recursos vinculados:		
A operações cambiais	35.368.008	33.772.299
	377.047.523	318.791.515
Em moeda estrangeira		
Sector público administrativo	1.346.330	506.358
Sector público empresarial	351.933	303.658
Empresas	51.383.864	53.416.225
Particulares	26.591.592	27.649.159
	79.673.719	81.875.400
DEPÓSITOS À ORDEM DE NÃO RESIDENTES:		
Em moeda nacional	7.233.595	4.547.604
Em moeda estrangeira	377.384	297.188
	7.610.979	4.844.792
Total de depósitos à ordem	464.332.221	405.511.707

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados, com excepção de situações específicas, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

A rubrica "Recursos vinculados a operações cambiais" refere-se aos montantes depositados por clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de pagamento em moeda estrangeira.

	'16	'15 PROFORMA
DEPÓSITOS A PRAZO DE RESIDENTES:		
Em moeda nacional		
Sector público administrativo	6.843.839	7.891.280
Sector público empresarial	1.435.605	1.419.382
Empresas	213.795.894	207.218.255
Particulares	27.754.742	31.521.277
Juros a pagar	4.389.166	3.193.778
	254.219.246	251.243.972
Em moeda estrangeira		
Sector público empresarial	5.716.907	3.462.871
Empresas	38.778.051	40.176.276
Particulares	80.762.456	68.230.781
Juros a pagar	1.333.003	1.052.002
	126.590.417	112.921.930
DEPÓSITOS A PRAZO DE NÃO RESIDENTES:		
Em moeda nacional	566.664	40.481
Juros a pagar	7.955	1.445
Em moeda estrangeira	344.220	304.693
Juros a pagar	2.202	1.796
	921.041	348.415
Total de depósitos a prazo	381.730.704	364.514.317
Outros depósitos	4.369.854	4.369.854
	850.432.779	774.395.878

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	'16			'15 PROFORMA		
	TAXA DE JURO	MONTANTE EM DIVISA	MONTANTE EM mAKZ	TAXA DE JURO	MONTANTE EM DIVISA	MONTANTE EM mAKZ
Em milhares de Kwanzas Angolanos	7,84%		250.396.744	5,88%		248.090.675
Em Dólares do Estados Unidos	4,89%	726.216.275	120.481.459	4,73%	806.502.751	109.131.920
Em Euros	2,83%	27.620.041	5.120.175	2,35%	20.582.153	3.042.701
			375.998.378			360.265.296

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	'16	'15 PROFORMA
Até três meses	217.892.549	193.956.319
De três a seis meses	108.312.599	131.339.461
De seis meses a um ano	49.775.817	34.904.365
De um a três anos	17.169	64.754
Mais de três anos	244	397
	375.998.378	360.265.296

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros depósitos" refere-se a operações de ordens de saque que se encontravam por liquidar nas contas dos clientes do Banco BIC.

16. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2016 e 2015, foi o seguinte:

'16

	SALDOS EM 31/12/2015 PROFORMA	REFORÇOS	REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	VARIAÇÃO CAMBIAL	UTILIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2016
Crédito a clientes	50.557.686	65.984.799	(43.670.793)	2.144.168	(2.078)	(679.527)	346.613	74.680.868
Prestação de garantias	1.302.823	900.694	(771.414)	209.828	-	497.770	-	2.139.701
Pensões de reforma	2.151.509	393.651	-	490.866	-	-	-	3.036.026
Activos não correntes detidos para venda	90.822	-	-	-	(2.774)	181.757	176.446	446.251
Outras provisões	302.959	163.365	-	70.351	(174.895)	-	-	361.780
	54.405.799	67.442.509	(44.442.207)	2.915.213	(179.747)	-	523.059	80.664.626

'15

	SALDOS EM 01/01/2015 PROFORMA	REFORÇOS	REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	VARIAÇÃO CAMBIAL	UTILIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2015 PROFORMA
Crédito a clientes	32.026.483	60.904.540	(47.728.995)	3.277.454	(648.727)	237.256	2.489.675	50.557.686
Prestação de garantias	1.111.330	655.434	(370.252)	186.470	-	(280.159)	-	1.302.823
Pensões de reforma	1.388.651	290.442	-	472.416	-	-	-	2.151.509
Activos não correntes detidos para venda	44.805	-	-	3.114	-	42.903	-	90.822
Outras provisões	280.009	120.533	-	76.771	(174.354)	-	-	302.959
	34.851.278	61.970.949	(48.099.247)	4.016.225	(823.081)	-	2.489.675	54.405.799

O Banco tem uma provisão para pensões de reforma, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 ascende a mAKZ 3.036.026 e mAKZ 2.151.509, equivalentes a aproximadamente mUSD 18.300 e mUSD 15.900, respectivamente (Nota 2.4. k)).

Nos exercícios de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Outras provisões" destina-se a fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para reflectir perdas potenciais no valor de realização de contas a receber e de outros activos (Nota 13).

No exercício de 2015, o montante das reclassificações respeita às imparidades para juros de créditos reestruturados que se encontravam classificados em outros passivos.

O efeito da variação cambial ao nível do movimento das provisões é reflectido na rubrica de "Resultados de operações cambiais" (Nota 23).

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Passivos por impostos diferidos" respeita ao imposto diferido passivo apurado sobre as mais valias potenciais dos títulos registados na carteira de "Disponíveis para Venda".

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	'16	'15 PROFORMA
Total de imposto industrial reconhecido em resultados	1.737.102	1.455.586
Lucro antes de impostos	35.399.852	27.972.501
Taxa efectiva de imposto industrial	4,91%	5,20%

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto pode ser demonstrada como segue:

	'16		'15 PROFORMA	
	TAXA	IMPOSTO	TAXA	IMPOSTO
Resultado antes de impostos		35.399.852		27.972.501
Imposto apurado com base na taxa nominal	30,00%	10.619.956	30,00%	8.391.750
BENEFÍCIOS FISCAIS EM RENDIMENTO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA OU EQUIVALENTES:				
Juros e proveitos equiparados (Nota 21)	-35,58%	(12.596.337)	-32,70%	(9.146.574)
Lucros líquidos em operações financeiras:				
Resultados em títulos (Nota 21)	-12,06%	(4.270.616)	-18,65%	(5.217.460)
Benefícios fiscais em rendimento de imóveis	-1,79%	(632.659)	0,00%	(220)
CUSTOS NÃO ACEITES FISCALMENTE:				
Variações patrimoniais positivas	0,58%	204.646	0,56%	157.511
Impostos	1,85%	656.454	1,31%	365.364
Provisões	0,95%	335.470	1,08%	301.854
Outros	1,54%	543.980	0,91%	254.088
	-14,52%	(5.139.106)	-17,49%	(4.893.687)
Estimativa de imposto industrial	4,91%	1.737.102	5,20%	1.455.586

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Banco apurou prejuízos fiscais, no entanto, não reconheceu os respectivos impostos diferidos activos. Adicionalmente, o Banco reconheceu uma estimativa de imposto correspondente a aproximadamente 5% do resultado antes de imposto (taxa efectiva de imposto média histórica) e encontra-se registado em "Outros passivos" (Nota 18).

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos com o IAC encontram-se registados na demonstração dos resultados, na rubrica de "Outros resultados de exploração - Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado", e ascendem a mAKZ 2.172.246 e mAKZ 1.190.033, respectivamente (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em função dos montantes apurados para os dois impostos, Industrial e IAC, a taxa efectiva conjunta equivale a 11,04% e 9,46%, respectivamente.

Adicionalmente, o Banco registou no decorrer dos exercícios de 2016 e 2015 em capitais próprios mAKZ 210.806 e mAKZ 85.786 respeitante a Imposto Corrente sobre as valorizações potenciais da carteira de disponíveis para venda.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções aos respectivos impostos apurados.

Em face do regime da amnistia fiscal e, relativamente ao Imposto Industrial, IAC, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Imposto do Selo e Imposto Predial Urbano, as autoridades fiscais apenas podem proceder à revisão da situação fiscal do Banco para os exercícios de 2013 a 2016. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais correcções que possam resultar dessas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
OPERAÇÕES CAMBIAIS:		
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras a pagar (Nota 13)	359.747	34.317
OBRIGAÇÕES DE NATUREZA FISCAL:		
Imposto industrial - Artigo 71.º	1.262.852	972.477
Imposto sobre a aplicação de capitais	821.983	423.478
Contribuição especial sobre operações bancárias	288.404	-
Imposto do Selo	56.355	76.029
Tributação relativa a remunerações	87.860	62.551
Outros impostos	2.564	4.647
	2.520.018	1.539.182
OBRIGAÇÕES DE NATUREZA CÍVEL:		
Receitas com proveito diferido - Garantias	114.488	100.328
OBRIGAÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA/COMERCIAL:		
Juros de créditos reestruturados	4.306.927	3.450.532
Comissões diferidas	665.943	864.831
Valores a regularizar – Imóveis em Dação	241.619	483.239
Pessoal - Salários e outras remunerações		
Encargos com o pessoal (Nota 25)	309.090	200.466
Férias e subsídio de férias	1.140.179	823.912
Serviços clínicos	226.711	66.947
Cartões VISA	574.346	433.227
Compensação em ATM's	843.699	500.780
Comunicações e despesas de expedição		
Circuito de dados	177.892	108.635
Comunicações	40.355	33.139
Outros	6.069	5.010
Segurança e vigilância	3.215	20.100
Serviços especializados	235.080	46.101
Fornecedores comerciais e industriais	213.132	37.612
Conservação e reparação	29.019	35.451
Outros custos administrativos	12.884.662	2.452.130
	21.897.938	9.562.112
	24.892.191	11.235.939

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Juros de créditos reestruturados" refere-se a juros de créditos que foram objecto de operações de reestruturação, os quais apenas serão reconhecidos em resultados no momento do seu recebimento.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Valores a regularizar - Imóveis em Dação" refere-se a adiantamentos recebidos por conta da venda de imóveis recebidos em dação em pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Compensação em ATM's", refere-se aos movimentos efectuados em ATM's/POS e TPA's do Banco BIC nos últimos dias do período e que aguardam compensação por parte da EMIS.

O saldo da rubrica "Encargos com o pessoal" refere-se à estimativa efectuada pelo Banco dos prémios de desempenho dos seus funcionários relativos aos exercícios de 2016 e 2015, a liquidar em 2017 e 2016, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros custos administrativos" inclui o reforço da estimativa de imposto nos montantes de mAKZ 3.532.665 e mAKZ 2.080.875, respectivamente (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Outros custos administrativos" inclui, aproximadamente, mAKZ 4.906.427 referente ao montante a pagar relativo a um conjunto de serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por entidades relacionadas do Banco durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Adicionalmente, na mesma data, esta rubrica inclui, aproximadamente, mAKZ 4.016.936 referente ao montante a reconhecer relativo a um financiamento denominado em Kwanzas, cujo contrato prevê a actualização do montante do crédido concedido em função da desvalorização cambial da moeda nacional face ao Dólar Norte-Americano, aguardando a respectiva formalização.

19. MOVIMENTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento nas rubricas de fundos próprios nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foi o seguinte:

	CAPITAL	ACTUALIZAÇÃO FUNDOS PRÓPRIOS	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS DE JUSTO VALOR	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	3.000.000	5.797.507	19.345.162	41.443.684	932.434	20.536.519	91.055.306
Ajustamentos de transição para IAS / IFRS	-	-	-	(655.639)	-	-	(655.639)
Saldos em 1 de Janeiro de 2015 (Proforma)	3.000.000	5.797.507	19.345.162	40.788.045	932.434	20.536.519	90.399.667
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	-	4.107.304	-	-	(4.107.304)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(16.429.215)	(16.429.215)
Resultado integral do exercício	-	-	-	-	439.252	26.516.915	26.956.167
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	3.000.000	5.797.507	23.452.466	40.788.045	1.371.686	26.516.915	100.926.619
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	-	5.531.226	(1.139.214)		(4.392.012)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(22.124.903)	(22.124.903)
Actualização dos fundos próprios	-	12.570	-	-	-		12.570
Resultado integral do exercício	-	-	-	-	491.891	33.662.750	34.154.641
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	3.000.000	5.810.077	28.983.692	39.648.831	1.863.577	33.662.750	112.968.927

Capital

O Banco foi constituído com um capital de mAKZ 522.926 (equivalentes ao contravalor de 6.000.000 USD na data de constituição), representado por 522.926 acções nominativas de mil Kwanzas Angolanos cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Durante o exercício de 2006, o Banco aumentou o seu capital em mAKZ 1.088.751 (equivalentes a 14.000.0000 USD) e, posteriormente, em reunião de Assembleia Geral de 1 de Dezembro de 2006, foi deliberado novo aumento de capital do Banco de 20.000.000 USD para 30.000.000 USD, integralmente realizado em dinheiro, passando a estar representado por 2.414.511 acções nominativas de mil Kwanzas Angolanos cada.

No primeiro semestre de 2014, o Banco procedeu ao aumento de capital por incorporação de reservas livres no montante de mAKZ 585.498, passando este a estar representado por 3.000.000 acções, com o valor nominal de mil Kwanzas Angolanos cada uma. O aumento de capital efectuado teve como objectivo cumprir com o disposto no Aviso n.º 14/2013, de 15 de Novembro do Banco Nacional de Angola, o qual fixa o valor mínimo do capital social das instituições financeiras em mAKZ 2.500.000.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

ACCIONISTAS	NÚMERO DE ACÇÕES	PERCENTAGEM
Sociedade de Participações Financeiras, Lda.	750.000	25,0%
Fernando Leonídio Mendes Teles	600.000	20,0%
Finisantoro Holding Limited	525.000	17,5%
Telesgest B.V.	525.000	17,5%
Luís Manuel Cortez dos Santos	150.000	5,0%
Manuel Pinheiro Fernandes	150.000	5,0%
Sebastião Bastos Lavrador	150.000	5,0%
Outros accionistas	150.000	5,0%
	3.000.000	100,0%

Dando cumprimento ao disposto no nº 3 do artigo 446º da Lei nº 1/2004, de 13 de Fevereiro, que enquadra a Lei das Sociedades Comerciais, o número de acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco, assim como as percentagens de participação detidas são as que a seguir se apresentam:

ACCIONISTAS	CARGO	AQUISIÇÃO	Nº ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Isabel José dos Santos	Administrador não executivo	Valor Nominal	1.275.000	42,50%
Fernando Leonídio Mendes Teles	PCA	Valor Nominal	1.125.000	37,50%
Fernando José Aleixo Duarte	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%
Graziela do Céu Rodrigues Esteves	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%
Graça Maria dos Santos Pereira	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%

Aplicação dos resultados

No dia 21 de Abril de 2016, em reunião de Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão, pelo que do resultado líquido positivo apurado no final do exercício de 2015, no montante de mAKZ 27.656.129 (cerca de USD 204 milhões), foi transferido 20% para a rubrica de reserva legal, no montante de mAKZ 5.531.226 (aproximadamente USD 41 milhões) e 80% para distribuição de dividendos aos accionistas, no montante de mAKZ 22.124.903 (o equivalente a cerca de USD 164 milhões).

No dia 9 de Abril de 2015, em reunião de Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão, pelo que do resultado líquido positivo apurado no final do exercício de 2014, no montante de mAKZ 20.536.519 (cerca de USD 200 milhões), foi transferido 20% para a rubrica de reserva legal, no montante de mAKZ 4.107.304 (aproximadamente USD 40 milhões) e 80% para distribuição de dividendos aos accionistas, no montante de mAKZ 16.429.215 (o equivalente a cerca de USD 160 milhões).

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior (20% até à publicação da Lei n.º 12/2015 - Lei de Base das Instituições Financeiras em 17 de Junho de 2015). Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de impostos diferidos, relativas à carteira de títulos classificados como "Activos financeiros disponíveis para venda", incluindo ainda as reservas de actualização dos fundos próprios.

20. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
GARANTIAS PRESTADAS E OUTROS PASSIVOS EVENTUAIS		
Garantias e avales prestados	75.191.329	78.607.165
Compromissos irrevogáveis	9.088.290	47.842.987
Créditos documentários abertos	3.774.770	7.845.751
	88.054.389	134.295.903
RESPONSABILIDADES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Serviços prestados por terceiros		
Cobrança de valores	(16.126)	-
Serviços prestados pela Instituição		
Custódia de títulos	94.483.985	66.558.618
Cobrança de valores - sobre o País	10.265.002	5.681.678
Cobrança de valores - sobre o estrangeiro	284.954	252.128
	105.017.815	72.492.424

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica "Compromissos irrevogáveis" inclui uma linha de crédito para abertura e confirmação de créditos documentários e garantias bancárias celebrada com o Banco BIC Português, S.A., no montante de USD 300 Milhões.

21. MARGEM FINANCEIRA

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES:		
De créditos:		
Juros	37.656.364	25.418.837
Comissões	657.810	467.420
	38.314.174	25.886.257
De títulos e valores mobiliários:		
Obrigações do Tesouro	34.701.423	27.903.108
Bilhetes do Tesouro	7.271.047	3.049.032
Outros	140.005	16.019
	42.112.475	30.968.159
De aplicações de liquidez		
No estrangeiro	1.154.498	1.018.247
No país	165.898	148.697
Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda	896.695	41.873
	2.217.091	1.208.817
Total dos juros e rendimentos similares	82.643.740	58.063.233
JUROS E ENCARGOS SIMILARES:		
De depósitos:		
À ordem	57.638	51.354
A prazo	22.580.759	16.543.298
	22.638.397	16.594.652
De captações para liquidez:		
Títulos vendidos com acordo de recompra	-	246.471
Recursos de outras instituições de crédito	2.138.326	1.523.484
	2.138.326	1.769.955
Total dos juros e encargos similares	24.776.723	18.364.607
Margem financeira	57.867.017	39.698.626

22.RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
PROVEITOS:		
Comissões por garantias e avales	2.297.296	1.692.000
Comissões sobre transacções da EMIS	1.837.625	1.278.332
Comissões Visa	740.851	801.618
Comissões por ordens de pagamento emitidas	630.562	759.668
Comissões – Ministério das Finanças	333.111	446.122
Comissões por créditos e remessas documentárias	237.743	181.399
Comissões sobre terminais de pagamento automático	137.740	128.705
Comissões por abertura, gestão ou renovação de contas correntes caucionadas	99.080	239.291
Outras comissões	237.834	275.100
	6.551.842	5.802.235
CUSTOS:		
Comissões sobre transacções da EMIS	(989.414)	(647.641)
Comissões Visa	(81.560)	(143.340)
Outras comissões	(45.124)	(55.099)
	(1.116.098)	(846.080)
	5.435.744	4.956.155

23.RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica corresponde, essencialmente, aos ganhos e perdas cambiais obtidos na carteira de títulos emitidos ou indexados a moeda estrangeira e nos depósitos em moeda nacional indexados a moeda estrangeira, nas transacções de compra e venda de moeda estrangeira, realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial conforme descrito na Nota 2.4. b), e apresenta a seguinte decomposição:

	'16			'15 PROFORMA		
	LUCROS	PREJUÍZOS	LÍQUIDO	LUCROS	PREJUÍZOS	LÍQUIDO
Resultados em Obrigações do Tesouro Index USD	43.264.472	-	43.264.472	45.437.772	(463.113)	44.974.659
Resultados em notas e moedas	3.257.412	(12.635)	3.244.777	1.274.353	(138.250)	1.136.103
Resultados em divisas	43.892.958	(45.547.347)	(1.654.389)	43.894.170	(48.804.692)	(4.910.522)
Resultados em depósitos indexados	-	(18.001.857)	(18.001.857)	-	(15.041.967)	(15.041.967)
	90.414.842	(63.561.839)	26.853.003	90.606.295	(64.448.022)	26.158.273

24. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
Proveitos pela prestação de serviços diversos:		
Venda de moeda/levantamentos	310.505	472.014
Emissão de cheques	65.898	82.333
Outros	98.882	89.527
Despesas de expediente	328.373	86.034
Reembolso de despesas:		
Sobre ordens de pagamento	280.761	277.502
Outros	31.939	19.072
Outros	55.095	160.329
	1.171.453	1.186.811
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado:		
Imposto sobre aplicações de capitais (Nota 17)	(2.172.246)	(1.190.033)
Outros impostos e taxas	(263.421)	(170.611)
	(2.435.667)	(1.360.644)
Regularização de saldos devedores	(46.483)	(37.764)
Outros custos e prejuízos diversos	(221.024)	(362.319)
	(267.507)	(400.083)
	(1.531.721)	(573.916)

25. CUSTOS COM O PESSOAL

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
Remunerações	9.912.818	6.934.036
Retribuição variável - Prémio de desempenho		
Liquidado no exercício	4.863.023	3.502.576
A liquidar (Nota 18)	309.090	200.466
Encargos sociais obrigatórios	415.770	306.307
Encargos sociais facultativos	993.522	671.029
Outros	150.272	110.714
	16.644.495	11.725.128

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	'16	'15 PROFORMA
Segurança e vigilância	1.725.290	1.336.312
Comunicação e despesas de expedição	1.394.897	1.317.086
Impressos e material de consumo corrente	773.099	503.831
Serviços especializados:		
De informática	349.783	138.380
De consultoria	155.929	145.780
Outros	154.983	126.992
Conservação e reparação	597.776	523.603
Rendas e alugueres	511.699	375.775
Água, energia e combustíveis	509.642	281.483
Publicidade	211.319	219.651
Serviços de limpeza	195.171	143.592
Deslocações e estadas	174.610	199.404
Quotizações e donativos	101.286	107.413
Seguros	58.771	40.863
Formação de pessoal	18.811	13.737
Outros	5.884.265	10.369.093
	12.817.331	15.842.995

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Outros" inclui, aproximadamente, mAKZ 5.311.985 e mAKZ 9.707.777, respectivamente, referente ao custo decorrente de um conjunto de serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por entidades relacionadas do Banco durante os exercícios de 2016 e 2015.

27. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os principais saldos mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

'16

	BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.	BANCO BIC CABO VERDE IFI	ACCIONISTAS E ENTIDADES DETIDAS PELOS ACCIONISTAS	MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL	TOTAL
ACTIVO:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	7.226.823	9.269	-	-	7.236.092
Aplicações em outras instituições de crédito (Nota 5)	3.335.006	5.707.582	-	-	9.042.588
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 6)	-	-	3.707.580	-	3.707.580
Crédito a clientes (Nota 9)	-	-	92.797.612	151.211	92.948.823
Outros activos (Nota 13)	4.459	-	27.728	-	32.187
PASSIVO:					
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 14)	295.629	18.324.321	-	-	18.619.950
Recursos de clientes (Nota 15)	-	-	24.278.352	317.692	24.596.044
Outros passivos (Nota 18)	-	-	3.944.312	-	3.944.312
EXTRAPATRIMONIAIS:					
Garantias e avales prestados (Nota 20)	-	-	12.696.454	-	12.696.454
Créditos documentários abertos (Nota 20)	-	-	441.292	-	441.292
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS:					
Juros de Aplicações de Liquidez e Créditos	92.833	1.054.033	6.368.804	9.311	7.524.981
Juros de Recursos de Liquidez e Depósitos	638.934	1.445.789	641.522	9.404	2.735.649
Comissões por garantias e avales prestados	-	-	248.602	-	248.602
Fornecimentos e serviços de terceiros (Nota 26)	-	-	5.311.985	-	5.311.985

'15 PROFORMA

	BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.	BANCO BIC CABO VERDE IFI	ACCIONISTAS E ENTIDADES DETIDAS PELOS ACCIONISTAS	MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL	TOTAL
ACTIVO:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	2.706.944	7.392	-	-	2.714.336
Aplicações em outras instituições de crédito (Nota 5)	34.568.665	30.006.498	-	-	64.575.163
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 6)	-	-	1.448.754	-	1.448.754
Crédito a clientes (Nota 9)	-	-	55.686.336	161.898	55.848.234
Outros activos (Nota 13)	150.961	-	122.190	-	273.151
PASSIVO:					
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 14)	23.670.860	42.988.453	-	-	66.659.313
Recursos de clientes (Nota 15)	-	-	19.587.405	305.177	19.892.582
Outros passivos (Nota 18)	2.042	-	483.239	-	485.281
EXTRAPATRIMONIAIS:					
Garantias e avales prestados (Nota 20)	-	-	9.827.050	-	9.827.050
Créditos documentários abertos (Nota 20)	-	-	3.535.788	-	3.535.788
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS:					
Juros de Aplicações de Liquidez e Créditos	239.973	768.533	3.395.933	9.515	4.413.954
Juros de Recursos de Liquidez e Depósitos	768.743	568.907	317.988	5.490	1.661.128
Comissões por garantias e avales prestados	-	-	134.111	-	134.111
Fornecimentos e serviços de terceiros (Nota 26)	-	-	9.707.777	-	9.707.777

Parte das aplicações de liquidez cedidas a entidades relacionadas encontra-se garantida por acções de uma instituição financeira sediada na zona Euro.

28. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão do risco

O Banco tem definido um conjunto de princípios, estratégias, políticas, sistemas, processos, regras e procedimentos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade, no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos, assim como a continuidade do negócio, através de uma adequada gestão e controlos dos riscos da actividade, da prudente e correta avaliação dos activos e responsabilidades, bem como da implementação de mecanismos de prevenção e protecção contra erros e fraudes.

Risco de Taxa de Juro
No âmbito do risco de taxa de juro, a Direcção Internacional e Financeira e a Direção de Risco monitorizam regularmente o risco estrutural de taxa de juro, com base em análises de sensibilidade da margem financeira e do valor económico face as variações das curvas de taxa de juro.

Com a introdução do acompanhamento do Risco Taxa de Juro na Carteira Bancária, nos termos do Aviso n.º 08/2016 do Banco Nacional de Angola, estão a ser adoptadas medidas internas que permitam identificar a exposição ao risco de taxa de juro no valor económico dos fluxos de caixa associados a carteira bancária, numa base contínua, sendo que o impacto não poderá ser igual ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares do Banco, determinante para a adopção de medidas correctivas pelo Banco Nacional de Angola.

Risco de Liquidez
O Risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Banco em cumprir as suas obrigações de reembolso de financiamentos sem incorrer em perdas significativas, seja por condições de financiamento gravosas (risco de financiamento), seja por venda de activos por valores inferiores ao de mercado (risco de liquidez de mercado).

Os investimentos de curto prazo da carteira própria do Banco, com maturidade até 12 meses, têm como objectivo a rentabilização de excedentes de liquidez em complemento com as aplicações no Mercado Monetário Interbancário, contribuindo de forma positiva para a margem financeira do Banco. Englobam-se neste domínio as aplicações em Bilhetes de Tesouro e a aquisição de *Repurchase Agreements* (Repos).

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco Nacional de Angola é efectuado de acordo com o descrito no Instrutivo n.º 19/2016 - Risco de Liquidez e n.º 26/2016 - Governação do Risco de Liquidez, reportando-se quinzenalmente e mensalmente o Rácio de observação e o Rácio de liquidez.

Risco de Mercado
Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juros ou de taxa de câmbio) e ou de preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respectivas volatilidades.

O risco de mercado é gerido em permanência pelo Banco, dispondo diariamente de informação sobre a valorização dos instrumentos financeiros em carteira.

Risco Cambial
Para controlo do risco de taxa de câmbio, o Banco prossegue uma política prudente de gestão de activos e passivos em moeda estrangeira, que minimize fortemente o risco de taxa de câmbio associado. O objectivo é a cobertura permanente das posições cambiais à exposição ao risco de taxa de câmbio, devendo também encontrar-se definidos procedimentos de reconciliação diária da posição cambial entre a Sala de Mercado e a Contabilidade.

Risco de Crédito de Contraparte
No risco de concentração de crédito, o Banco BIC adopta uma política tendente à redução dos índices concentração sectorial e individual, através do aumento e diversificação da carteira de clientes e das contrapartes.

Balanço

Categorias de instrumentos financeiros
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as diferentes categorias de instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

'16

	VALORIZADOS AO JUSTO VALOR	VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO	VALORIZADOS AO CUSTO HISTÓRICO	IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	104.492.564	-	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	8.671.075	-	-	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	21.575.883	-	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.710.095	-	-	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	5.796.606	-	-	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	-	472.553.566	-	-	472.553.566
Crédito a clientes	-	379.000.438	-	(74.680.868)	304.319.570
Outros activos	-	5.727.256	-	-	5.727.256
	83.506.701	992.020.782	-	(74.680.868)	1.000.846.615
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(32.403.237)	-	-	(32.403.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(850.432.779)	-	-	(850.432.779)
Outros passivos	-	(24.892.191)	-	-	(24.892.191)
	-	(907.728.207)	-	-	(907.728.207)
	83.506.701	84.292.575	-	(74.680.868)	93.118.408

'15
PROFORMA

	VALORIZADOS AO JUSTO VALOR	VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO	VALORIZADOS AO CUSTO HISTÓRICO	IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	151.712.253	-	-	151.712.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	4.144.488	-	-	4.144.488
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	79.464.765	-	-	79.464.765
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22.998.659	-	-	-	22.998.659
Activos financeiros disponíveis para venda	4.459.067	-	-	-	4.459.067
Investimentos detidos até à maturidade	-	398.183.134	-	-	398.183.134
Crédito a clientes	-	334.328.525	-	(50.557.686)	283.770.839
Outros activos	-	4.270.100	-	-	4.270.100
	27.457.726	972.103.265	-	(50.557.686)	949.003.305
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(79.759.784)	-	-	(79.759.784)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(774.395.878)	-	-	(774.395.878)
Outros passivos	-	(11.235.939)	-	-	(11.235.939)
	-	(865.391.601)	-	-	(865.391.601)
	27.457.726	106.711.664	-	(50.557.686)	83.611.704

Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral

Rubricas de rendimentos, gastos, ganhos ou perdas
Nos exercícios de 2016 e 2015, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros foram os seguintes:

'16

	POR CONTRAPARTIDA DE RESULTADOS			POR CONTRAPARTIDA DE CAPITAIS PRÓPRIOS	
	GANHOS	PERDAS	LÍQUIDO	GANHOS	LÍQUIDO
ACTIVO					
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.217.091	-	2.217.091	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7.411.052	-	7.411.052	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	491.891	491.891
Investimentos detidos até à maturidade	34.701.423	-	34.701.423	-	-
Crédito a clientes	38.413.254	(22.314.006)	16.099.248	-	-
	82.742.820	(22.314.006)	60.428.814	491.891	491.891
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(2.138.326)	(2.138.326)	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(22.638.397)	(22.638.397)	-	-
	-	(24.776.723)	(24.776.723)	-	-
	82.742.820	(47.090.729)	35.652.091	491.891	491.891
EXTRAPATRIMONIAIS					
Garantias prestadas	2.297.296	-	2.297.296	-	-
Créditos documentários	237.743	-	237.743	-	-
	2.535.039	-	2.535.039	-	-

'15
PROFORMA

	POR CONTRAPARTIDA DE RESULTADOS			POR CONTRAPARTIDA DE CAPITAIS PRÓPRIOS	
	GANHOS	PERDAS	LÍQUIDO	GANHOS	LÍQUIDO
ACTIVO					
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	1.208.817	-	1.208.817	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.065.051	-	3.065.051	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	439.252	439.252
Investimentos detidos até à maturidade	27.903.108	-	27.903.108	-	-
Crédito a clientes	26.125.548	(13.175.545)	12.950.003	-	-
	58.302.524	(13.175.545)	45.126.979	439.252	439.252
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(1.769.955)	(1.769.955)	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(16.594.652)	(16.594.652)	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-
	-	(18.364.607)	(18.364.607)	-	-
	58.302.524	(31.540.152)	26.762.372	439.252	439.252
EXTRAPATRIMONIAIS					
Garantias prestadas	1.692.000	-	1.692.000	-	-
Créditos documentários	181.399	-	181.399	-	-
	1.873.399	-	1.873.399	-	-

Nos exercícios de 2016 e 2015, os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados têm o seguinte detalhe:

	'16			'15 PROFORMA		
	RENDIMENTOS	GASTOS	LÍQUIDO	GANHOS	PERDAS	LÍQUIDO
ACTIVO						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.217.091	-	2.217.091	1.208.817	-	1.208.817
Investimentos detidos até à maturidade	34.701.423	-	34.701.423	27.903.108	-	27.903.108
Crédito a clientes	37.656.364	-	37.656.364	25.418.837	-	25.418.837
	74.574.878	-	74.574.878	54.530.762	-	54.530.762
PASSIVO						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(2.138.326)	(2.138.326)	-	(1.769.955)	(1.769.955)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(22.638.397)	(22.638.397)	-	(16.594.652)	(16.594.652)
	-	(24.776.723)	(24.776.723)	-	(18.364.607)	(18.364.607)
	74.574.878	(24.776.723)	49.798.155	54.530.762	(18.364.607)	36.166.155

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os montantes de rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa efectiva de instrumentos não mensurados ao justo valor através de resultados são imateriais.

Outras divulgações

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é apresentado como segue:

				'16		
	VALOR CONTABILÍSTICO (LÍQUIDO)	JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS REGISTADOS NO BALANÇO		TOTAL	DIFERENÇA	VALOR CONTABILÍSTICO TOTAL
		AO JUSTO VALOR	AO CUSTO AMORTIZADO			
ACTIVO						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	104.492.564	104.492.564	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.671.075	-	8.671.075	8.671.075	-	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21.575.883	-	21.575.883	21.575.883	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.710.095	77.710.095	-	77.710.095	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	5.796.606	5.796.606	-	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	472.553.566	-	472.553.566	472.553.566	-	472.553.566
Crédito a clientes	304.319.570	-	304.319.570	304.319.570	-	304.319.570
	995.119.359	83.506.701	911.612.658	995.119.359	-	995.119.359
PASSIVO						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(32.403.237)	-	(32.403.237)	(32.403.237)	-	(32.403.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(850.432.779)	-	(850.432.779)	(850.432.779)	-	(850.432.779)
	(882.836.016)	-	(882.836.016)	(882.836.016)	-	(882.836.016)
	112.283.343	83.506.701	28.776.642	112.283.343	-	112.283.343

'15
PROFORMA

	VALOR CONTABILÍSTICO (LÍQUIDO)	JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS REGISTADOS NO BALANÇO		TOTAL	DIFERENÇA	VALOR CONTABILÍSTICO TOTAL
		AO JUSTO VALOR	AO CUSTO AMORTIZADO			
ACTIVO						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	151.712.253	-	151.712.253	151.712.253	-	151.712.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.144.488	-	4.144.488	4.144.488	-	4.144.488
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	79.464.765	-	79.464.765	79.464.765	-	79.464.765
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22.998.659	22.998.659	-	22.998.659	-	22.998.659
Activos financeiros disponíveis para venda	4.459.067	4.459.067	-	4.459.067	-	4.459.067
Investimentos detidos até à maturidade	398.183.134	-	398.183.134	398.183.134	-	398.183.134
Crédito a clientes	283.770.839	-	283.770.839	283.770.839	-	283.770.839
	944.733.205	27.457.726	917.275.479	944.733.205	-	944.733.205
PASSIVO						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(79.759.784)	-	(79.759.784)	(79.759.784)	-	(79.759.784)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(774.395.878)	-	(774.395.878)	(774.395.878)	-	(774.395.878)
	(854.155.662)	-	(854.155.662)	(854.155.662)	-	(854.155.662)
	90.577.543	27.457.726	63.119.817	90.577.543	-	90.577.543

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- As rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito", dado tratarem-se de aplicações à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor. O mesmo racional foi aplicado às "Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito".

- Para os "Investimentos detidos até à maturidade" e atendendo a que i) não existe mercado activo transacional que sustente o justo valor do activo financeiro; ii) não existem transacções representativas do justo valor dos activos; e iii) o pressuposto de que as taxas das Obrigações do Tesouro correspondem a taxas de mercado; consideramos que o justo valor corresponde ao valor de recuperação do activo, ou seja, o respectivo valor de balanço.

- Relativamente ao "Crédito a clientes" foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço.

- Para os "Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito", dado tratarem-se de recursos à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

- O justo valor dos "Recursos de clientes e outros empréstimos" foi considerado igual ao valor de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

'16

	NIVEL 1 COTAÇÕES EM MERCADO ACTIVO	NIVEL 2 DADOS OBSERVÁVEIS DE MERCADO	NIVEL 3 OUTRAS TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO	TOTAL
ACTIVO				
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	77.710.095	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	5.796.606	-	-	5.796.606
	5.796.606	-	77.710.095	83.506.701

	NIVEL 1 COTAÇÕES EM MERCADO ACTIVO	NIVEL 2 DADOS OBSERVÁVEIS DE MERCADO	NIVEL 3 OUTRAS TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO	'15 PROFORMA TOTAL
ACTIVO				
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	22.998.659	22.998.659
Activos financeiros disponíveis para venda	4.459.067	-	-	4.459.067
	4.459.067	-	22.998.659	27.457.726

Os "Activos financeiros ao justo valor através de resultados", dado corresponderem essencialmente a Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, por prazos inferiores a um ano, foram valorizados ao custo de aquisição, acrescidos dos juros corridos.

O movimento ocorrido nos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor classificados no nível 3 - Outras técnicas de valorização nos exercícios de 2015 e 2016, foi o seguinte:

	DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS
Valor de balanço em 1 de Janeiro de 2015 (Proforma)	80.649.565
Compras / vendas líquidas	(56.579.574)
Juros corridos	(1.071.332)
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2015 (Proforma)	22.998.659
Compras / vendas líquidas	52.910.325
Juros corridos	1.801.111
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2016	77.710.095

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

	'16			'15 PROFORMA		
	VALOR CONTABILÍSTICO BRUTO	IMPARIDADE	VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO	VALOR CONTABILÍSTICO BRUTO	IMPARIDADE	VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO
PATRIMONIAIS						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	104.492.564	151.712.253	-	151.712.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.671.075	-	8.671.075	4.144.488	-	4.144.488
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21.575.883	-	21.575.883	79.464.765	-	79.464.765
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.710.095	-	77.710.095	22.998.659	-	22.998.659
Activos financeiros disponíveis para venda	5.796.606	-	5.796.606	4.459.067	-	4.459.067
Investimentos detidos até à maturidade	472.553.566	-	472.553.566	398.183.134	-	398.183.134
Crédito a clientes	379.000.438	(74.680.868)	304.319.570	334.328.525	(50.557.686)	283.770.839
	1.069.800.227	(74.680.868)	995.119.359	995.290.891	(50.557.686)	944.733.205
EXTRAPATRIMONIAIS						
Garantias prestadas e créditos documentários	78.966.099	(2.139.701)	76.826.398	86.452.916	(1.302.823)	85.150.093
	1.148.766.326	(76.820.569)	1.071.945.757	1.081.743.807	(51.860.509)	1.029.883.298

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os activos financeiros apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pelo Banco:

'16

	ORIGEM DO RATING	NÍVEL DE RATING	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating interno	Mínimo	104.492.564	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating interno	Muito baixo	8.671.075	-	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating interno	Mínimo	12.526.579	-	12.526.579
		Muito baixo	9.049.304	-	9.049.304
			21.575.883	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating interno	Mínimo	74.002.515	-	74.002.515
		Muito baixo	3.707.580	-	3.707.580
			77.710.095	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	Rating interno	Muito baixo	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	Rating interno	Mínimo	472.553.566	-	472.553.566
Crédito a clientes	Rating interno	Mínimo	46.154.503	(22.235)	46.132.268
		Muito baixo	170.790.541	(3.441.604)	167.348.937
		Baixo	89.046.436	(11.255.805)	77.790.631
		Moderado	8.679.470	(2.721.216)	5.958.254
		Elevado	27.321.041	(20.231.561)	7.089.480
		Muito elevado	8.495.124	(8.495.124)	-
		Máximo	28.513.323	(28.513.323)	-
			379.000.438	(74.680.868)	304.319.570
			1.069.800.227	(74.680.868)	995.119.359

'15
PROFORMA

	ORIGEM DO RATING	NÍVEL DE RATING	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating interno	Mínimo	151.712.253	-	151.712.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating interno	Muito baixo	4.144.488	-	4.144.488
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating interno	Mínimo	79.464.765	-	79.464.765
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating interno	Mínimo	21.549.905	-	21.549.905
		Muito baixo	1.448.754	-	1.448.754
			22.998.659	-	22.998.659
Activos financeiros disponíveis para venda	Rating interno	Mínimo	4.459.067	-	4.459.067
Investimentos detidos até à maturidade	Rating interno	Mínimo	398.183.134	-	398.183.134
Crédito a clientes	Rating interno	Mínimo	35.156.670	(20.268)	35.136.402
		Muito baixo	135.838.771	(3.306.034)	132.532.737
		Baixo	87.631.383	(5.257.819)	82.373.564
		Moderado	16.830.326	(2.386.685)	14.443.641
		Elevado	20.396.748	(5.680.302)	14.716.446
		Muito elevado	17.545.140	(12.977.091)	4.568.049
		Máximo	20.929.487	(20.929.487)	-
			334.328.525	(50.557.686)	283.770.839
			995.290.891	(50.557.686)	944.733.205

O Banco utiliza ratings internos, de acordo com os níveis de risco preconizados pelo Aviso n.º 11/2014, de 17 de Dezembro, emitido pelo BNA, sendo que os principais pressupostos para a atribuição dos mesmos foram:

- As posições em risco registadas nas rubricas de "Caixa e disponibilidades em bancos centrais", "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Investimentos detidos até à maturidade" são assumidas maioritariamente pelo Banco Nacional de Angola e pelo Estado Angolano e, consequentemente, classificadas com nível de risco mínimo;

- As "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Activos financeiros disponíveis para venda" têm como contraparte entidades relacionadas e não apresentam indícios de imparidade.

- O "Crédito a clientes" foi classificado de acordo com as características e os riscos da operação e do mutuário.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a concentração geográfica do risco de crédito pode ser apresentada como segue:

'16

	ANGOLA	OUTROS PAÍSES DE ÁFRICA	EUROPA	OUTROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	-	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	427.011	56.661	8.142.974	44.429	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	12.533.217	5.707.582	3.335.084	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	74.002.515	-	3.707.580	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	472.553.566	-	-	-	472.553.566
Crédito a clientes	379.000.438	-	-	-	379.000.438
	1.043.009.311	5.764.243	20.982.244	44.429	1.069.800.227

'15
PROFORMA

	ANGOLA	OUTROS PAÍSES DE ÁFRICA	EUROPA	OUTROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	151.712.253	-	-	-	151.712.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	162.556	31.740	3.877.548	72.644	4.144.488
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	30.715.818	48.748.947	-	79.464.765
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	21.549.905	-	1.448.754	-	22.998.659
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	4.459.067	-	4.459.067
Investimentos detidos até à maturidade	398.183.134	-	-	-	398.183.134
Crédito a clientes	334.328.525	-	-	-	334.328.525
	905.936.373	30.747.558	58.534.316	72.644	995.290.891

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a concentração sectorial do crédito a clientes pode ser apresentada como segue:

'16

	CRÉDITO A CLIENTES						IMPARIDADE	
	VINCENDO	JUROS A RECEBER	VENCIDO	GARANTIAS PRESTADAS E CRÉDITOS DOCUMENTÁRIOS	EXPOSIÇÃO TOTAL	PESO RELATIVO	VALOR	IMPARIDADE / EXPOSIÇÃO TOTAL
EMPRESAS								
Comércio	75.873.168	2.802.301	9.781.005	20.082.856	108.539.330	24%	20.518.820	19%
Construção	52.601.149	3.331.259	6.286.297	25.565.108	87.783.813	19%	14.914.958	17%
Agricultura, Produção Animal, Caça e.Silvicultura	36.219.027	2.429.383	2.342.317	41.885	41.032.612	9%	2.875.936	7%
Actividades Imobiliárias, Alugueres e.Serviços prestados às Empresas	20.373.487	609.906	3.081.613	5.981.402	30.046.408	7%	3.729.944	12%
Outras actividades recreativas, associativas e de serviços	23.112.491	484.431	533.230	3.624.453	27.754.605	6%	1.204.251	4%
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	16.547.463	1.158.844	886.381	-	18.592.688	4%	7.285.406	39%
Actividades Financeiras e de Seguros	13.141.011	74.013	43	-	13.215.067	3%	26.932	0%
Educação, Saúde e Acção Social	12.070.288	147.926	137.954	1.502.059	13.858.227	3%	1.873.803	14%
Indústrias Transformadoras	9.992.571	226.260	1.872.487	1.817.662	13.908.980	3%	4.100.190	29%
Transportes, Armazenagem e Comunicações	2.972.910	21.653	3.625.145	4.320.886	10.940.594	2%	3.682.111	34%
Indústrias Extractivas (Petróleo Bruto e Gás Natural, Outros)	5.847.720	24.034	281.567	1.515.941	7.669.262	2%	845.761	11%
Administração Pública e Segurança Social Obrigatória	5.260.364	4.855	-	6.272	5.271.491	1%	1.304.809	25%
Pesca	179.319	1.068	67	-	180.454	0%	1.790	1%
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	8.161	-	25.188	-	33.349	0%	25.210	76%
	274.199.129	11.315.933	28.853.294	64.458.524	378.826.880	83%	62.389.921	16%
PARTICULARES								
Consumo	11.459.294	26.393	1.266.338	-	12.752.025	3%	3.205.273	25%
Habitação	33.515.199	106.760	529.036	-	34.150.995	7%	4.523.087	13%
Outros fins	12.652.301	244.866	5.922.973	14.507.575	33.327.715	7%	6.702.288	20%
	57.626.794	378.019	7.718.347	14.507.575	80.230.735	17%	14.430.648	18%
	331.825.923	11.693.952	36.571.641	78.966.099	459.057.615	100%	76.820.569	17%

'15
PROFORMA

	CRÉDITO A CLIENTES						IMPARIDADE	
	VINCENDO	JUROS A RECEBER	VENCIDO	GARANTIAS PRESTADAS E CRÉDITOS DOCUMENTÁRIOS	EXPOSIÇÃO TOTAL	PESO RELATIVO	VALOR	IMPARIDADE / EXPOSIÇÃO TOTAL
EMPRESAS								
Comércio	59.245.553	1.448.033	6.198.666	21.335.704	88.227.956	21%	14.484.052	16%
Construção	67.678.037	1.695.282	2.945.704	35.380.648	107.699.671	26%	6.264.796	6%
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	29.870.696	1.006.066	641.715	602.168	32.120.645	8%	2.314.964	7%
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas	14.435.374	163.676	1.978.907	855.961	17.433.918	4%	2.686.959	15%
Outras actividades recreativas, associativas e de serviços	14.259.386	178.591	561.081	6.064.616	21.063.674	5%	569.708	3%
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	15.241.627	292.574	240.890	305.447	16.080.538	4%	5.471.557	34%
Actividades Financeiras e de Seguros	9.601.246	22.262	-	-	9.623.508	2%	28.712	0%
Educação, Saúde e Acção Social	9.676.527	97.861	59.996	1.223.511	11.057.895	3%	453.240	4%
Indústrias Transformadoras	13.340.161	287.180	1.261.561	2.753.624	17.642.526	4%	3.152.728	18%
Transportes, Armazenagem e Comunicações	3.410.309	13.029	3.649.588	3.605.754	10.678.680	3%	3.850.549	36%
Indústrias Extractivas (Petróleo Bruto e Gás Natural, Outros)	7.763.454	26.886	133.498	1.387.977	9.311.815	2%	224.712	2%
Administração Pública e Segurança Social Obrigatória	4.389.845	6.809	88.639	6.272	4.491.565	1%	638.310	14%
Pesca	4.488	14	34	-	4.536	0%	2.409	53%
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	4.380	-	20.544	-	24.924	0%	112	0%
	248.921.083	5.238.263	17.780.823	73.521.682	345.461.851	82%	40.142.808	12%
PARTICULARES								
Consumo	14.265.206	32.258	1.213.048	-	15.510.512	4%	3.431.658	22%
Habitação	30.966.197	59.944	217.008	-	31.243.149	7%	3.930.080	13%
Outros fins	11.385.804	750.819	4.428.094	12.931.234	29.495.951	7%	4.355.963	15%
	56.617.207	843.021	5.858.150	12.931.234	76.249.612	18%	11.717.701	15%
	305.538.290	6.081.284	23.638.973	86.452.916	421.711.463	100%	51.860.509	12%

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito apresenta a seguinte composição:

'16

	CRÉDITO VINCENDO E JUROS A RECEBER	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					TOTAL
		ATÉ 1 MÊS	DE 1 MÊS ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	
CRÉDITO A CLIENTES							
Crédito sem imparidade	57.789.905	1.350.644	470	3.547	27.284	33.458	59.205.308
Com imparidade atribuída com base em análise individual							
Crédito e juros	226.665.713	173.461	317.581	8.647.381	23.219.415	960.105	259.983.656
Imparidade	(44.662.635)	(6.520)	(42.246)	(2.171.973)	(19.939.954)	(960.105)	(67.783.433)
	182.003.078	166.941	275.335	6.475.408	3.279.461	-	192.200.223
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva							
Crédito e juros vencidos	59.064.257	12.382	78.067	150.722	1.085.239	511.885	60.902.552
Imparidade	(5.217.517)	(1.533)	(25.865)	(123.460)	(1.044.806)	(484.254)	(6.897.435)
	53.846.740	10.849	52.202	27.262	40.433	27.631	54.005.117
Comissões associadas ao custo amortizado	(1.091.078)	-	-	-	-	-	(1.091.078)
	292.548.645	1.528.434	328.007	6.506.217	3.347.178	61.089	304.319.570

'15
PROFORMA

	CRÉDITO VINCENDO E JUROS A RECEBER	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					TOTAL
		ATÉ 1 MÊS	DE 1 MÊS ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	
CRÉDITO A CLIENTES							
Crédito sem imparidade	41.675.643	5.230	88.752	24.322	81.355	20.353	41.895.655
Com imparidade atribuída com base em análise individual							
Crédito e juros	184.981.453	1.040.158	801.703	3.129.900	15.196.935	27.254	205.177.403
Imparidade	(22.911.766)	(627.389)	(55.998)	(1.222.443)	(13.938.624)	(27.254)	(38.783.474)
	162.069.687	412.769	745.705	1.907.457	1.258.311	-	166.393.929
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva							
Crédito e juros	84.962.478	29.632	102.822	651.256	1.834.634	604.667	88.185.489
Imparidade	(9.104.657)	(5.567)	(50.426)	(498.422)	(1.570.757)	(544.383)	(11.774.212)
	75.857.821	24.065	52.396	152.834	263.877	60.284	76.411.277
Comissões associadas ao custo amortizado	(930.022)	-	-	-	-	-	(930.022)
	278.673.129	442.064	886.853	2.084.613	1.603.543	80.637	283.770.839

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a composição do crédito vencido sem imparidade apresenta o seguinte detalhe:

'16

	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					
	CRÉDITO VINCENDO ASSOCIADO A CRÉDITO VENCIDO	CRÉDITO VENCIDO ATÉ 30 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 30 E 90 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 90 E 180 DIAS	CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 180 DIAS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito e juros vencidos						
Sem imparidade atribuída com base em análise colectiva	39.644	1.350.644	470	3.209	61.080	1.455.047
	39.644	1.350.644	470	3.209	61.080	1.455.047

'15 PROFORMA

	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					
	CRÉDITO VINCENDO ASSOCIADO A CRÉDITO VENCIDO	CRÉDITO VENCIDO ATÉ 30 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 30 E 90 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 90 E 180 DIAS	CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 180 DIAS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito e juros vencidos						
Sem imparidade atribuída com base em análise individual	754.436	-	88.639	-	-	843.075
Sem imparidade atribuída com base em análise colectiva	141.952	5.230	113	4.665	121.365	273.325
	896.388	5.230	88.752	4.665	121.365	1.116.400

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a composição do crédito vencido com imparidade apresenta o seguinte detalhe:

'16

	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					
	CRÉDITO VINCENDO ASSOCIADO A CRÉDITO VENCIDO	CRÉDITO VENCIDO ATÉ 30 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 30 E 90 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 90 E 180 DIAS	CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 180 DIAS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito e juros vencidos						
Com imparidade atribuída com base em análise individual	37.336.810	173.461	317.581	1.160.247	31.666.654	70.654.753
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	1.293.702	12.382	78.067	55.643	1.692.203	3.131.997
	38.630.512	185.843	395.648	1.215.890	33.358.857	73.786.750

'15 PROFORMA

	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					
	CRÉDITO VINCENDO ASSOCIADO A CRÉDITO VENCIDO	CRÉDITO VENCIDO ATÉ 30 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 30 E 90 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 90 E 180 DIAS	CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 180 DIAS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito e juros vencidos						
Com imparidade atribuída com base em análise individual	23.013.597	1.040.158	801.703	759.779	17.594.310	43.209.547
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	5.888.869	29.632	102.822	169.162	2.921.395	9.111.880
	28.902.466	1.069.790	904.525	928.941	20.515.705	52.321.427

Actualmente, o Banco não dispõe ainda de meios automáticos de captura das operações de crédito objecto de reestruturação, nomeadamente as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento. Não obstante, no contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco procedeu à renegociação de operações em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o montante de crédito renegociado ascende a:

'16

	CRÉDITO			
	VINCENDO	VENCIDO	TOTAL	IMPARIDADE
EMPRESAS	120.925.973	8.258.363	129.184.336	24.952.710
PARTICULARES				
Consumo	331.153	36.952	368.105	188.549
Habitação	1.523.415	80.216	1.603.631	614.541
Outros fins	4.987.237	811.604	5.798.841	1.154.172
	6.841.805	928.772	7.770.577	1.957.262
	127.767.778	9.187.135	136.954.913	26.909.972

'15 PROFORMA

	CRÉDITO			
	VINCENDO	VENCIDO	TOTAL	IMPARIDADE
EMPRESAS	110.640.675	500.114	111.140.789	13.191.610
PARTICULARES				
Consumo	121.799	5.253	127.052	63.024
Habitação	275.561	2551	278.112	63.854
Outros fins	103.515	635.464	738.979	641.049
	500.875	643.268	1.144.143	767.927
	111.141.550	1.143.382	112.284.932	13.959.537

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido apresentam o seguinte detalhe:

	'16			'15 PROFORMA		
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA						
Imóveis recebidos como dação em pagamento	10.327.353	(446.251)	9.881.102	5.411.457	(90.822)	5.320.635
	10.327.353	(446.251)	9.881.102	5.411.457	(90.822)	5.320.635

BancoBIC

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital associado aos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	À VISTA	ATÉ 1 MÊS	ENTRE 1 A 3 MESES	ENTRE 3 A 6 MESES
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.671.075	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	11.537.421	6.815.769	370.758
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	16.844.274	32.568.488	18.664.241
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	5.846.034	14.061.939	32.612.680
Crédito a clientes	-	24.122.247	9.787.223	44.561.742
Outros activos	5.727.256	-	-	-
	118.890.895	58.349.976	63.233.419	96.209.421
PASSIVOS				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	13.645.098	18.307.044	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	468.702.075	72.725.550	145.166.999	108.312.599
Outros passivos	24.892.192	-	-	
	507.239.365	91.032.594	145.166.999	108.312.599
	(388.348.470)	(32.682.618)	(81.933.580)	(12.103.178)

	À VISTA	ATÉ 1 MÊS	ENTRE 1 A 3 MESES	ENTRE 3 A 6 MESES
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	151.712.253	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.144.488	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	36.940.995	9.877.995	29.065.033
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2.235.286	15.185.897	4.624.341
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	3.498.726	13.795.979
Crédito a clientes	-	10.852.606	18.635.067	9.035.519
Outros activos	4.270.100	-	-	-
	160.126.841	50.028.887	47.197.685	56.520.872
PASSIVOS				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	12.790.857	60.632.207	5.913.280	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	409.881.561	74.020.578	119.935.741	131.339.461
Outros passivos	11.235.938	-	-	-
	433.908.356	134.652.785	125.849.021	131.339.461
	(273.781.515)	(84.623.898)	(78.651.336)	(74.818.589)

'16

PRAZOS RESIDUAIS CONTRATUAIS

ENTRE 6 MESES A 1 ANO	ENTRE 1 A 3 ANOS	ENTRE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
-	-	-	-	-	104.492.564
-	-	-	-	-	8.671.075
1.853.790	926.895	-	-	-	21.504.633
6.878.845	-	-	-	-	74.955.848
-	-	-	-	5.796.606	5.796.606
103.422.471	188.314.231	84.229.909	34.039.352	-	462.526.616
23.255.099	45.190.800	39.149.353	145.759.459	36.571.641	368.397.564
-	-	-	-	-	5.727.256
135.410.205	234.431.926	123.379.262	179.798.811	42.368.247	1.052.072.162
-	-	-	-	-	31.952.142
49.775.817	17.169	-	244	-	844.700.453
	-	-	-	-	24.892.192
49.775.817	17.169	-	244	-	901.544.787
85.634.388	234.414.757	123.379.262	179.798.567	42.368.247	150.527.375

'15
PROFORMA

PRAZOS RESIDUAIS CONTRATUAIS

ENTRE 6 MESES A 1 ANO	ENTRE 1 A 3 ANOS	ENTRE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
-	-	-	-	-	151.712.253
	-	-	-	-	4.144.488
3.382.875	-	-	-	-	79.266.898
-	-	-	-	-	22.045.524
-	-	-	-	4.459.067	4.459.067
43.605.831	232.275.100	65.803.305	31.771.554	-	390.750.495
43.498.954	58.677.428	51.452.764	113.385.952	23.638.973	329.177.263
-	-	-	-	-	4.270.100
90.487.660	290.952.528	117.256.069	145.157.506	28.098.040	985.826.088
-	-	-	-	-	79.336.344
34.904.365	64.754	10	387	-	770.146.857
-	-	-	-	-	11.235.938
34.904.365	64.754	10	387	-	860.719.139
55.583.295	290.887.774	117.256.059	145.157.119	28.098.040	125.106.949

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

'16

	EXPOSIÇÃO A		NÃO SUJEITO A RISCO DE TAXA DE JURO	TOTAL
	TAXA FIXA	TAXA VARIÁVEL		
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	104.492.564	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	8.671.075	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21.504.633	-	-	21.504.633
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	74.955.848	-	-	74.955.848
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.796.606	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	422.034.729	40.491.887	-	462.526.616
Crédito a clientes	228.260.157	103.565.766	-	331.825.923
Outros activos	-	-	5.727.256	5.727.256
	746.755.367	144.057.653	124.687.501	1.015.500.521
PASSIVOS				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	19.136.559	-	12.815.583	31.952.142
Recursos de clientes e outros empréstimos	844.700.453	-	-	844.700.453
Outros passivos	-	-	24.892.192	24.892.192
	863.837.012	-	37.707.775	901.544.787
	(117.081.645)	144.057.653	86.979.726	113.955.734

'15
PROFORMA

	EXPOSIÇÃO A		NÃO SUJEITO A RISCO DE TAXA DE JURO	TOTAL
	TAXA FIXA	TAXA VARIÁVEL		
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	151.712.253	151.712.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	4.144.488	4.144.488
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	79.266.898	-	-	79.266.898
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22.045.524	-	-	22.045.524
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	4.459.067	4.459.067
Investimentos detidos até à maturidade	357.067.483	33.683.012	-	390.750.495
Crédito a clientes	238.283.792	67.254.498	-	305.538.290
Outros activos	-	-	4.270.100	4.270.100
	696.663.697	100.937.510	164.585.908	962.187.115
PASSIVOS				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	67.222.062	-	12.114.281	79.336.343
Recursos de clientes e outros empréstimos	770.146.857	-	-	770.146.857
Outros passivos	-	-	11.235.938	11.235.938
	837.368.919	-	23.350.219	860.719.138
	(140.705.222)	100.937.510	141.235.689	101.467.977

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado no quadro seguinte:

'16

	PRAZOS RESIDUAIS CONTRATUAIS								
	ATÉ 1 MÊS	ENTRE 1 A 3 MESES	ENTRE 3 A 6 MESES	ENTRE 6 MESES A 1 ANO	ENTRE 1 A 3 ANOS	ENTRE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETER-MINADO	TOTAL
ACTIVOS									
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	11.537.421	6.815.769	370.758	1.853.790	926.895	-	-	-	21.504.633
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	16.844.274	32.568.488	18.664.241	6.878.845	-	-	-	-	74.955.848
Investimentos detidos até à maturidade	6.358.122	22.946.567	63.707.851	102.832.993	178.405.425	84.229.909	4.045.749	-	462.526.616
Crédito a clientes	169.939.687	59.819.084	47.783.722	41.717.349	12.566.081	-	-	-	331.825.923
	204.679.504	122.149.908	130.526.572	153.282.977	191.898.401	84.229.909	4.045.749	-	890.813.020
PASSIVOS									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	19.136.559	-	-	-	-	-	-	-	19.136.559
Recursos de clientes e outros empréstimos	540.967.514	145.627.344	108.281.988	49.806.772	16.835	-	-	-	844.700.453
	560.104.073	145.627.344	108.281.988	49.806.772	16.835	-	-	-	863.837.012
	(355.424.569)	(23.477.436)	22.244.584	103.476.205	191.881.566	84.229.909	4.045.749	-	26.976.008

'15
PROFORMA

	PRAZOS RESIDUAIS CONTRATUAIS								
	ATÉ 1 MÊS	ENTRE 1 A 3 MESES	ENTRE 3 A 6 MESES	ENTRE 6 MESES A 1 ANO	ENTRE 1 A 3 ANOS	ENTRE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETER-MINADO	TOTAL
ACTIVOS									
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	36.940.995	9.877.995	29.065.033	3.382.875	-	-	-	-	79.266.898
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.235.285	15.185.897	4.624.341	-	-	-	-	-	22.045.523
Investimentos detidos até à maturidade	417.673	10.745.270	39.333.980	43.429.898	224.370.485	65.145.234	7.307.955	-	390.750.495
Crédito a clientes	152.046.713	37.276.961	35.331.200	57.505.101	11.318.323	8.358.515	3.701.477	-	305.538.290
	191.640.666	73.086.123	108.354.554	104.317.874	235.688.808	73.503.749	11.009.432	-	797.601.206
PASSIVOS									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	67.222.062	-	-	-	-	-	-	-	67.222.062
Recursos de clientes e outros empréstimos	483.902.140	119.935.876	131.193.241	35.050.941	64.659	-	-	-	770.146.857
	551.124.202	119.935.876	131.193.241	35.050.941	64.659	-	-	-	837.368.919
	(359.483.536)	(46.849.753)	(22.838.687)	69.266.933	235.624.149	73.503.749	11.009.432	-	(39.767.713)

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos cash-flows dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

'16

	KWANZAS	INDEXADOS AO DÓLAR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	EUROS	OUTRAS MOEDAS	TOTAL
ACTIVOS						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	102.393.424	-	1.877.500	215.732	5.908	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	427.011	-	1.419.094	6.790.179	34.791	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	12.533.296	-	3.853.787	5.188.800	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	74.002.515	-	-	3.707.580	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	153.877.080	277.919.088	40.757.398	-	-	472.553.566
Crédito a clientes	153.409.637	-	144.138.060	6.771.859	14	304.319.570
Activos não correntes detidos para venda	13.614.933	-	-	-	-	13.614.933
Outros activos tangíveis	12.204.994	-	-	-	-	12.204.994
Activos intangíveis	25.969	-	-	-	-	25.969
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	194.851	-	-	145.931	-	340.782
Outros activos	2.016.493	-	3.340.097	4.898	365.768	5.727.256
	524.699.339	277.919.088	195.385.936	28.621.649	406.481	1.027.033.293
PASSIVOS						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1.759.972	-	24.737.282	5.582.477	323.506	32.403.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	533.194.845	110.249.992	196.939.549	9.991.413	56.980	850.432.779
Provisões	267.108	-	4.078.273	1.192.109	17	5.537.507
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	798.652	-	798.652
Outros passivos	19.905.859	-	4.980.536	-	5.796	24.892.191
	555.127.784	110.249.992	230.735.640	17.564.651	386.299	914.064.366
	(30.428.445)	167.669.096	(35.349.704)	11.056.998	20.182	112.968.927

'15
PROFORMA

	KWANZAS	INDEXADOS AO DÓLAR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	EUROS	OUTRAS MOEDAS	TOTAL
ACTIVOS						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	140.087.723	-	9.805.681	1.709.571	109.278	151.712.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	162.556	-	3.209.100	718.105	54.727	4.144.488
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	52.300.542	27.164.223	-	79.464.765
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	21.549.905	-	-	1.448.754	-	22.998.659
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	4.459.067	-	4.459.067
Investimentos detidos até à maturidade	176.896.418	187.397.015	33.889.701	-	-	398.183.134
Crédito a clientes	127.158.712	-	150.141.661	6.470.466	-	283.770.839
Activos não correntes detidos para venda	9.696.622	-	-	-	-	9.696.622
Outros activos tangíveis	11.599.639	-	-	-	-	11.599.639
Activos intangíveis	12.004	-	-	-	-	12.004
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	209.106	-	-	142.681	-	351.787
Outros activos	1.435.913	-	2.762.489	31.668	40.030	4.270.100
	488.808.598	187.397.015	252.109.174	42.144.535	204.035	970.663.357
PASSIVOS						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1.634.812	-	48.134.615	29.886.382	103.975	79.759.784
Recursos de clientes e outros empréstimos	499.909.342	79.085.528	190.741.768	4.608.210	51.030	774.395.878
Provisões	387.134	-	3.135.209	234.074	874	3.757.291
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	587.846	-	587.846
Outros passivos	7.411.286	-	3.702.138	122.515	-	11.235.939
	509.342.574	79.085.528	245.713.730	35.439.027	155.879	869.736.738
	(20.533.976)	108.311.487	6.395.444	6.705.508	48.156	100.926.619

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rúbrica "Títulos e valores mobiliários - Mantidos até ao Vencimento" inclui os montantes de mAKZ 277.919.088 e de mAKZ 187.397.015, respectivamente, referentes a Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas ao Dólar Norte-Americano.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rúbrica "Depósitos - Depósitos a Prazo" inclui os montantes de mAKZ 110.249.992 e de mAKZ 79.085.528, respectivamente, referentes a Depósitos a Prazo, de clientes, em moeda nacional indexados ao Dólar Norte-Americano.

Ambas as operações supramencionadas estão indexadas à taxa de câmbio AKZ/USD de compra do BNA e, desta forma, sujeitas a actualização cambial.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de câmbio de deslocações paralelas na curva das taxas de câmbio de referência de 10%, 20% e 40%, respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

'16

	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
MOEDA						
Dólares dos Estados Unidos da América	26.463.878	13.231.939	6.615.970	(6.615.970)	(13.231.939)	(26.463.878)
Euros	2.210.228	1.105.114	552.557	(552.557)	(1.105.114)	(2.210.228)
Outras moedas	5.196	2.598	1.299	(1.299)	(2.598)	(5.196)
	28.679.302	14.339.651	7.169.826	(7.169.826)	(14.339.651)	(28.679.302)

'15 PROFORMA

	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
MOEDA						
Dólares dos Estados Unidos da América	22.938.790	11.469.395	5.734.697	(5.734.697)	(11.469.395)	(22.938.790)
Euros	1.341.101	670.551	335.275	(335.275)	(670.551)	(1.341.101)
Outras moedas	9.628	4.814	2.407	(2.407)	(4.814)	(9.628)
	24.289.519	12.144.760	6.072.379	(6.072.379)	(12.144.760)	(24.289.519)

O impacto das variações cambiais nas Obrigações do Tesouro e nos Depósitos a Prazo indexados ao Dólar Norte-Americano encontra-se reflectido na linha dos "Dólares Norte-Americanos".

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 100, 200 e 400 basis points (bp), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

'16

	VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JURO					
	-200 BP	-100 BP	-50 BP	+50 BP	+100 BP	+200 BP
ACTIVOS						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	85.894	42.947	21.474	(21.474)	(42.947)	(85.894)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	350.445	175.222	87.611	(87.611)	(175.222)	(350.445)
Activos financeiros disponíveis para venda	4.637	2.319	1.159	(1.159)	(2.319)	(4.637)
Investimentos detidos até à maturidade	14.495.578	7.247.789	3.623.894	(3.623.894)	(7.247.789)	(14.495.578)
Crédito a clientes	1.616.605	808.303	404.151	(404.151)	(808.303)	(1.616.605)
	16.553.159	8.276.580	4.138.289	(4.138.289)	(8.276.580)	(16.553.159)
PASSIVOS						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(15.309)	(7.655)	(3.827)	3.827	7.655	15.309
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.391.115)	(1.195.557)	(597.779)	597.779	1.195.557	2.391.115
	(2.406.424)	(1.203.212)	(601.606)	601.606	1.203.212	2.406.424
	14.146.735	7.073.368	3.536.683	(3.536.683)	(7.073.368)	(14.146.735)

	'15 PROFORMA					
	VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JURO					
	-200 BP	-100 BP	-50 BP	+50 BP	+100 BP	+200 BP
ACTIVOS						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	318.806	159.403	79.701	(79.701)	(159.403)	(318.806)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	83.678	41.839	20.920	(20.920)	(41.839)	(83.678)
Activos financeiros disponíveis para venda	3.567	1.784	892	(892)	(1.784)	(3.567)
Investimentos detidos até à maturidade	13.677.763	6.838.882	3.419.441	(3.419.441)	(6.838.882)	(13.677.763)
Crédito a clientes	2.233.717	1.116.858	558.429	(558.429)	(1.116.858)	(2.233.717)
	16.317.531	8.158.766	4.079.383	(4.079.383)	(8.158.766)	(16.317.531)
PASSIVOS						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(53.237)	(26.618)	(13.309)	13.309	26.618	53.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.218.527)	(1.109.264)	(554.632)	554.632	1.109.264	2.218.527
	(2.271.764)	(1.135.882)	(567.941)	567.941	1.135.882	2.271.764
	14.045.767	7.022.884	3.511.442	(3.511.442)	(7.022.884)	(14.045.767)

Para preparação destes mapas, o Banco utilizou a metodologia e os pressupostos descritos no Aviso n.º 08/2016, de 22 de Maio, sobre o risco de taxa de juro na carteira bancária.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes a relevar.

RELATÓRIO
DE AUDITORIA

PKF

Accountants &
business advisers

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do **Banco BIC, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, que evidencia um total de 1.027.033.293 milhares de kwanzas angolanos e um total de capital de 112.968.927 milhares de kwanzas angolanos, incluindo um resultado líquido de 33.662.750 milhares de kwanzas angolanos, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião independente sobre estas Demonstrações Financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PKF ANGOLA, S.A. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco BIC, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board (Nota 2).

Luanda, 3 de Abril de 2017

PKF Angola, S.A.
Representada por
Eurico César Gomes da Silva (Perito Contabilista n.º 20120074)

RELATÓRIO
DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do Banco BIC, S.A.

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco BIC, SA (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2. No decurso do exercício, acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados, necessários à emissão do nosso parecer.

3. Analisámos e concordámos com o conteúdo do Relatório dos Auditores, emitido pela Sociedade PKF Angola, S.A., o qual damos como integralmente reproduzido.

4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.

6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia-geral:

    a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016,

    b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e

    c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.

7. Gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Angola, 3 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

Henrique Manuel Camões Serra
Presidente

Maria Ivone de Freitas Pereira dos Santos
Vogal

NOTAS

Crescemos juntos

BANCO BIC, S.A.
Sede: Bairro de Talatona, Sector INST 4, GU06B, Município da Samba, Luanda - Angola
Telefone: (+244) 923 130 000

BancoBIC

Crescemos juntos

BANCO BIC S.A.

www.bancobic.ao